



Universidade Católica do Salvador

Superintendência de Pesquisa e Pós-Graduação
Programa de Pós-Graduação em Planejamento Territorial e
Desenvolvimento Social

NILTON MAGALHÃES SANTOS

**O SANEAMENTO E A QUESTÃO SOCIAL EM PERIPERI
(Salvador/BA): UM OLHAR SOB O ENFOQUE DA DRENAGEM
URBANA– 1989 a 2013**

Salvador
2014

NILTON MAGALHÃES SANTOS

**O SANEAMENTO E A QUESTÃO SOCIAL EM PERIPERI
(Salvador/BA): UM OLHAR SOB O ENFOQUE DA DRENAGEM
URBANA– 1989 a 2013**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Planejamento Territorial e Desenvolvimento Social da Universidade Católica do Salvador, como requisito para obtenção do título de Mestre.

Orientadora: Profa. Dra. Aparecida Netto
Teixeira

Salvador
2014

FICHA CATALOGRÁFICA

UCSal. Sistema de Bibliotecas

S237Santos, Nilton Magalhães.
O saneamento e a questão social em Periperi (Salvador/BA): um
olhar sob o enfoque da drenagem urbana– 1989 a 2013/ Nilton
Magalhães Santos. – Salvador, 2014.
151 f.

Dissertação (Mestrado) - Universidade Católica do Salvador.
Superintendência de Pesquisa e Pós-Graduação. Mestrado em
Planejamento Territorial e Desenvolvimento Social.
Orientação: Profa. Dra. Aparecida Netto Teixeira.

1.Saneamento Básico - Políticas Públicas2. Participação Social
3. Subúrbio Ferroviário de Salvador – BA I. Título.

CDU628: 711.1(813.8)



UNIVERSIDADE CATÓLICA DO SALVADOR

Superintendência de Pesquisa e Pós-Graduação

Programa de Pós-Graduação em Planejamento Territorial e Desenvolvimento Social

Mestrado em Planejamento Territorial e Desenvolvimento Social

Homologado pelo CNE (Portaria N° 3.116, 09/09/2005)

TERMO DE APROVAÇÃO

NILTON MAGALHÃES NETTO

O saneamento e a questão social em Periperi (Salvador/BA): um olhar sob o enfoque da drenagem urbana

Dissertação aprovada como requisito final para obtenção do grau de Mestre em Planejamento Territorial e Desenvolvimento Social.

Salvador, 29 de agosto de 2014

Banca Examinadora:

Profa. Dra. Aparecida Netto Teixeira
Doutora em Arquitetura e Urbanismo
Universidade Católica do Salvador - UCSAL

Prof. Dr. Sylvio Carlos Bandeira de Mello
Doutor em Geografia
Universidade Católica do Salvador - UCSAL

Profa. Dra. Laila Nazem Mourad
Doutor em Arquitetura e Urbanismo
Universidade Católica do Salvador - UCSAL

DEDICATÓRIA

Dedico esse trabalho aos meus pais Nelson Alves dos Santos e Noélia Magalhães Santos (in memoriam), que sempre estiveram presentes em todos os momentos da minha vida, e que, durante todo esse tempo, me completaram de valores e amor para que eu chegasse até aqui.

AGRADECIMENTOS

Ao Deus todo poderoso, benevolente, misericordioso, a razão da minha existência;

Aos companheiros Prof.Ms. Newton Júnior, Romulo Fontes e ao Prof. Elmar Eli Coutinho, que no momento crucial a adentrar na UCSAL, foram determinantes, pois não mediram distância através da solidariedade. A minha amicíssima Adelita Onofre, que teve um papel relevante para a minha ascensão, seja corrigindo os meus trabalhos, seja no mais amplo apoio;

Meu agradecimento especial a Profa. Dra. Aparecida Netto Teixeira, pelos ensinamentos, paciência, confiança e o estímulo na orientação no desenvolvimento dessa pesquisa;

Ao Prof. Dr. Sylvio Bandeira de Mello e Silva, Coordenador do Programa de Pós-Graduação em Planejamento Territorial e Desenvolvimento Social da UCSAL, pelo apoio e até mesmo pela intervenção direta pela minha permanência no Mestrado;

Ao Prof. Dr. Pedro Vasconcelos pelos ensinamentos, pelos debates travados durante as aulas e pelo incentivo, naquilo que acreditei ser o ponto crucial da minha dissertação;

A Profa. Dra. Silvana Sá de Carvalho, pelo apoio e o prazer de ensinar e motivar meus sinceros agradecimentos;

Ao Diretor da Fapesb, Prof. Dr. Eduardo Nagib Boery, pela concessão da minha bolsa, tornando realidade o prosseguimento dos meus estudos no Mestrado;

A ex-secretária do Mestrado Eliane, pelo incentivo na minha luta pela aquisição da bolsa e pela forma tão desprendida nessa relação com a Universidade;

Aos demais professores pelos ensinamentos e incentivos;

A Maina Pirajá, Mestre em Geografia e assistente do Mestrado, pelo apoio nos momentos cruciais;

Aos funcionários da UCSAL, de modo especial a Lindaura;

Aos colegas de Turma de 2012 do Mestrado, pela convivência e de momentos de alegria e solidariedade de uns com outros;

Ao vereador Gilmar Santiago pela forma tão espontânea em abrir o seu gabinete para a investigação dessa pesquisa;

A arquivista da Câmara Municipal de Vereadores de Salvador, Fernanda Linhares e a analista do Setor de Documentação da Câmara Municipal, Adriana Nery, que de forma tão sensível muito contribuíram para o desenvolvimento desse trabalho;

À João Luiz Soares Lima, Gabriel Viana e Antônio Azevedo Souza Filho pelo apoio, respectivamente, na digitação e na elaboração das tabelas;

Ao técnico da SUCOP, lotado no bairro de Periperi, Milton de Jesus Silva, pela orientação concernente ao saneamento neste bairro;

À Profa. Ms. Simone Santos Magalhães, pela ajuda e orientação na construção deste projeto;

Ao Prof. Ms. Jemenson dos Santos e Jaqueline Pinto Amor Divino;

À Pedagoga Dani Vallesque contribuiu de forma singular para o êxito desse trabalho;

Aos amigos Valmir Pires e Profa. Ms. Flávia dos Santos;

À Advogada Rosangela, grande incentivadora para a minha caminhada profissional;

Às amigas Katiane Onofre, Maria Helena Onofre, Joseane Onofre, Cássia Regina Onofre, Suzete Fontes e Hélio Fontes, pelo apoio incondicional nessa trajetória acadêmica;

À Profa. Dra. Lúcia Moreira;

Às bibliotecárias da Fundação Mário Leal Ferreira;

À Hilda Maria Melo Conceição, Maria do Rosário Reis Cardoso, Lucimar Oliveira Silva, Luciana Dorea Martinez Carreiro -Bibliotecários; Carmelita Sampaio e José Reis - Assistentes da Biblioteca da Fundação MarioLeal Ferreira pelo apoio e sensibilidade no atendimento ao público.

A minha companheira em todos os momentos nessa caminhada, Marli Monteiro de Oliveira.

*“ Um sonho começa a
ser realidade quando sonhamos
juntos, olhamos para além das limitações
e ousamos caminhos novos, às vezes
pedregosos, às vezes escorregadios, mas
sempre desafiantes. “
Abraham Lincoln*

RESUMO

O presente trabalho trata da análise da implementação das políticas públicas de saneamento - com ênfase na drenagem urbana - no território de Periperi (Salvador/BA), e o papel desempenhado nesse processo pelo poder público municipal e a comunidade local. Tem como recorte espacial e temporal, respectivamente, o bairro de Periperi (Subúrbio Ferroviário), e o período de 1989 a 2013, o qual abrange o início das obras de drenagem do Rio Paraguari e o processo recente de elaboração do Plano Municipal de Saneamento Básico (PMSB). A metodologia utilizada constou de pesquisa quantitativa e qualitativa, mediante, no primeiro caso, o levantamento dos investimentos públicos realizados pela Prefeitura Municipal de Salvador/BA, nas respectivas gestões municipais, relativamente às obras de macrodrenagem no Subúrbio Ferroviário e nas demais áreas da cidade. No segundo caso, a pesquisa qualitativa abrangeu, em um primeiro momento, a análise acerca do processo de participação da comunidade local na implantação da drenagem do Rio Paraguari nas décadas de 1980 e 1990, e, no segundo momento, a formalização das atuais demandas no PMSB. Como resultado tem-se que, apesar dos investimentos públicos realizados, estes ficaram aquém das demandas. No tocante à participação, tem-se no primeiro momento a atuação da Associação de Moradores do Paraguari, enquanto importante agente no processo de implementação das políticas públicas. No segundo momento, entretanto, no tocante à elaboração do Plano Municipal de Drenagem Urbana de Salvador/BA, registra-se o distanciamento da comunidade do Paraguari do seu contexto político inicial. Nesse sentido, pode-se concluir que o bairro de Periperi, enquanto território popular, ocupa uma posição não privilegiada no contexto da cidade, testemunhada pela carência de serviços básicos, principalmente no tocante à drenagem, em decorrência da escassez de investimentos públicos municipais, comparativamente a outros bairros de média e alta renda da cidade, resultando em uma condição de exclusão social, demandando um aporte maior de investimentos públicos, com vistas à sua ascensão a uma estrutura urbanística, dotada da oferta de infra-estrutura e serviços, e à redução da desigualdade social.

Palavras-chave: Políticas Públicas. Saneamento. Participação. Subúrbio Ferroviário de Salvador.

ABSTRACT

This paper deals with the analysis of the implementation of public sanitation policies - with an emphasis on urban drainage - the territory of Perivale (Salvador / BA), and the role played in this process by the municipal government and the local community. Its spatial and temporal clipping, respectively (Suburban Railway) neighborhood Perivale, and the period 1989-2013, which covers the beginning of the drainage works and the Rio Paraguari the recent drafting of the Municipal Sanitation Plan (PMSB). The methodology consisted of quantitative and qualitative research through in the first case, the survey of public investments by the Municipality of Salvador / BA, the respective municipal administrations in respect of works macrodrainage in the Suburbs Railway and in other areas of the city. In the second case, the qualitative research covered, at first, about the analysis of local community participation in the implementation of the drainage of the Rio Paraguari in the 1980s and 1990s, the process and the second time, the formalization of current demands in PMSB. As a result it follows that, despite public investments, fell short of these demands. Regarding participation, has been the first time the performance of the Association of Residents of Paraguari as an important agent in the implementation of public policies. On the second point, however, regarding the development of the Municipal Plan for Urban Drainage Salvador / BA, register the distance of the community Paraguari its initial political context. In this sense, it can be concluded that the district Perivale occupies a privileged position not in the context of the city, witnessed by the lack of basic services, particularly with regard to drainage resulting from the shortage of municipal investments, compared to other districts of average and high-income city, resulting in a condition of social exclusion, requiring a greater contribution of public investment, with a view to his rise to an urban structure, with the provision of infrastructure and services, and the reduction of social inequality.

Keywords: Public Policy. Sanitation.Participation.Railsurbobof Salvador.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Localização de Periperi em Salvador – 2010	23
Figura 2 – Localização de Periperi no Subúrbio Ferroviário de Salvador –2010	24
Figura 3 –BaciasHidrográficas de Salvador/BA – 2010	66
Figura 4 – Topografiade Periperi – 2010	67
Figura 5 – Feira Livre de Periperi – Rua das Pedrinhas	70
Figura 6 – Feira Livre de Periperi	71
Figura 7 – Vista das bancas da Feira Livre	71
Figura 8 – Local do futuro centro de Abastecimento de Periperi	72
Figura 9 – Rendimento mensal por domicílio particular– Periperi (Salvador/BA) -2010	74
Figura 10– Pessoas alfabetizadas maiores de 10 anos de idade - Periperi (Salvador/BA) -2010	75
Figura 11 – Domicílios particulares permanentes com abastecimento de água da rede geral – Periperi (Salvador/BA) - 2010	76
Figura 12 – Domicílios particulares permanentes com rede de esgoto geral ou pluvial – Periperi (Salvador/BA) – 2010	77
Figura 13 – Sistema viário e esgotamento sanitário – Periperi (Salvador/BA) – 2010	78
Figura 14 – Enchente na rua Monte Sião – Conjunto S. Eugenio Sales (Periperi) – 2014	79
Figura 15- Rua Monte Sião alagada – Conjunto D. Eugenio Sales (Periperi) – 2014	80
Figura 16 – Rua Monte Sião no período de chuvas(Conjunto D. Eugenio Sales Periperi)	81
Figura 17 – Casa invadida pela agua na rua Monte Sião	81
Figura 18 – Praça da Revolução – Periperi – 2014	83
Figura 19 – Equipamentos urbanos - Periperi (Salvador/BA) – 2010	84
Figura 20 – Rio Paraguari e entorno – Salvador/BA – 2010	110

Figura 21 – Canal do Rio Paraguari construído na gestão municipal de Lídice da Mata	112
Figura 22 – Drenagem do Rio Paraguari – 2014	112
Figura 23 – Igreja de N. S. da Conceição da Praia – em Periperi Local de participação na luta pela drenagem do Rio Paraguari	123

LISTAS DE TABELAS

Tabela 1 –Pessoasde10anosou mais de idade, por classes de rendimento nominal mensal - 2010	74
Tabela 2–Abastecimentodeáguaem Periperi - 2010	76
Tabela 3 – Esgotamentosanitário emPeriperi-2010	77
Tabela 4 – Principaisintervençõesem drenagem/pavimentação - Salvador/BA -1989 - 1992	109
Tabela 5 - Principais intervenções em drenagem/pavimentação – Salvador/BA -1993 - 1996	113
Tabela6– Principaisintervenções emdrenagem/pavimentação- Salvador /BA- 1997 - 2004	115
Tabela7-Principais intervenções em drenagem/ pavimentação Salvador/BA- 2005 -2012	118
Tabela8 –Principais intervenções urbanísticas na orla de Salvador - 2014	119
Tabela 9 –Quadro de participação nas Oficinas 2012	128
Tabela 10 –Oficinas do Subúrbio Ferroviário – Bairros dos participantes - 2012	128
Tabela 11 –Distribuição dos participantes quanto à escolaridade - 2012	129
Tabela 12–Avaliação de serviços drenagem pluvial pelos participantes - 2012	130

LISTAS DE GRÁFICOS

Gráfico 1-Crescimento populacional dos bairros do Subúrbio Ferroviário (1991 – 2010)	73
Gráfico 2 - População dos bairros de Lobato, Plataforma, Periperi e Paripe (2010)	73
Gráfico 3 - Principais intervenções em drenagem – Salvador/BA (1993 – 1996)	113
Gráfico 4 - Principais intervenções em drenagem – Salvador/BA (1997– 2004)	116
Gráfico 5 - Principais intervenções em drenagem – Salvador/BA (2005 – 2012)	119
Gráfico 6 – Principais intervenções Urbanísticas na orla de Salvador (2013 – 2014)	120

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

- BHRP** – Bacia Hidrográfica do Rio Paraguari
- CMS** – Câmara Municipal de Salvador
- CONDER** – Companhia de Desenvolvimento Urbano
- CTB** – Companhia de Transporte da Bahia
- CTS** – Companhia de Transporte de Salvador
- DEAM** – Delegacia de Atenção à Mulher
- EMBASA** – Empresa Baiana de Água e Saneamento
- FIOCRUZ** – Fundação Osvaldo Cruz
- FMLF** – Fundação Mário Leal Ferreira
- GEOHIDRO** – Engenharia
- HCM** – Hospital Couto Maia
- IBGE** – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
- PMS** – Prefeitura Municipal de Salvador
- SEC** – Secretaria de Educação (Estadual)
- SEFAZ** – Secretaria da Fazenda Municipal
- SEPLAM** – Secretaria de Planejamento Municipal
- SETIN** – Secretaria de Infraestrutura e Transporte
- SINDEC** – Secretaria de Defesa Civil e Infraestrutura
- SUCOP** – Superintendência Conservação de Obras Públicas
- TRANSALVADOR** – Superintendência de Transporte de Salvador
- UFBA** – Universidade Federal da Bahia
- UCSAL** – Universidade Católica do Salvador

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	17
1.1. Procedimentos Metodológicos	24
1.2. Referencial Teórico Conceitual	25
1.2.1. Políticas Públicas	26
1.2.2. Participação	34
1.2.3. Território e Periferia	41
2. O BAIRRO DE PERIPERI NO CONTEXTO DA CIDADE DE SALVADOR/ BA	52
2.1. O bairro de Periperi no contexto histórico do processo de ocupação do Subúrbio Ferroviário	52
2.2. Caracterização do bairro de Periperi	65
2.2.1. Caracterização física: a Bacia do Rio Paraguari	65
2.2.2. Caracterização sócio-econômica e infra-estrutura	69
3. SANEAMENTO E DRENAGEM URBANA	88
3.1. A drenagem urbana no âmbito do saneamento: novas concepções	88
3.2. A questão do saneamento básico no Brasil e em Salvador/BA: 94 prerrogativas legais	
3.2.1. A Lei Federal de Saneamento (Lei nº 11.445/07) e a Política 96 Estadual de Saneamento Básico (Lei nº 11.172/2008)	
3.2.2. A Política Municipal de Saneamento Básico e o Plano Municipal 98 de Saneamento Básico (PMSB) - Salvador/BA	
4. A DRENAGEM URBANA E A QUESTÃO SOCIAL EM PERIPERI	107
4.1. A atuação do poder público municipal na implantação dos projetos de drenagem na cidade do Salvador - 1989/2013	
4.1.1. A gestão municipal de Fernando José (1989-1992)	108

- 4.1.2. A gestão municipal de Lídice da Mata (1993-1996)109
- 4.1.3. A gestão municipal de Antônio Imbassai (1997/2000; 2001/2004)114
- 4.1.4. As gestões municipais de João Henrique Carneiro (2005/2008;116
2009/2012)
- 4.1.5. A gestão de Antônio Carlos Magalhães Neto (2013/2014)119

- 4.2. O processo de participação na definição e implementação das 122
obras de drenagem em Periperi
- 4.2.1. Primeiro momento: o processo participativo na implantação 122
damacrodrenagem do Rio Paraguari
- 4.2.2. Segundo Momento: a participação da comunidade no âmbito do 126
Plano Municipal de Drenagem Urbana (PMDU) de Salvador/BA - 2011

CONSIDERAÇÕES FINAIS 138

REFERÊNCIAS 144

1. INTRODUÇÃO

O surgimento do Subúrbio Ferroviário de Salvador/BA, localizado junto à Baía de Todos os Santos, está relacionado, de um modo geral, ao processo de expansão econômica e de industrialização iniciado na Bahia no século XIX, e particularmente, à construção do trecho ferroviário Calçada-Paripe, ligando Salvador/BA ao Recôncavo Baiano. O início da aglomeração urbana vai ocorrer a partir de 1920, com a implantação das oficinas de conserto de vagões e locomotivas, cujos trabalhadores passaram a se fixar no local. Até a década de 1940, o local cumpriu a função principal de veraneio e de moradia, principalmente de pescadores.

A consolidação dessa área no contexto do espaço urbano da cidade de Salvador/BA, entretanto, só vai se dar a partir de meados do século XX, relacionada ao processo histórico de expansão centro-periferia, de modo semelhante ao que ocorreu em outras metrópoles brasileiras, principalmente a partir da década de 1960, com a intensificação do processo de industrialização e de acréscimo da população urbana.

Nesse sentido, no contexto da consolidação do padrão industrial-metropolitano em Salvador, a partir da implantação das refinarias de petróleo e da instalação do Centro Industrial de Aratu (CIA) no município de Simões Filho (Região Metropolitana de Salvador), na década de 1960, intensifica-se o processo de atração de população, com a migração de pessoas para o Subúrbio, favorecida ainda pela implantação da Avenida Suburbana, articulada à BR 324, através da BA 528. A implantação do Polo Petroquímico de Camaçari, na década de 1970, irá acelerar o processo de crescimento urbano.

O Subúrbio Ferroviário compõe-se atualmente de vinte e dois bairros, com uma população aproximada de 323.171 habitantes (Censo, 2010), com grandes deficiências no tocante à infraestrutura e serviços sociais, repercutindo nas precárias condições de vida da população suburbana.

O bairro de Periperi¹ destaca-se no conjunto dos demais bairros do Subúrbio, dispondo dos setores de comércio e serviço bem diversificados, com população de 83.886 habitantes (Censo 2010) (Figuras 1 e 2). Sua cultura encontra-se, em parte, retratada na literatura de Jorge Amado, em duas obras: “Bahia de Todos os Santos” (1945) e os “Os velhos marinheiros ou o capitão de longo curso” (1961). O crescimento significativo do bairro só vai ocorrer a partir da segunda metade do século XX, em decorrência da atração de população, principalmente oriundas do interior, na busca por emprego formal no Centro Industrial de Aratu (CIA) e em outras áreas.

De modo semelhante aos demais bairros que compõem o subúrbio, apresenta sérios problemas de saneamento, particularmente em relação ao sistema de drenagem. Apesar de algumas obras de vazão de águas pluviais já terem sido implementadas, a falta de drenagem ainda é uma questão latente, resultando em enchentes e alagamentos, principalmente em períodos de chuva, quando as águas invadem as ruas e os imóveis.

Esse problema tem desdobramentos significativos na saúde pública, considerando-se os elevados índices de doenças infectocontagiosas no bairro, principalmente a leptospirose. Tem-se, pois que o saneamento ainda é bastante precário em Periperi, deixando a comunidade exposta à contaminação de doenças, fazendo, a cada ano mais vítimas, contribuindo para as drásticas estatísticas de óbitos na região.

Essa situação caótica, que inter-relaciona drenagem, saneamento e saúde pública, é um dos principais problemas do bairro, constituindo-se em um agravante desafio no tocante às políticas públicas, e a principal motivação para a realização da presente investigação. Busca-se, pois uma reflexão, diante de uma situação tão vergonhosa, que chega a ser vexatória, causando uma verdadeira discrepância social.

¹ O significado do nome é “folha de junco”, fazendo uma alusão à característica do terreno original em forma de charco.

Nesse contexto, o objetivo do trabalho é analisar a implementação das políticas públicas de saneamento em Periperi, em particular aquelas relacionadas à drenagem, como parte importante das questões sócio-ambientais.

Com esse intuito foram adotadas duas vertentes de investigação. A primeira refere-se aos investimentos em drenagem realizados pela Prefeitura Municipal do Salvador, no período de 1989 a 2013, visando identificar em que medida a implementação dessas obras possibilitou, ou não, uma melhoria na qualidade de vida da população local, minimizando os problemas de saúde pública.

A segunda contempla o processo de participação da comunidade, abrangendo dois períodos principais: o de mobilização em prol das obras de drenagem do Rio Paraguari, na década de 1980 (séc. XX) e, mais recentemente, a participação de representantes do bairro na elaboração do Plano Municipal de Saneamento Básico de Salvador/BA.

A opção por estudar Periperi a partir de 1980 justifica-se por ter sido nessa década em que foram iniciadas as obras de infraestrutura, principalmente com relação à drenagem do Rio Paraguari, com a pavimentação das ruas e a implantação de novos serviços, como também a ampliação de linhas no transporte coletivo urbano e surgimento de novos conjuntos habitacionais.

O interesse em estudar o tema surgiu quando da elaboração da monografia de conclusão do Curso de Especialização em Ciências Sociais da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal da Bahia, em 1997, intitulado *“O rio e o mar: correlação de forças na concessão de um bem comum”*. Essa pesquisa teve como objetivo principal a análise da atuação da Associação de Moradores do Vale do Paraguari, e sua relação com os agentes externos, em prol da implantação das obras de drenagem do Rio Paraguari, na década de 1980.

Partindo-se do pressuposto de que a história de um bairro está relacionada aos diálogos, e, às vezes, aos conflitos entre o poder público e a comunidade, obteve-se no referido estudo o conhecimento acerca da história de luta da comunidade

frente ao poder público no atendimento de suas demandas, a partir da análise da atuação da Associação na mobilização dos moradores e na luta pelas obras de drenagem e pela construção de novas moradias. Isso fez com que se pudesse reconhecer que as ações realizadas em decorrência da interlocução da Associação junto ao poder público municipal, foram determinantes para a consolidação das políticas públicas, ou seja, a drenagem e a construção de novas moradias, que se consolidaram no final da década de 1990.

Essas conclusões provocaram uma inquietação acerca de uma investigação mais ampla sobre as políticas públicas voltadas para Periperi, principalmente quanto à existência ou ausência de saneamento e suas implicações. Desse modo, constatou-se a necessidade de dar continuidade ao tema ampliando o enfoque, por um lado, a partir da comparação acerca dos investimentos em drenagem e pavimentação realizados pelo poder público municipal no Subúrbio e nas demais áreas da cidade, e, por outro, no tocante à participação social.

Vale destacar que, apesar do registro de outros estudos acerca do Subúrbio Ferroviário (FONSECA e SILVA, 1992; REGIS, 2007; SOUZA, 2009), constatou-se, em primeiro lugar, que poucos tratam de modo específico do bairro de Periperi. Em segundo lugar, no tocante a bacia do Rio Paraguari, o enfoque principal refere-se à questão ambiental, com análise dos transtornos ambientais e físicos, podendo-se destacar o trabalho elaborado por Jémison Matos dos Santos intitulado “Análise Geoambiental através da estruturação e integração de dados, no contexto da Bacia Hidrográfica do Rio Paraguari”, de 2004.

A presente dissertação responde, pois, a inquietações, a tempo procedente, por se tratar de uma análise pioneira do bairro de Periperi, tendo como temática principal a questão do saneamento e da infra-estrutura, e, em particular da drenagem urbana, tomando-se o Rio Paraguari como elemento estruturante desse território.

Nesse contexto, buscou-se respostas aos seguintes questionamentos:

- ✓ Qual o processo histórico de ocupação do bairro de Periperi?
- ✓ Quais as características físico-geográficas, socioeconômicas e de infra-estrutura de Periperi?

- ✓ Quais as atribuições legais referentes aos diferentes entes federados relativamente ao saneamento básico?
- ✓ Qual a relação entre a drenagem urbana e a questão social em Periperi?
- ✓ Quais as intervenções realizadas pelo poder público municipal, no período de 1986 a 2013, referente à drenagem e pavimentação na cidade de Salvador?
- ✓ Como se deu a participação da população local no processo de implementação da macro-drenagem do Rio Paraguari e, mais recentemente, na elaboração do Plano Municipal de Saneamento Básico de Salvador?

Além da Introdução – que abrange os procedimentos metodológicos e o referencial teórico – adissertação compõe-se de mais três capítulos. O *Capítulo 2- O bairro de Periperi no contexto da cidade de Salvador/BA* – aborda inicialmente um breve histórico acerca da ocupação do Subúrbio Ferroviário, a partir do final do séc. XIX até os dias atuais. Posteriormente trata da caracterização do bairro sob os aspectos físicos, socioeconômicos e de infra-estrutura, com ênfase na situação relativa à rede de drenagem.

O *Capítulo 3 – Saneamento e Drenagem Urbana* enfoca, no primeiro item, a problemática da drenagem urbana no contexto do processo de urbanização das grandes e médias cidades brasileiras, inserindo a discussão acerca da nova concepção relativa à drenagem urbana sustentável. O segundo item aborda a questão relativa à legislação de saneamento básico no Brasil e a atribuição de cada ente federado. A partir de um breve histórico, apresenta os marcos regulatórios e as alterações relativas à forma de gestão, principalmente a partir da Constituição Federal de 1988 e da Lei de Saneamento Básico (Lei nº 11.445/07). Trata ainda do processo recente de implantação da Política Municipal de Saneamento Básico e de elaboração do Plano Municipal de Saneamento Básico (PMSB) de Salvador/BA.

O *Capítulo 4 - A drenagem urbana e a questão social em Periperi* enfoca, em primeiro lugar, a atuação do poder público municipal frente às carências em drenagem em Periperi -no contexto do Subúrbio Ferroviário de Salvador - comparativamente aos bairros mais valorizados da cidade. Para tanto, faz-se uma análise comparativa entre o volume de recursos aplicados em drenagem e

pavimentação, por gestão municipal, no período de 1989 a 2013. São analisadas as seguintes gestões: Fernando José (1989-1992); Lídice da Mata (1993-1996); Antoni Imbassai (1997/2000; 2001/2004); João Henrique Carneiro (2005/2008; 2009/2012) e Antônio Carlos Magalhães Neto (2013/2014).

O estudo tem início a partir de 1989, considerando-se que é a partir desta gestão municipal que a problemática das enchentes do rio Paraguari, em Periperi, assume uma dimensão política, tendo sido encampada, ainda no período eleitoral, pelo então radialista Fernando José. Em sua atividade, recebia quase toda semana informações a respeito do problema das enchentes nos períodos de chuvas e que comprometiam o fluxo do Rio Paraguari. O programa de rádio atingiu um grande índice de audiência, apontando-o como um possível gestor municipal, na pesquisa espontânea. Nesse contexto, Fernando José é lançado como candidato a prefeito, apoiado pelo prefeito da época, Mário Kertész, assumindo como compromisso de campanha a execução da obra de drenagem.

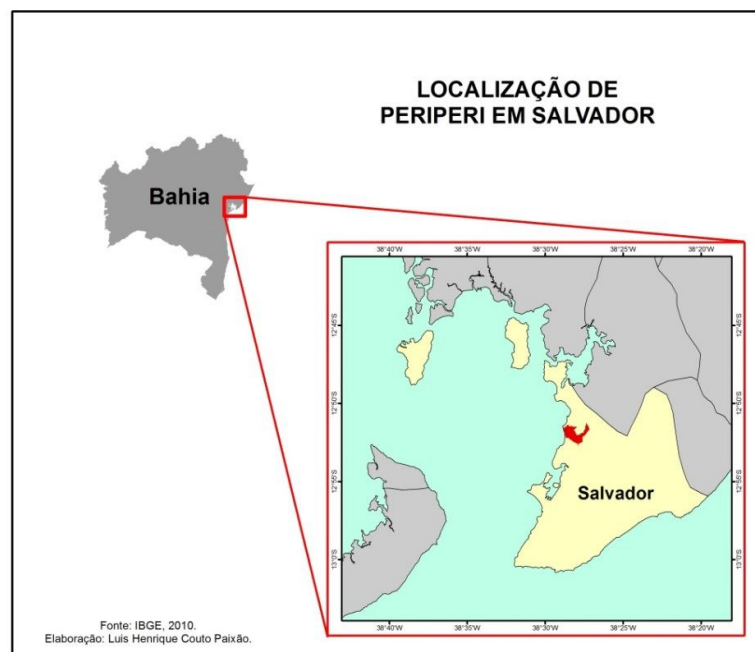
Desse modo, tomando a atuação dos respectivos gestores, pelo perfil de atuação, proporcionalidade dos investimentos e intervenções realizadas, tratou-se de identificar aqueles que mais investiram em drenagem no Subúrbio Ferroviário, e que conseqüentemente mais se preocuparam com as demandas das áreas populares.

Em segundo lugar, o enfoque refere-se à participação da comunidade local relativamente à demanda pela implantação do sistema de drenagem no bairro, abrangendo dois momentos principais. O primeiro refere-se à implantação da macrodrenagem do Rio Paraguari, com a participação de um conjunto de agentes sociais – comunidade, Igreja Católica e Ong – tendo resultado na concretização da obra na década de 1990. O segundo momento refere-se à discussão, elaboração e consolidação do Plano Municipal de Saneamento Básico (PMSB) de Salvador/BA, que contou com a participação das lideranças do Subúrbio Ferroviário, e do bairro de Periperi, principalmente a partir do Sistema Integrado de Atendimento Regional (SIGA) mediante a organização e participação nas oficinas e audiências públicas.

Desse modo, tendo-se como foco de análise o bairro Periperi - um espaço dotado de uma natureza exuberante em localização privilegiada pelos recursos hídricos e materiais – busca-se identificar as articulações canalizadas através da participação social e política em prol da minimização das carências de infra-estrutura.

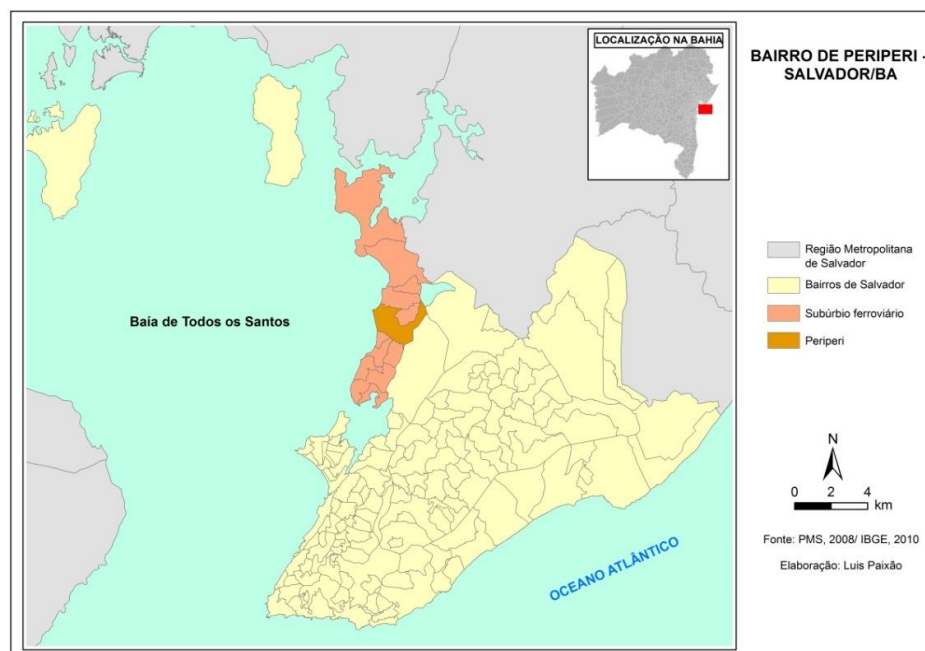
Busca-se, pois com esse trabalho contribuir para o aprofundamento da discussão acerca da implementação de políticas públicas no Subúrbio Ferroviário, e em particular em Periperi, com foco na questão de saneamento social, buscando inspirar reflexões e estudos voltados para a definição de novos rumos para as intervenções públicas nesse território, com vistas à melhoria da qualidade de vida da população local.

Figura 1 – Localização de Periperi em Salvador - 2010



Fonte: IBGE – 2010. Elaboração: Luis Henrique Paixão.

Figura 2 – Localização de Periperi no Subúrbio Ferroviário de Salvador - 2010



Fonte: PMS, 2008/ IBGE, 2010
 Elaboração: Luis Henrique Paixão

1.1. Procedimentos Metodológicos

A metodologia utilizada para o referido trabalho constou de pesquisa de caráter quantitativo e qualitativo. No primeiro caso refere-se ao levantamento dos investimentos públicos realizados pela Prefeitura Municipal de Salvador/BA, no período de 1989 a 2013, nas respectivas gestões municipais, relativamente às obras de macrodrenagem e pavimentação. Os dados obtidos foram sistematizados, resultando na construção de gráficos e tabelas, o que permitiu uma análise comparativa e a identificação dos governos municipais que mais investiram no Subúrbio, no período estudado. Quanto à pesquisa qualitativa, esta abrangeu a análise acerca do processo de participação social na implantação das obras de drenagem, nas décadas de 1980 e 1990, e, recentemente, na formalização das atuais demandas no Plano Municipal de Saneamento Básico de Salvador/BA.

Como técnicas de pesquisa foram utilizadas o levantamento bibliográfico (jornais, periódicos, livros, teses e dissertações) e documental. Esse último abrange os

documentos oficiais - Censo IBGE - 2010; Plano Municipal de Saneamento Básico (Salvador/BA) e os respectivos Relatórios Municipais de gestão – mediante levantamento de dados realizado nas seguintes instituições: IBGE; Fundação Mário Leal Ferreira (FMLF), Prefeitura Municipal de Salvador (PMS) e Companhia de Desenvolvimento Urbano da Bahia (CONDER). Ainda quanto aos documentos pesquisados registra-se a legislação pertinente ao saneamento básico no Brasil - em âmbito federal, estadual e municipal -, bem como normas e regulamentos que definem o papel institucional, dos Estados e municípios.

Além disso, como forma de melhor caracterizar o bairro de Periperi, foram elaborados mapas temáticos, a partir do Censo 2010, relativamente aos aspectos físicos do bairro (bacias hidrográficas e topografia); socioeconômicos (faixa de renda; educação) e infra-estrutura (abastecimento de água; rede de esgoto e pluvial; sistema viário e equipamentos urbanos).

Deve-se registrar ainda, sob o aspecto metodológico, o caráter da pesquisa realizada a partir do *observador participante*, considerando-se que o pesquisador é morador do bairro, tendo vivenciado todas as conquistas, e também os problemas da comunidade, e adquirido ao longo do tempo um significativo conhecimento, através da convivência como caminhante observador e agente transformador. Se, por um lado, essa questão auxilia a compreensão do objeto de estudo, por outro se revela um grande desafio, face ao “distanciamento” que se faz necessário para a produção de uma análise crítica.

1.2. Referencial teórico-conceitual: políticas públicas, participação, território e periferia

O referencial teórico-conceitual da dissertação está fundamentado nos conceitos de políticas públicas, participação, território e periferia, partindo-se do pressuposto do conceito como uma construção social, relacionado ao contexto histórico, sócio político e cultural específico. O propósito é propiciar uma compreensão mais consistente do objeto em análise, permitindo que de forma seqüenciada, se possa estabelecer um diálogo entre as questões discorridas

pelos respectivos autores e o tema central desse trabalho, qual seja a discussão acerca da relação entre drenagem e a questão social no bairro de Periperi.

Num primeiro momento o foco se volta para a temática das políticas públicas, a qual será tratada a partir dos enfoques de BONETI (2007), CASTRO (2012), HÖFLING (2010) e PEREIRA (2006). No segundo momento tem-se a reflexão acerca da participação, a partir dos seguintes autores: CREMONESE (2012); GOHN (2004; 2008; 2011); PATEMAN (1992) e SADER (1988). No terceiro momento a reflexão se concentra na temática de território e periferia, abrangendo, no primeiro caso, os fundamentos teóricos apresentados por ALBAGLI (2004); ANDRADE (2002); CORREA (1989); HAESBAERT (2002); SANTOS (2002); SOARES (2006), e no segundo as postulações de DIAS e VIDAL (2009); DOMINGUES (2007); FONSECA e SILVA (1992); KOVARICK (2009); MARICATO (2011); ROLNIK (2013); SERPA (2002); TANAKA (2006).

1.2.1. Políticas Públicas

Para compreensão da importância da implementação das políticas públicas em um local, é pertinente buscar de uma forma ampla, o entendimento da definição de políticas públicas e políticas sociais. Höfling (2001, p. 38) ressalta que “o processo de definição de políticas públicas para uma sociedade reflete os conflitos de interesses, os arranjos feitos nas esferas de poder que perpassam as instituições do Estado e da sociedade como um todo.” A autora, a partir das colocações de Gobert, Muller (1987) entende “políticas públicas” como o “Estado em ação”, isto é, “o Estado implantando um projeto de governo, por meio de ações voltadas para setores específicos da sociedade” (HÖFLING, 2001, p. 31).

Nesse contexto, é mister compreender o conceito de políticas públicas, e a situarmos diante dessa problemática, como descreve Boneti (2007. p.74):

A partir de uma nova dimensão social das últimas décadas e sua repercussão direta na organização social e política da sociedade, é possível compreender como políticas públicas, as ações que nascem do contexto social, mas que passam pela esfera estatal como decisão de intervenção pública numa realidade social, quer

seja para fazer investimentos ou para uma mera regulamentação administrativa. Entende-se por políticas públicas o resultado da dinâmica do jogo de forças que se estabelece no âmbito das relações de poder, relações essas constituídas pelos grupos econômicos e políticos, classes sociais e demais organizações da sociedade civil.

Ainda segundo Höfling (2001), é importante estabelecer a diferenciação entre Estado e governo. O Estado refere-se “ao conjunto de instituições permanentes – como órgãos legislativos, tribunais, exército e outras que não formam um bloco monolítico necessariamente- que possibilitam a ação do governo; e Governo, como o conjunto de programas e projetos que parte da sociedade (políticos, técnicos, organismos da sociedade civil e outros) propõe para a sociedade como um todo, configurando-se a orientação política de um determinado governo que assume e desempenha a função de Estado por um determinado período”. (HÖFLING, 2001, p. 31).

Nesse sentido, as políticas públicas são aquelas de responsabilidade do Estado, “quanto à sua implementação e manutenção, a partir de um processo de tomadas de decisões que envolvem órgãos públicos e diferentes organismos e agentes da sociedade relacionados à política implementada” [...] e “não podem ser reduzidas a políticas estatais”. (HÖFLING, 2001, p. 38).

Nesse contexto, as políticas sociais, segundo a autora estão relacionadas à proteção e redistribuição de benefícios. Desse modo, as políticas sociais referem-se

a ações que determinam o padrão de proteção implementado pelo Estado, voltadas em princípio, à redistribuição dos benefícios sociais, visando à diminuição das desigualdades estruturais produzidas (ou potencializadas) pelo desenvolvimento econômico. As políticas sociais têm suas raízes nos movimentos populares do século XIX, voltadas aos conflitos surgidos entre capital e trabalho, no desenvolvimento das primeiras revoluções industriais. (HÖFLING, 2001, p. 31).

Nesse sentido, são “formas de interferência do Estado objetivando a manutenção das relações sociais de determinada formação social”. Conforme expõe Höfling (2001, p. 39), “uma administração pública – informada por uma concepção crítica

de Estado – que considere sua função atender a sociedade como um todo, não privilegiando os interesses dos grupos detentores do poder econômico, deve estabelecer como prioritários programas de ação universalizantes, que possibilitem a incorporação de conquistas sociais pelos grupos e setores desfavorecidos, visando à reversão do desequilíbrio social”.

Castro (2012, p. 1014), mesmo reconhecendo a dificuldade e limitações no tocante à definição de “política social” face à complexidade inerente à dinâmica da sociedade, a define como aquela “composta por um conjunto de programas e ações do Estado que se concretizam na garantia da oferta de bens e serviços, nas transferências de renda e regulação de elementos do mercado”. Identifica ainda dois objetivos principais:

Aproteção social e a promoção social para dar respostas aos direitos sociais e a outras situações não incluídas nos direitos as quais dizem respeito às contingências, necessidades e riscos que afetam vários dos componentes das condições de vida da população, inclusive os relacionados à pobreza e à desigualdade. (CASTRO, 2012, p. 1014).

Um outro aspecto a ser considerado, conforme expõe Vianna (2002, p. 1/2) apoiado na formulação de Marshall (1975), no tocante às políticas sociais, refere-se à sua “dimensão política e histórica”, fazendo com que se possa “avançar um pouco mais na definição de política social e na identificação de seu objeto”. Nesse sentido, quanto à dimensão histórica, esta dependerá da “natureza do Estado e dos processos decisórios em vigor”. Quanto à dimensão política está associada à “importância dos atores sociais e de sua capacidade de negociar politicamente suas posições na agenda pública”.

Para Höfling (2001, p.32) é mister ressaltar a importância do Estado como regulador das políticas públicas. Para a autora “é impossível pensar Estado fora de um projeto político e de uma teoria social para a sociedade como um todo” (Höfling, 2001, p.32). A autora, citando Offe, expõe que esse confirma o papel regulador do Estado:

Offe traz interessante contribuição ao analisar as origens das políticas sociais traçadas pelo Estado Capitalista contemporâneo para a sociedade de classes. Para o autor, o Estado atua como regulador das relações sociais a serviço da manutenção das relações capitalistas em seu conjunto, e não especificamente a serviço dos interesses do capital – a despeito de reconhecer a dominação deste nas relações classe (HÖFLING, 2001, p.33 apud OFFE, 1984).

Segundo a autora, não se pode desconsiderar, entretanto, que “o processo de definição de políticas públicas para uma sociedade reflete o conflito de interesses, os arranjos feitos nas esferas de poder que perpassam as instituições do Estado e da sociedade como um todo” (HÖFLING, 2001, p.38).

É fundamental, pois que se considere nesse processo o papel desempenhado pelos movimentos sociais. Segundo Gohn (2011, p. 337) os movimentos sociais “tematizam e redefinem a esfera pública, realizam parcerias com outras entidades da sociedade civil e política, têm grande poder de controle social e constroem modelos de inovações sociais”. Boneti (2007, p.62), citando Gohn reforça que “os movimentos que congregam as lutas sociais em defesa de segurança dos menos protegidos da sociedade também cumprem seus papéis nesta correlação de forças procurando sempre angariar benefícios. Esta nova realidade impôs uma nova dinâmica nas relações de poder no contexto social e político”.

Após o fim da Segunda Guerra, a ênfase na implementação de políticas sociais na Europa, através do “Estado do Bem-Estar” ou “Welfare State”, surtiu impactos sociais e políticos importantes, representando grandes conquistas, podendo-se destacar a estabilidade no emprego e a seguridade social. Deve-se ressaltar, entretanto, que no Brasil o Estado do Bem-Estar Social não foi implementado, tal como na Europa naquele momento histórico.

O Estado de Bem-Estar Social se transformou, gradativamente, em “suporte da ordem social”, o que significa dizer que a demanda deixou de ser mera garantia formal, passando-se à inserção, em sua atuação, dos interesses conflitantes na sociedade, em torno de uma maior justiça distributiva (COUTINHO et al., 2004 p. 42).

Entendia-se, portanto, que Estado deveria ser provedor do bem-estar e admitia-se que não havia equilíbrio natural e automático no capitalismo – ainda que fosse necessário se garantir a lógica do capital.

No Brasil as políticas públicas (políticas sociais) são implementadas a partir da Era Vargas (1930-1945). A partir de 1930, com a criação do Ministério do Trabalho, até 1943, com as Consolidações das Leis do Trabalho (CLT), o país andou mais rápido na confecção de novas leis e na vigilância para que fossem cumpridas. Do ponto de vista da seguridade social vários institutos foram criados nos anos seguintes, podendo-se citar: o Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Marítimos (IAPM), o Instituto de Aposentadoria e Pensão dos Comerciantes (IAPC), o Instituto de Aposentadoria e Pensão dos Industriários (IAPI), o Instituto de Aposentadoria e Pensão dos Trabalhadores de Transporte e Cargas (IAPTEC).

Contrariamente, com o advento da ditadura militar (1964-1985), o país passou a conviver com a negação de direitos permanecendo com uma herança que ainda não foi completamente superada. Apenas a partir do processo de redemocratização do país, que culminou na promulgação da Constituição Federal, em 1988, tem-se a retomada da discussão acerca das políticas públicas sociais no Brasil.

Quanto aos programas de inclusão social pode-se registrar algumas conquistas recentes como a implantação do Programa Bolsa Família e a inclusão pelo sistema de cotas dos estudantes nas universidades federais. Os programas afirmativos nas universidades públicas adquirem uma conotação socialmente importante, sendo necessário, entretanto, ampliar o programa para uma política de Estado, como forma de se estabelecer a permanência e assim ganhar status de garantias, além de melhorar sensivelmente o ensino público básico.

Segundo o Instituto de Pesquisa e Econômica Aplicada (2010), esses programas de inclusão vêm sendo implementados por outros países, ainda devendo ser aperfeiçoados, podendo-se citar ainda a implantação do ensino integral em todo o país como forma de combater a situação deficitária de ensino público e a busca pela qualidade da educação, capaz de corrigir distorções históricas que possam

conduzir a nação a um patamar de destaque, em nível de projeção mundial, considerando ser a formação do potencial humano, o motor que delimita a sociedade.

No que tange à política urbana pode-se registrar avanços e retrocessos, posteriormente ao processo de redemocratização no Brasil. Quanto aos avanços pode-se destacar, inicialmente, o fortalecimento dos movimentos sociais urbanos, que vinham se constituindo a partir de meados da década de 1970, consolidados no Fórum Nacional de Reforma Urbana. Conforme afirma Maricato (2011, p. 100)

Os movimentos urbano e operário inauguraram uma nova forma de fazer política no Brasil, a partir da segunda metade dos anos de 1970, reivindicando espaço na cena política. De modo inédito e após muito acúmulo, os movimentos urbanos construíram uma entidade nacional em 1987 – o Fórum Nacional de Reforma Urbana – que buscou superar as reivindicações pontuais e específicas e propor uma agenda unificada para as cidades.

Posteriormente, tem-se a inclusão dos artigos 182 e 183 na Constituição Federal de 1988 -que tratam do direito à função social da propriedade, definido pelo Plano Diretor municipal – resultante da intensa articulação e pressão dos movimentos sociais e populares.

Some-se a isso a promulgação da Lei do Estatuto da Cidade (Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001) em 2001, regulamentou os artigos supracitados e se consolidou como a principal normativa em prol da reforma urbana no Brasil, principalmente nas grandes cidades brasileiras. Estabelece normas de ordem pública e interesse social que regulam o uso da propriedade urbana em prol do bem coletivo, da segurança e do bem-estar dos cidadãos, bem como do equilíbrio ambiental.

O artigo 2, item I, da referida lei, estabelece que a política urbana tem por objetivo ordenar o pleno desenvolvimento das funções sociais da cidade e da propriedade urbana, estabelecendo como uma das diretrizes gerais “a garantia do direito a cidades sustentáveis, entendido como o direito à terra urbana, à moradia, ao saneamento ambiental, à infra-estrutura urbana, ao transporte e aos serviços públicos, ao trabalho e ao lazer, para as presentes e futuras gerações”.

A Lei do Estatuto da Cidade (2001) representou, portanto, um avanço na luta pelo direito à cidade, a qual segundo Kowarick(1980) *apud* Rolnik (2013, p. 2)

emergiu como contraposição a um modelo de urbanização excludente e espoliativo, que ao longo de décadas de urbanização acelerada, absorveu em poucas e grandes cidades – sem jamais integrá-los – grandes contingentes de pobres migrantes de zonas rurais e pequenas cidades do país. O modelo urbanístico de crescimento das grandes cidades foi estruturado pela chamada pela “logica da desordem”.

Entretanto, apesar dos avanços, após mais de dez anos de promulgação da referida lei, Rolnik (2013, p.1) em uma análise retrospectiva, ressalta que a conjuntura política e social específica que tornou possível a aprovação do Estatuto vem se modificando ao longo dos últimos anos no Brasil, resultando em um processo contínuo de disputas:

Este balanço não pode deixar de considerar as dimensões do processo político e social que deram origem ao Estatuto, assim como de que forma estas mesmas dimensões foram se transformando no país ao longo dos dez anos que nos separam de sua aprovação pelo Congresso Nacional. A hipótese que lançamos [...] é a de que todo o processo – incluindo a formulação, aprovação, aplicação e interpretação do Estatuto da Cidade tem sido uma história de disputa entre projetos distintos de Reforma.

Desse modo, não se pode desconsiderar a retomada do processo de liberalização política e econômica no Brasil, com desdobramentos na política urbana. Conforme expõe Rolnik (2013, p. 2),

se por um lado, ao longo dos anos 80 e 90 os movimentos sociais e populares conseguiram pautar o processo de redemocratização com questões pertinentes à construção de um estado de direitos – onde o acesso à terra e sua função social tem um papel central -, por outro lado o projeto neoliberal de política urbana e a integração do país aos circuitos globalizados do capital e das finanças, assim como a forma através da qual o jogo eleitoral no país foi sendo estruturado no período, pautam igualmente os rumos da política urbana no país, marcando este processo de forma ambígua e contraditória.

Vale registrar que esse processo não é exclusivo do Brasil, podendo ser estendido às cidades latino-americanas. Conforme exposto em Kowarick (2009,

p.57) as “contradições urbanas” sempre existiram, tendo assumido recentemente uma nova face:

[...] numa perspectiva histórica, salta à vista que graves problemas urbanos sempre existiram no cenário das cidades latino-americanas. Malgrado isto, nas últimas duas ou três décadas elas parecem ter adquirido feições diversas. Não se trata apenas de velhos problemas que se agravaram com o aumento populacional, numa espécie de reedição ampliada do passado. O “novo”[...] está na mudança do caráter das relações internacionais nas conseqüentes alterações no cerne da dinâmica econômica.

No Brasil, o Estatuto da Cidade, apesar de dispor de princípios e diretrizes importantes, não foi acompanhado de uma reforma do Estado na área do desenvolvimento urbano, de modo a permitir que os entes executem esses princípios e diretrizes (ROLNIK, 2012). Segundo a autora

a economia política das cidades ainda é conduzida pelos setores que têm na cidade o seu negócio. São interesses econômicos mais ligados ao setor imobiliário e ao setor das empreiteiras de obras públicas, concessionárias de serviço público. Isso aí manda nas cidades, nas câmaras municipais, e portanto nós não conseguimos romper essa lógica de hegemonia desse setor nas cidades. [...] Então nós temos um desafio enorme para aplicar a reforma urbana no Brasil. Ela foi anunciada e não foi implementada.

Essas questões aliadas ao novo cenário econômico, caracterizado por Rolnik (2013) pela “integração dos trabalhadores no mercado de consumo (inclusive da mercadoria “casa”), a inserção da acumulação urbana nos circuitos financeiros globalizados”, reforçam ainda mais a afirmação de que os instrumentos trazidos pelo Estatuto não são suficientes para fazer valer os princípios da reforma urbana enunciados na Constituição.

Segundo a autora “não resta dúvida de que não se trata de aplicar um ordenamento jurídico puro e simplesmente sem repensar o sistema político, de financiamento, planejamento e gestão do território que definem estas questões no âmbito do Estado brasileiro” (ROLNIK, 2013, p. 15).

Face ao exposto, apesar dos avanços e conquistas, ainda há muito a ser construído na conquista do direito à cidade e no combate à desigualdade no Brasil. O enfrentamento dessas questões, se dá no âmbito da democracia, entendida, conforme exposto em Chauí (2005), como a forma sociopolítica que busca conciliar o princípio da igualdade e da liberdade e a existência real das desigualdades, bem como o princípio da legitimidade do conflito e a existência de contradições materiais.

Isso significa que a democracia não se limita a garantir direitos, mas tem como característica principal a criação de direitos novos, postos pelas condições históricas e pelas lutas sociopolíticas. Nesse sentido, aponta como elemento essencial na forma política da democracia a existência dos conflitos.

1.2.2. Participação

Segundo Cremonese (2012, p. 83) a participação pode ser identificada a partir de duas instâncias principais. São elas: a participação política e a participação social. No primeiro caso, “pode-se definir a participação política como o número e a intensidade de indivíduos e grupos envolvidos nas tomadas de decisão.” Citando Alves e Viscarra (2006, p. 170) o autor identifica três formas de participação política: convencional; não convencional e comunitária.

a) a participação convencional, utilizada por meios institucionais, autorizada ou regulada por leis ou normas, como votar em eleições, militância partidária, entre outras; b) a participação não convencional, referente às ações que empregam meios extra institucionais que contrariam as regras estabelecidas, incluindo ocupações de prédios ou terrenos, obstrução de vias públicas, etc.; c) participação comunitária, que possui o maior apoio de comunidades locais, como ONGs, movimentos de bairros, voluntariado e associações comunitárias, que, desde a década de 80, estão aumentando significativamente no Brasil. (CREMONESE, 2012, p. 84).

Quanto aos canais de participação política, Avelar e Cintra (2004) apud Cremonese (2012) identificam três canais. São eles: eleitoral, corporativo e organizacional.

O primeiro: canal eleitoral – diz respeito a formas de participação política em atividades como os atos de votar, frequência em reuniões de partidos, convencer as pessoas a optar por certos candidatos e partidos, contribuir financeiramente para campanhas eleitorais, arrecadar fundos, ser membro de cúpula partidária, candidatar-se. O segundo: canais corporativos – tem a ver com a representação de interesses privados no sistema estatal, organizações profissionais e empresariais, as instâncias do Judiciário e dos Legislativos. O terceiro: a participação pelo canal organizacional, que abrange as atividades que se dão no espaço não institucionalizado da política, como os movimentos sociais (étnicos, de gênero, opção sexual). (CREMONESE, 2012, p. 83).

Para Sader (1988), os espaços públicos institucionais de participação devem ser entendidos como espaços de compartilhamento do poder, o que significa que estes devem expressar a radicalização da democracia representada pela efetivação de direitos e transparência da gestão pública; o governo deve viabilizar os recursos para a participação e assegurar o acesso às informações; os espaços públicos de participação devem ser ocupados por organizações eleitas em fóruns próprios e pela própria sociedade civil.

Quanto à participação social esta tem como ênfase o processo de atuação das classes populares na busca pelos seus direitos, ou seja, “a participação é vista, a partir da classe trabalhadora, das classes populares, como um processo de lutas em que a população tenta assumir, buscar a sua parte”. (CREMONESE, 2012, p. 80).

Essa questão está diretamente associada ao papel desempenhado historicamente pelos movimentos sociais, que se apóia nas contribuições de Marx. Segundo Scherer-Warren (1987) apud Gohn (1997, p. 176), Marx relaciona os movimentos sociais à práxis e à consciência de classe:

Marx foi um dos importantes criadores de um projeto de transformação radical da estrutura social, projeto este de superação das condições de opressão de classe. Para sua realização, além do amadurecimento das condições estruturais propícias, exige-se também uma práxis revolucionária das classes exploradas. A efetivação desta práxis, porém, requer a formação da consciência de classe e de uma ideologia autônoma de forma organizada, para as quais sugere o partido de classe. [...] A manifestação de interesses comuns e a realização dos que vivem sob as mesmas condições de exploração criam a possibilidade de

uma consciência de classe. Quando as classes conscientes geram um movimento social e uma organização de classe, desenvolvem uma ideologia própria de classe (SCHERER-WARREN, 1987, p.34 *apud* GOHN, 2011, p. 176).

Para Sader (1988), os movimentos sociais buscam a sua autonomia em relação ao Estado:

De acordo com esta concepção, as classes populares se organizam em uma imensa variedade de planos, segundo o lugar de trabalho ou moradia, e não mais apenas em sindicatos e partidos. Há nestes novos sujeitos sociais uma grande preocupação com a autonomia. Embora o discurso da autonomia seja geral, ou melhor, em relação a todos os demais – Estado, Igrejas, Sindicatos, Partidos – na prática esta só é efetiva em relação ao Estado, considerado então como inimigo, a quem o movimento deveria se contrapor e não compor. Os novos “protagonistas” sociais utilizam-se de variadas formas de expressão, “mas privilegiam as ‘ações diretas’ – mobilizações, quebra-quebra, greves, saques, através das quais manifestam suas vontades – são muito intermitentes, mutáveis, ágeis, tanto quanto instáveis” (SADER, 1988, p.84).

Atualizando essa discussão, Nascimento (2008), citando Doimo (1995), Sherer-Warren (2005), traz para a reflexão a teoria dos Novos Movimentos Sociais (NMS) e da Mobilização de Recursos (MR), as quais extrapolam o paradigma clássico marxista - fundado no entendimento do movimento social enquanto movimento operário, como forma de luta pela superação das condições de opressão de classe - passando a incorporar outros aspectos relacionados, por exemplo, a questão cultural ou de gênero.

A teoria dos Novos Movimentos Sociais surge na Europa a partir da percepção da inadequação do paradigma clássico, questionando sobre a primazia das relações econômicas e, também, se as principais lutas no atual contexto ocorrem no campo cultural. [...] Tal corrente partiu da recusa da idéia do sujeito único – o movimento, o partido – e da negação da premissa que estabelece a homogeneidade da classe e da descrença na eficácia de ideologias externas à própria ação. E, conseqüentemente, com o movimento operário deixando de ser o personagem central da história social. (NASCIMENTO, 2008, p. 77).

Na teoria da Mobilização de Recursos, segundo Nascimento (2008, p. 78), os movimentos sociais “são grupos de interesse (organizações) analisadas sob a

ótica da burocracia de uma instituição. A ferramenta básica de análise é o custo-benefício das ações, considerando-se os recursos humanos, financeiros e de infraestrutura. A MR entende que o líder tem papel fundamental no desempenho de ação. Assim, o sucesso está pautado na organização hierárquica das funções”.

Segundo Maria de Fátima Nascimento, as principais críticas relativas à teoria da MR referem-se ao fato das mesmas:

- i) ignorar as lutas, valores, princípios, cultura, normas, objetivos, projetos etc. dos grupos sociais subordinados, considerados como impotentes para gerar movimento e ação política;
- ii) possuir uma visão burocrática da ação social, considerando aqueles que se mobilizam como desorganizados;
- iii) negligenciar o processo de interpretação das carências;
- iv) excluir da análise a questão de classe social. Falta à MR uma análise do papel dos partidos e das ideologias, além da superficialidade da análise das relações sociais, que se reduz à questão dos recursos materiais. (NASCIMENTO, 2008, p. 78).

Apoiada ainda nas formulações de Gohn (2004) a Maria de Fátima destaca ainda como crítica a falta de análise de contexto político e social e o “desconhecimento político do papel do Estado ao ignorar o caráter de luta dos atores” (NASCIMENTO, 2008, p. 78).

Para o presente trabalho adotar-se-á a definição de movimento social conforme exposta em Gohn (2011, p. 335/6):

Os movimentos sociais podem ser definidos como ações sociais coletivas de caráter sociopolítico e cultural que viabilizam formas distintas de a população se organizar e expressar suas demandas. Na ação concreta, essas formas adotam diferentes estratégias que variam da simples denúncia, passando pela pressão direta (mobilizações, marchas, concentrações, passeatas, distúrbios à ordem constituída, atos de desobediência civil, negociações etc.) até as pressões indiretas [...] possuem identidade, têm opositor e articulam ou fundamentam-se em um projeto de vida e de sociedade.

Na atualidade, segundo a autora, os movimentos sociais vêm se utilizando de novos meios de mobilização, através da internet.

Os principais movimentos sociais atuam por meio de redes sociais, locais, regionais, nacionais e internacionais ou

transnacionais, e utilizam-se muito dos novos meios de comunicação e informação, como a internet. Por isso, exercitam o que Habermas denominou de o agir comunicativo. A criação e o desenvolvimento de novos saberes, na atualidade, são também produtos dessa comunicabilidade. (GOHN, 2011, p.335).

Com relação a essa questão, Cremonese (2012, p.98) identifica Facebook e Twitter, como mecanismos capazes de promover mobilização imediata. Ainda segundo o autor, “a maioria dos participantes do movimento é integrada por jovens que, ao contrário do que querem os poderosos, não são apolíticos ou antipolíticos, mas profundamente politizados [...] fazendo emergir das praças dos grandes centros urbanos um grito só: “Tomar a vida em nossas mãos”. Em outras palavras, pretendem radicalizar a democracia”. (CREMONESE, 2012, p.98).

Já Chauí (2013) segue na mesma linha de Cremonese (2012) reforçando a importância das redes sociais como forma de articulação: “o que muda pura e simplesmente é o fato de que pela primeira vez em lugar de tocar o bumbo, tocar corneta, os meninos usaram o twitter, a rede social, eles usaram essa forma imediata e amplíssima de convocação”.

A partir do final dos anos 1960 do século XX, a participação passou a fazer “parte do vocabulário político popular [...] e também esteve ligado a uma onda de reivindicações provindas de estudantes universitários por maiores espaços na esfera da educação superior -, e também por parte de vários grupos que queriam, na prática, a efetivação dos direitos já instituídos”. (Pateman, 1992, p.9 *apud* Cremonese, 2012, p.84).

Com o golpe de Estado (1964-1985) e a instauração da ditadura militar a elite estava com o poder de decisão, contando com os aparelhos repressores do Estado, ditando as regras do jogo. Não havia espaço para o avanço social, ao contrário, os direitos dos trabalhadores foram soterrados com um verdadeiro retrocesso político. A questão que permanece sem resposta é: por que o Brasil até os dias de hoje não realizou uma verdadeira reforma agrária? É preciso buscar respostas no cerne de um quadro histórico e social pautado na participação popular, na ênfase da democracia, no Estado de direito.

Em 1985, registra-se um grande momento histórico de intensa mobilização da sociedade brasileira, no enfrentamento da ditadura militar, na busca pela abertura política, depois de 21 anos de repressão. Esse pode ser considerado o maior movimento da história do país no século passado, destacando-se a importância do envolvimento da classe política (oposição), dos sindicatos, das associações de classe, da Igreja, da mobilização estudantil, de movimentos sociais, e de alguns setores da mídia e que, posteriormente, as circunstâncias apontam a necessidade de se ajustar a então “nova” ordem instalada.

A reflexão que se pode fazer desse momento tão crucial para o processo de consolidação da democracia no Brasil refere-se à construção de uma consciência política, a necessidade da mudança de sentir o ar da liberdade. Por outro lado, o desgaste de um sistema falido, conduzia as massas, sequiosas de mudança e de justiça, a se contrapor a um sistema de dominação inaceitável.

Posteriormente à promulgação da Constituição Federal de 1988 “percebem-se alguns avanços na democracia brasileira. É notória a crescente participação da sociedade civil, que busca, em sinergia com o Estado, a gestão e a instituição de políticas públicas, principalmente nas áreas de seguridade social e de saúde” (CREMONESE, 2012, p. 84), e do direito à cidade, tendo como rebatimento principal a promulgação do Estatuto da Cidade (2001), conforme exposto no item anterior.

Em 2013, ressaltam-se as manifestações que eclodiram por todo o Brasil, caracterizando a indignação do povo brasileiro. Inicialmente consistia apenas em uma oposição dos paulistanos ao aumento das passagens de ônibus. O movimento não possuía uma liderança centralizada, mas, sim, um conjunto de jovens unidos por uma causa. Logo, o movimento cresceu e ganhou eco por todo o país. O grito agora não era apenas contra o aumento das passagens de ônibus, mas também contra a má utilização dos recursos públicos - pela União, Estados e Municípios - particularmente na construção e reforma de estádios de futebol, destinados à sediar a Copa do Mundo de 2014. De modo mais amplo,

reivindicava-se, também, a melhoria do sistema público de transporte, educação e saúde, ou seja, de uma infra-estrutura social de qualidade.

Um dos resultados mais importantes desse movimento refere-se a definição do e repasse dos recursos oriundos do pré-sal para os Ministérios da Saúde e Educação. Portanto, as manifestações, que ocorreram em todo o Brasil, produziram grandes mudanças, mostrando o poder do povo na dinâmica social.

Segundo Chauí (2013), quando se procura explicar as manifestações que ocorreram em 2013, no Brasil, e, particularmente em São Paulo, deve-se considerar três questões:

A primeira é que, no caso específico de São Paulo, foi uma conjuntura de recusa, de explosão do inferno urbano. A explosão dos automóveis, da falta de mobilidade total, a explosão dos condomínios e shoppings centers. Além disso, você tem a indecência mortífera indigna do transporte público. [...]. As frotas de ônibus são velhas, os empresários fazem aquelas linhas absolutamente longas porque são mais lucrativas, você não tem linhas interbairros, linhas no interior do centro, é um inferno. [...] Além disso, você tinha um clima preparado de descontentamento com a cidade. Porque as empreiteiras não tem compromisso com o público, as imobiliárias também nenhum, as montadoras foram desoneradas e os cartéis de máfia do transporte coletivo também não têm nenhum compromisso. [...] O que muda pura e simplesmente é o fato de que pela primeira vez em lugar de tocar o bumbo, tocar corneta, os meninos usaram o Twitter, a rede social, eles usaram essa forma imediata e amplíssima de convocação. (CHAUI, 2013, p.10)

Essas reflexões são importantes para se entender que a questão da participação no Brasil não parte do vazio e sim de razões, de sensibilidade, debates e discussões que preparam o momento e apontam rumo às decisões, como se fosse o ar preso às entranhas com necessidade imperiosa de fluir, oxigenando a história.

1.2.3. Território e Periferia

Nesse item serão enfocadas as questões referentes aos conceitos de território e periferia, buscando atualizar o debate e melhor contextualizar a inserção do objeto de estudo. Vale registrar, inicialmente, que esses conceitos estão, de um modo geral, associados à produção do espaço, aqui entendido como resultado de um processo social, associado à atuação de diferentes agentes, os quais segundo Correa (1989) referem-se aos proprietários dos meios de produção; os proprietários fundiários; os promotores imobiliários; o Estado e os movimentos sociais.

Desses, o Estado assume papel preponderante a partir de sua função normativa, capaz de intervir diretamente sobre a atuação dos demais agentes. Entretanto, se ao mesmo caberia uma ação reguladora e a distribuição equânime de recursos, com a minimização das contradições, o que se constata é o privilegiamento de determinados segmentos sociais, em prol do grande capital, definindo a divisão e hierarquia de classes, entre os que impõem o poder e aqueles que executam.

No caso brasileiro tem-se historicamente que os proprietários dos meios de produção e os proprietários fundiários sempre estiveram próximos do poder, tanto do legislativo, quanto do executivo, detendo o domínio sobre uma classe excluída, que se manteve à margem dos centros de decisão, reproduzindo um quadro de serventia social, no qual trabalhadores se constituem em mão de obra executora à mercê do domínio de quem sempre manipulou a situação pelo acesso ao poder.

Quanto ao conceito de território, segundo Andrade (2002), este se constitui a partir das práticas e das condições sócio-econômicas de seus habitantes, um ambiente no qual se produz a identidade coletiva de uma comunidade. O autor conceitua o território a partir da forma de apropriação de um determinado espaço, por um grupo social – que o transforma pelo uso que lhe destina, e imprime identidades dessa mesma comunidade.

Para Haesbaert (2002) deve-se considerar os grupos sociais que ocupam o território, a partir de suas dimensões simbólicas e identitárias, sendo o espaço

construído por meio da troca de relações sociais, políticas, culturais e econômicas.

Milton Santos (2002, p. 8) destaca a questão da identidade na temática do território, ressaltando o aspecto do “território usado”:

O território não é apenas o conjunto dos sistemas naturais e de sistemas de coisas superpostas. O território tem que ser entendido como o *território usado*, não o território em si. O território usado é o chão mais a identidade. A identidade é o sentimento de pertencer àquilo que nos pertence. O território é o fundamento do trabalho, o lugar da residência, das trocas materiais e espirituais e do exercício da vida. [...] É o território usado que é uma categoria de análise.

Albagli (2004, p. 26-27) atribui à noção de território diversas dimensões - políticas, culturais e simbólicas. Segundo a autora “cada território é [...] moldado a partir da combinação de condições e forças internas e externas, devendo ser compreendido como parte de uma totalidade espacial”.

Ainda segundo a autora, “o território não se reduz então à sua dimensão material ou concreta; ele é, também, um campo de forças, uma teia ou rede de relações “que se projetam no espaço”. É construído historicamente, remetendo, a diferentes contextos e escalas. Assim, o território deve ser objeto de análise, sob diferentes perspectivas, como a geográfica, antropológico-cultural, sociológica, econômica, jurídico-política, bioecológica -, que o percebem, cada qual, segundo suas abordagens específicas.

Nesse debate Soares (2006, p. 22), a partir da análise da cidade de Salvador, contribui com o conceito de “território popular”, associando as condições sócio-econômicas de desigualdade e empobrecimento, as práticas cotidianas e a cultura, Nesse sentido, trata-se de um

espaço social produzido, que se constitui em face de um contexto de desigualdade social e empobrecimento urbano. A constituição dos territórios populares em Salvador é heterogênea, reflexo da diversidade de práticas culturais e das próprias estratégias criadas para a sobrevivência da população. Como prática social o território é um campo que se constitui em simultaneamente a identidade

coletiva dos moradores, que se expressam através de sua cultura e da possibilidade de sua condição socioeconômica. Somando-se práticas cotidianas, cultura e condição sócio-econômica temos um conjunto de variáveis que sinalizam um habitus comum, que está contido no território na mesma medida que este o contém. O habitus comum, produto da territorialidade, estrutura as relações culturais em um território que assenta a identidade social do grupo.

Vale ressaltar que, conforme afirma o autor, que a definição de um território popular não está circunscrito à questão da pobreza urbana e da precariedade de serviços, mas “também ao fato de que nestes territórios o cotidiano e as práticas das pessoas são mais compartilhadas, assim como as relações de vizinhança que são mais próximas e marcadas por uma luta comum de sobrevivência. As práticas populares, mediadas pelas disposições econômicas e pelo poder do capital, constroem o bairro e os territórios dando significação a forma física e aos conteúdos sociais”. (SOARES,2006, p. 22).

Essa questão, conforme expõe Soares (2006, p. 22) resulta na composição de diferentes territórios em Salvador, a partir das diferentes práticas populares, destacando as diferenças referentes aos bairros do Subúrbio Ferroviário

que possuem peculiaridades socioculturais que os diferem dos bairros da área do Miolo da cidade. Como variáveis que induzem a diferenciação entre estas áreas, podemos considerar proximidade e a relação com o mar, assim como uma presença mais consolidada da história e cultura afrodescendente, a se expressar nos rituais religiosos e até mesmo no misticismo lendário do Parque São Bartolomeu, que se localiza em grande porção na área suburbana.

No que tange à temática da periferia urbana, tem-se que até a década de 1980, essas caracterizaram o processo de urbanização nas grandes e médias cidades brasileiras, principalmente a partir da atuação do Estado. Pode-se registrar a implantação de conjuntos habitacionais voltados para a população de baixa e média renda, em áreas afastadas dos centros e desprovidas de infraestrutura urbana, a partir de 1964, com a criação do BNH (Banco Nacional de Habitação). Uma outra forma de intervenção refere-se à implantação dos loteamentos populares pelas administrações municipais, a exemplo de Salvador, no final dos anos 1960, em áreas até então pouco valorizadas.

No caso de Salvador, terceira maior metrópole em número de habitantes no Brasil, a cidade tem a si anexado a marca de um crescimento urbano desordenado, trazendo à luz da análise questões relativas à busca da compreensão de como, ou até onde, o Estado, sendo o responsável por ações e intervenções estruturantes no espaço que lhe confere atuar, pode, enquanto poder público a si atribuir o compromisso de reverter situações de caos social, a exemplo dos bairros localizados à margem dos centros urbanos, então em locais periféricos. Tal fato gera um grave cenário de desigualdade social e de caos no tocante à infraestrutura básica e déficit nos atendimentos prioritários na geração de uma dinâmica calcada na qualidade de vida e nas condições existenciais mínimas e de sobrevivência de sua população.

De um modo geral, as melhores áreas das cidades foram disponibilizadas para atender aos interesses de uma classe dominante, sendo o Estado o principal agente promotor das grandes obras de infraestrutura; de equipamentos de segurança, lazer etc., beneficiando as áreas centrais, em detrimento das áreas mais afastadas.

Desse modo, periferia passa a ser um eixo temático associado à atuação do Estado. Kovarick (2009, p.58) ressalta a participação do Estado nesse processo como um importante agente, haja visto os vultosos recursos aplicados, resultando na “produção de novas periferias”

que alargam enormemente as manchas urbanas originando núcleos demograficamente rarefeitos e desprovidos de benfeitorias e nos quais a população constrói a sua “casa própria” em terrenos “clandestinos”, quando não vai habitar em cortiços ou favelas. Apenas sob este prisma já transparece plenamente a enorme anarquia de estruturação-expansão desse padrão periférico de crescimento urbano. Talvez nesse ponto centre-se um aspecto básico das contradições urbanas, na medida em que implica crescente volume de recursos para prover seus moradores com um mínimo de serviços básicos.

Ainda segundo o autor, apesar das particularidades intrínsecas às periferias, principalmente sob o aspecto urbanístico, essas podem ser caracterizadas, de um modo geral, como espaços da “subcidadania”, com

graves problemas de saneamento, transporte, serviços médicos e escolares, em zonas onde predominam casas autoconstruídas, favelas ou o aluguel de um cubículo situado no fundo de um terreno em que se dividem as instalações sanitárias com outros moradores: é o cortiço da periferia. Zonas que abrigam população pobre, onde se gastam várias horas por dia no percurso entre a casa e o trabalho. Lá impera a violência. Dos bandidos, da polícia, quando não dos “justiceiros”. Lá é por excelência o mundo da subcidadania. (KOVARICK, 2009, p.43).

Deve-se registrar, entretanto, que a produção dessas periferias esteve também associada à atuação de empreendedores imobiliários, os quais, face à omissão do poder público, ofereciam lotes a preços reduzidos em loteamentos irregulares e ilegais – já que não dispunham dos serviços básicos de infra-estrutura - implantados em áreas distantes do centro.

Essa relação estabelecida entre centro – caracterizado por espaços qualificados, com população de renda média e alta – e periferia – como local de carências generalizadas - é exposta em Dias e Vidal (2009), p. 4/5:

Historicamente, a divisão dos espaços urbanos reservados à moradia nas metrópoles nacionais seguiu o denominado padrão centro-periferia, marcado pela desigualdade estrutural entre um e outro tipo de espaço, que se fazia expressar, entre outras, pela distância física entre essas áreas e, ainda, pelas próprias disparidades de níveis de renda entre as classes sociais que as habitavam. No centro estavam os equipamentos e serviços urbanos mais qualificados, o mercado de trabalho e as moradias dos segmentos sociais de níveis de renda médio e elevado. Tratava-se da porção legalizada e bem equipada das cidades, e para lá convergia a vida urbana. Nas periferias, em oposição, havia carência geral: falta de infra-estrutura, serviços, transportes, comércio e empregos. Predominavam a ocupação irregular, os loteamentos populares e a autoconstrução. Eram lugares onde o poder público simplesmente se omitia, tanto em questão de regulação sobre as formas de aquisição da terra e dos usos do solo quanto pela inexistência ou precariedade da infra-estrutura e dos serviços básicos. (DIAS e VIDAL, 2009, p. 4/5, grifo nosso).

Santos (1980) e Perruci (1994) apud Dias e Vidal (2009, p. 5) destacam a relação dicotômica e dialética entre centro e periferia, inerentes à desigualdade estrutural intrínseca ao sistema capitalista:

Os núcleos metropolitanos brasileiros, privilegiados, bem servidos e de alto valor econômico, exigem, para existir, que as periferias também existam e que sejam mantidas como estão. Com efeito, a desigualdade no capitalismo (de cunho social, econômico, setorial ou espacial) não autoriza, rigorosamente, nenhuma argumentação no sentido de se apontar o que se toma por 'atrasado' ou 'periférico' como um obstáculo ao desenvolvimento do que se supõe 'moderno' ou 'central' (PERRUCCI, 1984). Isso porque tal desigualdade é regida pelas férreas leis da divisão do trabalho, que operam tanto nas estruturas das classes produtivas quanto nos espaços, nacionais e subnacionais, compondo, ao fim e ao cabo, uma dada totalidade social. Desse modo, ao se concentrar originariamente no centro, a acumulação de capital não pode prescindir das partes periféricas do conjunto, num processo histórico de complementaridade e integração.

Conforme expõe Tanaka (2006, p. 121), o auge dos trabalhos e pesquisas relacionadas à periferia no Brasil predominaram no período de fins da década de 1970 e década de 1980, tratada “como um dos pólos da contradição estrutural do desenvolvimento urbano-industrial da sociedade brasileira”.

Nesse contexto, o conceito de periferia urbana² no Brasil, mais do que uma relação de distância entre determinado lugar e a área central, veio sendo historicamente associado a localidades com baixa renda diferencial, vinculando, desse modo, a ocupação do território urbano à estratificação social. Para Bonduki e Rolnik (1982, p. 147/8)

a renda diferencial é o componente da renda fundiária que se baseia nas diferenças entre as condições físicas e localizações dos terrenos e nos diferenciais de investimentos sobre eles, no seu entorno, aplicados. Este componente se soma à renda absoluta, que é, propriamente, a remuneração paga pela existência da propriedade privada [...] Apresentar baixa renda diferencial é o que define periferia, estando o terreno onde estiver no espaço urbano. Conseqüentemente, este será, por excelência, o local de habitação dos trabalhadores.

Conforme expõe Tanaka (2006) a construção social do termo “periferia” está relacionado, portanto a um tempo histórico específico, fundado em três

² Vale registrar que as periferias urbanas no caso brasileiro, historicamente em nada se assemelham aos subúrbios implantados nos Estados Unidos – os subúrbios jardins - voltados para as classes de renda média e alta. Conforme expõe Domingues (2007, p. 140) “nos EUA, o subúrbio tomou, curiosamente, significados positivos associados ao «sonho americano», por oposição ao gueto, habitualmente posicionado nas áreas centrais decadentes, pobres e mais ou menos marginais”.

aspectos principais: na ideologia do Estado provedor; no paradigma do crescimento e do trabalho industrial, e na atuação dos movimentos sociais urbanos. Conforme expõe a autora, tratava-se do período de “crescimento econômico industrial e transição política da ditadura para a democracia [...] pela intensa expansão urbana periférica e ascensão das lutas urbanas. Esse foi um momento de inflexão da sociedade brasileira e na forma de crescimento da cidade”.

Nesse contexto sócio-político e histórico, o conceito de periferia pode ser definido como o “lugar de moradia da força de trabalho urbana, caracterizado pela mão-de-obra necessária para o crescimento da produção, e por suas carências, ressaltando as condições desiguais de acesso à infra-estrutura e serviços urbanos, visando legitimar as ações populares de reivindicações por melhorias urbanas” (TANAKA, 2006, p. 145).

A partir dos anos 1990, segundo a autora, registra-se um novo contexto sociopolítico e econômico que passou a se configurar em âmbito mundial, com repercussão direta sobre a dinâmica urbana. Destaca-se, nesse contexto os seguintes aspectos: - a substituição da ideologia do Estado do Bem-Estar pela ideologia neoliberal; - a perda do paradigma do crescimento e do trabalho industrial como estruturante das relações sociais; - a limitação da atuação dos movimentos sociais.

Com isso, segundo a autora, o termo “periferia” passou a designar apenas o “lugar, da pobreza, da irregularidade, ilegalidade e informalidade sem maiores análises sobre as lógicas de produção da cidade, [passando] simplesmente a ser um lugar que se contrapõe ao outro, da riqueza [...], legalidade, produção formal, voltando a expressar uma visão dual da cidade, a qual inicialmente procurava se contrapor”. (TANAKA, 2006, p. 140).

De um modo geral, “periferia” passou a ser associado às áreas desprovidas de serviços básicos de infra-estrutura, e com baixas condições de habitabilidade, conforme utilizado por diversos autores. SERPA (2002) baseando-se em Paviani (1994) estabelece que as “periferias urbanas”

diferenciam-se do resto da cidade pela precariedade da configuração espacial. Através da consolidação de loteamentos clandestinos, imprime-se, no espaço urbano, um processo social maior, de exclusão. A moradia, por sua tradução na paisagem urbana, é o elemento denunciado das diversas formas de segregação sócio-espacial (PAVIANI, 1994 *apud* SERPA, 2002, p. 161).

Ainda segundo Serpa (2002, p. 161) a periferia representa o “lócus da reprodução sócio-espacial da população de baixa renda”:

Este termo, também apropriado pela geografia, explicita, via de regra, áreas localizadas fora ou nas imediações de algum centro. Todavia, atualmente, muitas áreas afastadas dos centros das cidades não são entendidas como periféricas. O termo absorveu uma conotação sociológica, redefinindo-se. Dessa forma, “periferia” hoje significa também aquelas áreas com infraestrutura e equipamentos de serviço deficientes, sendo essencialmente o lócus da reprodução sócio-espacial da população de baixa renda.

Fonseca e Silva (1992, p. 79) analisando a questão específica do Subúrbio Ferroviário de Salvador, trazem à luz essa discussão ao debaterem os termos “subúrbio” e “periferia”. Considerando que o primeiro termo “valoriza demais o caráter geográfico de distância e do modo de transporte, em nosso caso, em detrimento dos aspectos sócio-políticos”, fazem a opção pela adoção do conceito de periferia:

Nesta perspectiva, parece-nos conveniente, a partir de agora, adotar-se o conceito de periferia, ao invés de subúrbio, tendo em vista que o conceito de periferia é mais abrangente e tem caráter dinâmico do ponto de vista sócio-espacial. [...] Além do mais, o referido termo [subúrbio] escamoteia a principal questão da periferia ferroviária, que é a do controle, por parte da classe dominante, sobre esta parcela considerável da sociedade através das relações sociais de produção.

Um outro aspecto a ser considerado nesse novo cenário delineado a partir do final do século passado, refere-se à tendência de ressignificação do termo “periferia” em função do contínuo processo de expansão das áreas metropolitanas - sob a atuação intensiva do mercado imobiliário, com o apoio do Estado (mediante a instalação de infra-estruturas e concessões legais) – a partir do qual setores

residenciais voltados para a população de renda mais alta vem sendo implantadas em áreas cada vez mais distantes do centro.

Nesse contexto, essas áreas vem sendo alvo privilegiado de atuação do mercado imobiliário, quer seja mediante a implantação dos condomínios fechados, shopping centers, conforme expõe Maricato (2011, p. 104),

Nas cidades do mundo periférico esse espraiamento das indústrias, dos serviços (grandes shoppings, depósitos, portos secos etc) e dos condomínios residenciais, que se apoia no transporte por automóvel, disputa espaço que anteriormente era ocupado apenas pela população excluída das áreas mais centrais, valorizadas pelo mercado imobiliário.

Dias e Vidal (2009) fazendo referência ao caso de Lauro de Freitas/BA, as denomina de “periferias enobrecidas”

Em síntese, criou-se nas periferias uma nova paisagem, totalmente diferente daquela que havia anteriormente. Tal paisagem decorreu de ações do mercado imobiliário, é bem verdade, mas também de determinadas ações do Estado, seja pela instalação de infraestruturas seja pela própria autorização oficial para construção dos condomínios, não raro com a prática de algum tipo de licenciosidade administrativa. Desnecessário afirmar que esses empreendimentos foram desde sempre orientados pela reprodução social vigente.[...]A essas periferias agregou-se um valor simbólico muito distinto do tradicional, agora como lugar de moradia de padrão elevado, privilegiado, propriedade das elites. (DIAS e VIDAL, 2010, p.10).

Há que se considerar, ainda que nesse processo histórico de desenvolvimento urbano, muitas áreas antes “periféricas” vêm sendo redefinidas, considerando-se, por um lado, a sua inserção física, a partir da redução das distâncias com o espraiamento da mancha urbana, e, por outro, a melhoria das condições de vida e de infra-estrutura, com a oferta dos serviços básicos de abastecimento de água, energia elétrica, pavimentação e sistema de coleta de esgoto.

Conforme exposto por Domingues (2007, p. 140) a ressignificação da periferia está associada também ao processo de urbanização extensiva:

Hoje, o significado da periferia urbana perde-se ainda mais no mosaico da urbanização extensiva. Quando o território passa efetivamente a ser organizado por sistemas de fluxos, redes e relações (que associam escalas urbanas e elementos muito distintos), e não apenas por critérios de contiguidade-proximidade física, as posições «centrais» e, por oposição, as «periféricas», baralham-se nos seus atributos sociais, morfológicos, funcionais, simbólicos (e agora, cada vez mais, ambientais). A condição periférica (socialmente assim definida) pode estar num «centro» (disso falam os especialistas da regeneração urbana dos bairros pobres dos centros ditos históricos), e a distinção social pode residir num condomínio da «periferia» [...].

Tanaka (2006) postula, por sua vez, que esse novo contexto não resultou na ressignificação do termo, mas sim no esvaziamento conceitual da noção de periferia. Segundo a autora o conceito de periferia

perde seu referencial analítico, deixa de ser elemento que agrega as dinâmicas de produção do espaço urbano e se torna incapaz de conferir sentido ao conjunto de lutas sociais e urbanas. A produção da periferia explicada pela superexploração da força de trabalho não tem mais a força e o sentido anterior, na medida em que hoje não é mais suficiente para explicar a pobreza urbana pelo rebaixamento dos salários dos trabalhadores industriais [...] a crise desse modelo teórico das ciências sociais revelou a fragilidade explicativa da noção de periferia. (TANAKA, 2006, p. 154).

Maricato (2011), em recente revisão do pensamento crítico sobre a cidade periférica, reconhece que as alterações significativas no processo de produção capitalista, nos remete a revisão e validade dos conceitos relacionados à cidade no qual se inclui o de “periferia”, resultando em novas formas de ocupação do espaço urbano/regional, citando outras formulações teóricas recentes, a exemplo da “cidade dispersa”³; da “cidade arquipélago”⁴; da “cidadela urbana”⁵. Nesse sentido, a autora considera que na atualidade, para tratar do objeto da pobreza urbana, o conceito de moradia precária é mais preciso do que o de periferia urbana.

³REIS FILHO, N. G.; TANAKA, M. (Orgs). Brasil: estudos sobre dispersão urbana. São Paulo: Fapesb, 2007.

⁴VELTZ, P. Mondialisation, villes et territoires. Paris: PUF, 1996.

⁵MARCUSE, P. “The enclave, the citadel and the ghetto: what has changed in the post fordist US city”. *UrbanAffairsReview*, v. 33, n. 2, 1997.

Enfim o objeto dos baixos salários e da informalidade estrutural, mas também inclui suas contrapartes, ou seja, o universo do qual esse objeto cobra explicações: o Estado e os capitais, em especial o capital imobiliário. (MARICATO, 2011, p. 105/6).

Por fim, à luz dos aportes conceituais elencados acima cabe uma reflexão acerca do objeto de estudo – Periperi. Nesse sentido, o processo histórico de formação do bairro de Periperi, no âmbito do Subúrbio Ferroviário de Salvador/BA, pode ser associado à constituição de um espaço periférico em Salvador, em decorrência do processo de transformação da cidade para uma ordem urbano-industrial, conforme será tratado no Capítulo 2, associado às precárias condições de habitabilidade e à constituição de um movimento social atuante.

Recentemente, no contexto das alterações relativamente ao esvaziamento do conceito de “periferia” no século XXI, aliado às condições de moradia e ao conteúdo sociocultural de Periperi, nos remete ao enquadramento conceitual dessa localidade no âmbito do “território popular”.

O território de Periperi surge como local associado ao desenvolvimento de ferrovia, um espaço com características semelhantes aos demais que estavam surgindo, a exemplo de Plataforma, tendo se diferenciado dos demais por ter sido uma área de veraneio, mais conhecido e melhor localizado geograficamente.

Dessa forma, tem-se o território popular de Periperi no qual, as discussões se procedem e se processam, articulando grupos e segmentos sociais, religiosos, associações comunitárias que se identificam pela afinidade e pela necessidade de encaminhar suas demandas. Nesse território, as ações institucionais, deixam muito a desejar, em muitos casos, independente da matriz ideológica. Assim, prevalecem interesses econômicos ao atendimento das necessidades, desconsiderando suas tipicidades e suas características, já que cada lugar sugere atenções diferenciadas. Tal fato resulta em um quadro conflitante, desembocando em um perfil de desigualdades e perversos posicionamentos, que contrastam com os reais interesses coletivos, conforme será evidenciado ao longo do trabalho.

2. O BAIRRO DE PERIPERI NO CONTEXTO DA CIDADANIA DE SALVADOR/BA

O presente Capítulo trata da caracterização do bairro de Periperi, compreendendo, em primeiro lugar uma breve abordagem histórica acerca da constituição e ocupação do Subúrbio Ferroviário na cidade de Salvador, no qual se insere o objeto de estudo. Essa questão está diretamente relacionada ao processo de expansão econômica da Bahia, a partir do século XIX - tendo como força propulsora a implantação das ferrovias, com forte reflexo na interiorização e suporte logístico para implementação da indústria, da agropecuária e de transporte de passageiros - e, mais recentemente ao processo de industrialização em âmbito metropolitano. Nesse sentido, é pertinente resgatar o contexto histórico para entender que o surgimento do Subúrbio Ferroviário está diretamente associado ao processo de expansão econômica e de industrialização iniciado tardiamente na Bahia, no século XIX.

Em seguida, serão enfocados os principais aspectos físicos de Periperi, particularmente no que se refere à Bacia do Rio Paraguari, bem como a caracterização socioeconômica e de infra-estrutura do bairro.

2.1. O bairro de Periperi no contexto histórico do processo de ocupação do Subúrbio Ferroviário

A contextualização do processo histórico de surgimento e ocupação do Subúrbio Ferroviário será enfocada a partir da periodização definida em Fonseca e Silva (1992), abrangendo quatro períodos que marcaram o processo de desenvolvimento e industrialização do Estado da Bahia e a expansão urbana da cidade de Salvador, e particularmente, a gênese e o desenvolvimento dos bairros de Paripe e de Periperi, analisados pelos autores.

São os seguintes os períodos enfocados: a. A expansão econômica da Bahia e gênese dos bairros suburbanos - 1850 a 1900; b. A crise da economia agrícola

baiana e evolução dos bairros de Paripe e de Periperi - 1900 a 1940; c. O início do processo de industrialização da Bahia e o forte crescimento demográfico e espacial de Paripe e de Periperi - 1940 a 1970; d. A consolidação do processo industrial e evolução do desenvolvimento dos bairros de Paripe e Periperi - 1970 a 1990.

a. A expansão econômica da Bahia e a gênese dos bairros de Paripe e de Periperi (1850 a 1900)

O processo de expansão econômica e de industrialização na Bahia, conforme afirmam Fonseca e Silva (1992) teve início a partir do século XIX. Posteriormente, tem-se o processo de evolução da indústria, com o engajamento de empresários nacionais aos avanços tecnológicos, com vistas ao aumento da produtividade (a exemplo do engenho a vapor) e a melhoria da malha portuária, bem como a construção das ferrovias. Segundo Fonseca e Silva (1992),

Os maiores impactos tornam-se explícitos a partir de 1850, quando inovações foram inseridas no setor produtivo baiano, mais especificamente nas indústrias. No tocante à infraestruturas, também sofre mudanças (FONSECA E SILVA, 1992, p.69).

Quanto à infra-estrutura destaca-se a implantação do sistema ferroviário, a partir do qual, conforme aponta Fonseca e Silva (1992, p. 69), o Estado da Bahia se engajou no processo de interiorização, com o surgimento de novas regiões produtoras:

O resultado dessa penetração foi a divisão territorial do trabalho, fazendo com que certas áreas se especializassem em ramos específicos de produção, como são os casos do agreste e do sertão [...] do Além São Francisco [...] e do Recôncavo que já desenvolvia as culturas de cana-de-açúcar e do fumo, principalmente. Com esta especialização do espaço foi possível maximizar os lucros através da produtividade pois havia sido criada a articulação entre as regiões, através da via férrea e do transporte costeiro, diminuindo as distâncias e facilitando o escoamento de mercadorias para o Porto de Salvador.

Vasconcelos (2002, p.212) aponta a importância do Estado como agente facilitador dos grandes investimentos na infraestrutura, o qual é de suma importância para o desenvolvimento do país:

O Estado, em seus diferentes níveis, continuou intervindo no funcionamento da cidade. No nível imperial, destaca-se o estabelecimento da concessão da ferrovia da Bahia (Salvador) ao São Francisco, em 1853.

Esta relação entre desenvolvimento econômico do Estado e implantação do sistema ferroviário na Bahia é explicitada em Santos (1959), destacando-se as estradas de ferro de Nazaré, Santo Amaro e Cachoeira, cuja ampliação ocorreu até as primeiras décadas do século XX.

A ligação entre a ferrovia e o porto diminuiu a distância entre as regiões, promovendo, de forma mais eficaz, o escoamento da produção agrícola e pecuária. No final do século XIX, o Estado da Bahia já contava com quatro ferrovias: Estrada de Ferro Bahia–São Francisco (1853); Estrada de Ferro Central do Brasil (1866); Estrada de Ferro Santo Amaro (1875); e a Estrada de Ferro Centro-Oeste da Bahia (1891) (FONSECA e SILVA,1992). Essas ferrovias foram posteriormente unificadas na Viação Férrea Federal Leste Brasileira, conforme expõe Barreto (2011, p. 13):

Diante de uma crise que se abateu na companhia de trem, foi necessária a intervenção do governo federal nas ferrovias brasileiras. Todas foram unificadas e passaram a ser administradas pela Compagnie de Federaux Du L'EstBrésilien, uma empresa franco-belga. Já em 1934, após nova intervenção e sob o comando do engenheiro Lauro de Freitas, a ferrovia baiana passava a ser chamada de Viação Férrea Federal Leste Brasileira, mais conhecida como a “Leste”.

O surgimento do Subúrbio Ferroviário de Salvador, como o próprio nome sugere, vai se dar, pois no contexto de implantação desse sistema ferroviário, particularmente em junho de 1860, ocasião de construção do trecho entre a Calçada e Paripe, às margens da Bahia de Todos os Santos, com aproximadamente 14 km de extensão. Esse trecho, posteriormente foi ampliado para fazer a ligação entre o Recôncavo e Salvador.

Conforme exposto por Gordilho-Souza (2004) essa área, ocupada anteriormente por engenhos de açúcar⁶, se comunicava com as demais partes da cidade de modo precário:

A faixa de terra litorânea, à noroeste da cidade, ao longo da borda da Baía de Todos os Santos, de grande beleza natural, foi povoada inicialmente em função dos engenhos de açúcar, aí existentes, que se comunicavam com Salvador e com o Recôncavo pelo mar e, posteriormente, com a ampliação de alguns núcleos, Plataforma, Periperi e Paripe. [...] As vias de comunicação e transporte terrestre entre Salvador e o seu hinterland, até meados do século XIX, eram escassas e precárias, constituindo caminhos de cumeadas e estradas de boiadas (GORDILHO-SOUZA, 2004, p. 7).

Essa ligação ferroviária cumpriu, desse modo, um duplo papel: por um lado, ampliou a acessibilidade dos habitantes a outras áreas da cidade, e, por outro, favoreceu o processo de expansão urbana de Salvador, que passou a ter na implantação dessa ferrovia um marco propulsor, em decorrência do atendimento do crescimento populacional oriundo da capital. Segundo Gordilho-Souza (2004, p. 7/9)

as ocupações em torno das estações de parada ao longo do percurso do subúrbio até o limite do município de Salvador, na Baía de Aratú, foram se desenvolvendo, contribuindo para a ampliação dos núcleos existentes e surgimento de novos [...]. Das bucólicas áreas de veraneio próximas às paradas de trem nos núcleos antigos de Plataforma, Periperi, Paripe, o Subúrbio Ferroviário de Salvador se expandiu, inicialmente com a expansão de núcleos junto às demais estações da linha férrea.

Vale ressaltar o papel relevante da ferrovia para a implantação, no período em análise, de unidades industriais no Subúrbio, a exemplo da Fábrica de Tecidos de São Brás, em Plataforma, em decorrência da redução dos “custos da produção, tendo em vista que o transporte era barato e a mão-de-obra abundante. Surge, assim, uma área industrial constituída de lugar de produção lugar de residência” (FONSECA E SILVA, 1992, p.70). Nesse sentido, segundo os autores,

⁶Segundo Barreto (2011, p.13), nos primórdios a área constituía-se em “uma aldeia indígena, habitada pelos tupinambás. A grafia primitiva, periperi, piripiri ou piri-piri, significa, para uns, capim-capim ou capinzal, e, para outros, espécies de junco que cresce nos terrenos pantanosos e do qual se fazem esteiras”.

a gênese do espaço suburbano coincide com a inserção da economia baiana no contexto das modernizações industriais, tendo em vista que aumentaram as ligações de Salvador com outras regiões através do fluxo de mercadorias, de capitais e de idéias (FONSECA e SILVA, 1992, p.72).

Segundo Carvalho (1960) *apud* Fonseca e Silva (1992)

o setor mais ativo é o ferroviário, dada as suas funções residencial e industrial. Graças à ferrovia, em ligação constante com Salvador e por preço mais reduzido que qualquer transporte urbano, os subdistritos de Plataforma, Periperi e Paripe, sobretudo, participam direta e ativamente da vida da cidade (CARVALHO, 1960, p.64 *apud* FONSECA E SILVA, 1992, p.71/72).

Vasconcelos (2002) acrescenta que a concentração populacional de operários no subúrbio e o surgimento desses bairros deve-se ao desenvolvimento da atividade industrial no município:

Os subúrbios ferroviários, compostos pelos sub-distritos de Plataforma, Periperi e Paripe, começaram a ter um crescimento populacional importante no período: em 1950 residiam 19.947 habitantes; em 1960, o total foi duplicado para 38.130. Essa área era a segunda concentração industrial do município. (VASCONCELOS, 2002, p.339).

Segundo Souza (2009, p.51), Periperi “considerado um dos bairros mais estruturados do Subúrbio Ferroviário, em relação aos serviços de assistência à população [...] [diferentemente] de Paripe e Plataforma – teve uma ocupação mais recente, a partir do século XX”.

Conforme expõe Peixoto e Caldas (1965) *apud* Fonseca e Silva (1992), o bairro teve início a partir da implantação de uma oficina de manutenção de vagões e locomotivas, em 1920, junto à essa ferrovia. Com a construção das casas, surgiu a primeira rua paralela à estrada de ferro, denominada 1º de Setembro ou, simplesmente, Rua da Estação. A partir da instalação da oficina, o bairro de Periperi entrou, pois em processo de expansão, com intervenção da Prefeitura, conforme expôs Fonseca e Silva, (1992, p.71):

É através dessa incipiente atividade que a população do núcleo começa a crescer e novas atividades são inseridas no local - como é o caso de balneário - provocando sua expansão. Devido a estes fatores, não tardou para que a Prefeitura, através de um plano urbanístico, interviesse, mudando o traçado das ruas e colocando-as sempre paralelas à primeira.

Já no seu aspecto habitacional e urbanístico Barreto (2011, p. 13-14), afirma:

Toda essa terra tinha, ainda, um só proprietário. O dono da fazenda Periperi já não era o coronel Frederico Costa, mas Dr. Visco, a quem era pago o arrendamento dos lotes. O seu genro Almáquio, construiria muitas casas de aluguel, a princípio perto da metalúrgica.

O bairro de Paripe teve sua origem no final do século XIX, segundo Santos e Viana (1965, p. 68) *apud* Fonseca e Silva (1992, p. 71), a partir de uma fazenda de azeite de dendê e de uma olaria. Paripe contava, segundo Fonseca e Silva, com “uma extensão ferroviária, que também ainda servia de ponto receptivo de gado do interior”.

Considera-se, pois pertinente neste trabalho a percepção dos autores ao focarem a análise da gênese do subúrbio, a partir da ocupação populacional na direção de Lobato, Periperi e Paripe, a partir do século XIX, à exceção ao bairro de Plataforma, marcado pela implantação da fábrica de tecidos (Companhia Progresso União Fabril), que à época (1886) já contava com um aglomerado habitacional, viabilizado pela própria empresa.

É neste contexto que tem início a conformação do Subúrbio Ferroviário marcando o início do processo de expansão urbana de Salvador, caracterizada pela centralização da gestão administrativa e financeira do território na capital, com a ocupação pela elite local, e pelo surgimento dos bairros suburbanos, inclusive Periperi, foco desta pesquisa.

b. A retração econômica e a evolução dos bairros de Paripe e de Periperi (1900 a 1940)

Conforme abordado por Fonseca e Silva (1992) o desenvolvimento econômico do Estado da Bahia sofreu uma retração no período de 1900 a 1940. Os principais fatores identificados, conforme abordado, refere-se aos incentivos fiscais e a oferta de uma logística atraente pela região Sudeste, acentuando a concorrência interna, principalmente, pelo Estado de São Paulo, em plena fase de expansão industrial e crescimento na produção cafeeira, deixando o Nordeste em evidente desvantagem.

Entretanto, a região Sul da Bahia se sobressaiu de forma consistente com o ciclo do cacau, que passou a ser vetor econômico, tanto em âmbito comercial, quanto na geração de impostos, tornando-se o provedor de grande parte da receita do Estado. Esse movimento conteve o fluxo migratório para Salvador.

Deve-se ressaltar, nesse período, a crescente valorização da terra e dos imóveis na cidade de Salvador, a primeira capital do país, com a concentração da oferta de serviços e comércio, o que contribuiu para a migração de população de menor renda para o Subúrbio,

Vale registrar, entretanto, que até a década de 1940, o bairro de Periperi cumpria uma função de veraneio no contexto da cidade de Salvador. Conforme expõe Souza, 2009, p.52:

O bairro até a década de 1940 recebia a população do centro de Salvador, que vinha veranear, fazer piquenique com a família, aproveitar o belo litoral, marcando, assim, um aspecto bucólico com características de cidade de interior. Muitos moradores são bastante saudosistas desse período de lenta ocupação do bairro, pois acreditavam na possibilidade do bairro crescer a partir deste contexto, com casas organizadas na proximidade da praia e assim guardar também essa característica interiorana, sem problemas estruturais e sociais como os que acontecem atualmente.

Como descreve Barreto, 2011, p.14:

É mister ressaltar a gênese desse bairro, que num determinado momento histórico era point de veraneio em Salvador. Também colônia de pescadores, nos anos 30 e 40, Periperi se torna um local de veraneio para famílias tradicionais de Salvador, entre seus visitantes, o escritor Jorge Amado, que aqui concluiu, em 1944, o seu livro São Jorge do Ilhéus. Já o romance Os velhos Marinheiros ou o Capitão de Longo Curso, publicado em 1961, imortalizou o subúrbio, fazendo dele o lugar escolhido por seu protagonista para viver seus últimos anos. Aos poucos, Periperi tornou-se um balneário e começou a atrair veranistas que buscavam um lugar tranquilo. Entretanto, nos anos de 1960, em virtude do custo da terra em Salvador, o local passou a ser utilizado como residência daqueles que buscavam realizar o sonho da casa própria.

c. Desenvolvimento industrial e expansão de Paripe e de Periperi (1940 a 1970)

Quanto ao desenvolvimento industrial e a expansão dos bairros de Paripe e de Periperi, Fonseca e Silva (1992) fazem um retrospecto a partir do desenvolvimento econômico do Estado da Bahia, registrando o processo de decadência do ciclo do cacau e a intensificação do processo migratório em direção a Salvador:

A expansão cacaeira no Litoral Sul da Bahia começa a entrar numa fase de estagnação a partir da década de 40 e então, no sentido de diversificar a produção, novas culturas são estimuladas. O destaque é para a mamona e o sisal, dentre outras que se expandiram em diversas regiões do Estado, oferecendo, inclusive, condições para que fossem instalados setores industriais em Salvador. [...] Diante disso, a Região Cacaeira deixa de atrair os nordestinos. Inicia-se, então, um novo surto migratório para Salvador. (FONSECA E SILVA, 1992, p.72).

Em outro instante dessa análise, o olhar dos autores se volta para uma questão nacional: os grandes investimentos do governo federal em infraestrutura, logística e educação - fatores importantes para se atrair conglomerados industriais - no Sul e Sudeste do país. Tal fato não ocorreu no Norte e Nordeste, estabelecendo-se, assim um abismo econômico, social e político entre essas regiões.

Porém, a Bahia passou a se destacar em virtude de sua riqueza natural, a começar pela descoberta de petróleo, com a implantação da Refinaria de

Mataripe (1949-1950); a implantação da hidroelétrica de Paulo Afonso, em 1954; a criação do Banco do Nordeste, em 1952 e da Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE), em 1959, impulsionando a economia baiana. Essa questão passou a ser evidenciada, de forma mais contundente, na indústria, no comércio e serviços, bem como na receita pública, muito mais do que no setor agrícola, além da expansão do setor imobiliário.

Todos esses fatores tiveram impactos na região do Subúrbio, e particularmente em Periperi, como afirmam Fonseca e Silva (1992), sendo um dos bairros que mais cresceu nesse período, passando de local de veraneio para local de residências fixas.

O bairro de Periperi, em particular, conheceu um considerável crescimento demográfico a partir da década de 40, acompanhando, inclusive, o próprio crescimento de Salvador. Neste sentido, Periperi, que tinha 2.251 habitantes no começo da década de 40, passou a concentrar 8.024 no início de 50 e 25.528 na década de 70. Conseqüentemente, ocorreu a expansão do bairro tendo em vista que se inicia a construção de novas casas, chegando a quase 700, ou seja, aproximadamente 65% acima das já existentes (FONSECA e SILVA, 1992, p.73).

Conforme expôs Gordilho-Souza (2004, p. 9), tem-se a partir da década de 1950, o crescimento populacional da cidade de Salvador de uma forma geral, resultando na intensificação do processo de ocupação urbana, com a pressão para ocupação de áreas periféricas, inclusive, às margens do rio, com fins habitacionais. Registra-se a implantação de loteamentos populares no Subúrbio – que só seriam ocupados nas décadas subsequentes -, bem como a ocupação de áreas frágeis sob o aspecto ambiental, a exemplo das áreas de mangue, mediante a construção de palafitas, podendo-se citar a invasão de Alagados (Itapagipe e Lobato) e os Novos Alagados (Enseada de Cabritos), bem como a ocupação das áreas próximas ao Rio Paraguari.

Nesse contexto, conforme Fonseca e Silva (1992), aumentam as demandas e o poder de pressão da população por infra-estrutura e equipamentos públicos,

junto ao Estado, no sentido de que fossem criados serviços e infraestrutura, capazes de beneficiar a população do bairro. Com as pressões, as reivindicações começam a ser atendidas, posto

que foram instalados colégios, postos médicos, serviço de transporte ferroviário modernizado, sendo a partir de então eletrificado com saídas de 20 em 20 minutos (FONSECA e SILVA, 1992, p.74).

Com a instalação do Centro Industrial de Aratu (CIA), na década de 1960, intensifica-se o processo de atração de população, com a migração de pessoas para o Subúrbio, favorecida ainda pela implantação da Avenida Suburbana, interligando os bairros da Calçada e Paripe, sendo articulada à BR 324 através da BA 528. Esse eixo viário passa a ser um dos principais vetores de expansão norte, consolidando “o Subúrbio Ferroviário como o mais populoso e contínuo subúrbio de Salvador” (Regis, 2007). Segundo Fonseca e Silva (1992, p. 75), essa avenida desempenhou um “papel fundamental de ligação dos bairros suburbanos com o contexto urbano da cidade [...]” facilitando “o deslocamento de pessoas e de mercadorias, possibilitando o surgimento de novos serviços nos bairros”.

Registra-se ainda, nesse período, a implantação, pelo governo do Estado, dos primeiros conjuntos habitacionais no Subúrbio, para as faixas de menor renda – que permanecerão vazios por um tempo -, bem como de loteamentos implantados pelo poder público municipal, com vistas a alocar a população removida de outras áreas invadidas da cidade, ou em situação de risco (Gordilho-Souza, 2004).

d. A consolidação do processo industrial e a evolução do desenvolvimento dos bairros de Paripe e Periperi (1970 até 1990)

Fonseca e Silva (1992, p. 75), remonta o processo histórico da industrialização na Bahia, consolidado nas décadas de 1960 e 1970:

O processo de industrialização da Bahia, desencadeado a partir da década de 40, se intensifica e se solidifica no final dos anos 60 e durante os anos 70 devido à instalação do Centro Industrial de Aratu – CIA e do Complexo Petroquímico de Camaçari – COPEC. A instalação do CIA, em 1969, é considerada como um macro dentro do processo e planificação vinculado às inspirações do planejamento brasileiro, representado pela SUDENE. Já o COPEC é, sombra de dúvida, o maior acontecimento de caráter

econômico ocorrido na Bahia desde 1978, data de sua entrada em funcionamento.

Souza (2009) vai na mesma linha de Fonseca e Silva (1992), apontando a década de 1970 como período de expansão do bairro de Periperi:

Com a construção da Avenida Suburbana, em 1970, inicia-se a expansão do bairro de Periperi, propiciando não só um crescimento social e econômico, mas também cultural. Data deste período o auge dos clubes Flamenguinho e Esporte Clube Periperi, com seus marcantes bailes de carnaval e a competição com clubes famosos de Salvador, como o Bahiano de Tênis no bairro da Graça e a Associação Atlética no bairro da Barra (A Tarde, 19/06/1999). Os moradores mais saudosistas relatam essa época com orgulho, porque o bairro se destacava com seus belos bailes de carnaval e muitas vezes ganhava prêmios por sua organização.

Nas décadas subsequentes o processo de ocupação da região do Subúrbio vai ser caracterizado, principalmente pelas ocupações informais, que passam a ocorrer em áreas de propriedade pública – a exemplo das áreas livres dos loteamentos e conjuntos habitacionais – bem como de grandes glebas (GORDILHO-SOUZA, 2004). Nesse sentido, a expectativa de ocupação desse território nos loteamentos projetados, decorrente da atração de população e do desenvolvimento industrial, não se concretizou. Conforme expôs Gordilho-Souza (2004)

essas imensas glebas parceladas, com ruas abertas, permaneceram vazias por décadas, até a década de 1970, quando ocorrem as primeiras ocupações, concomitantemente à construção dos primeiros conjuntos habitacionais aí edificadas.

Pode-se citar como exemplo a invasão de Nova Constituinte, consolidada em 1987. Posteriormente a Prefeitura Municipal de Salvador, transferiu para Constituinte os moradores de bairros que estavam localizados em área de risco, entretanto, sem a mínima condição de moradia, como infra-estrutura e equipamentos, observando-se, na realidade, transferência de problemas, principalmente em relação à segurança pública.

A consolidação dessas invasões ao longo dos anos, conforme exposto em Regis (2007) resultaram, em sua maioria, na formação de novos bairros nessa região, a exemplo de Vista Alegre, Fazenda Coutos, Ilha Amarela, Rio Sena, Alto de Terezinha, Alto de Cabrito, Jardim Lobato, Alto de Coutos – caracterizados pela falta de infra-estrutura. Segundo a autora, esse é um dos maiores problemas ainda enfrentados no Subúrbio, representando um obstáculo ao desenvolvimento urbanístico dessa região.

À medida em que a ocupação se intensificava nas áreas aumentavam os loteamentos regulares, irregulares e invasões, destituídas de qualquer tipo de saneamento ampliando-se os núcleos residenciais (REGIS, 2007, p.44).

Desse modo, constata-se que o poder público não acompanhou a expansão urbana do Subúrbio, e em particular do bairro de Periperi. Conforme afirma Souza (2009, p.57):

Tem-se aqui, então, uma série de características de um bairro que cresceu sem planejamento e, por isso, as transformações ao longo do tempo configuraram em muitas dificuldades para a população de Periperi, no entanto, as relações cotidianas se desenvolvem e acompanham a dinâmica do bairro.

Nesse contexto, a região do Subúrbio Ferroviário, conforme aponta Pereira e Carvalho (2008, p. 86), resultou em uma das áreas mais carentes da cidade,

concentrando uma população extremamente pobre e sendo marcada pela precariedade habitacional, pelas deficiências de infra-estrutura e serviços básicos e, mais recentemente, por altos índices de violência [...]. Assim, a apropriação diferenciada do território urbano se consolidou e intensificou com o surgimento da Salvador moderna.

É pertinente fazer um paralelo entre os chamados bairros nobres e os populares, no que concerne a estrutura social e de raça, objeto de estudo de Carvalho e Pereira (2009, p.96):

Como a posição na estrutura social e a apropriação do espaço urbano são estreitamente articuladas, o território metropolitano termina por assumir diferentes “cores”. A área central de Salvador

(onde ficam bairros como Barris, Graça e Canela) e a faixa da Orla Atlântica que vai de Salvador a Lauro de Freitas, onde se concentram as oportunidades de trabalho, a maior parte dos equipamentos urbanos e os espaços classificados como superiores e como médio superiores constituem as áreas residenciais privilegiadas da parcela branca da população. Ela está especialmente super-representada nos espaços superiores da Barra e da Pituba/Costa Azul. Já o Miolo e o Subúrbio, que apresentam condições mais precárias de habitabilidade e uma menor oferta de equipamentos e serviços urbanos, concentrando as áreas classificadas como populares e subproletárias, abrigam, predominantemente, os pretos e os pardos. Eles se concentram, especialmente, em bairros como a Liberdade (onde há uma forte identidade étnica, por conta de movimentos sociais e culturais ali sediados), São Caetano, Tancredo Neves, Pau da Lima e Cajazeiras. Na Orla Atlântica eles vão aparecer no enclave do Nordeste de Amaralina (a área ao lado da Pituba e próxima ao Rio Vermelho), na Boca do Rio e no Bairro da Paz, que é uma invasão relativamente recente, iniciada nos anos 80 e que se consolidou como bairro nos anos 90, e o Calabar, próximo ao bairro da Barra (PEREIRA, 1989).

O Subúrbio Ferroviário se apresenta como espaço dos pobres, oriundos da exclusão, conforme afirma Vasconcelos (2002, p. 405):

Sendo os “pobres” a maioria da população da metrópole, os seus espaços são encontrados em todas as áreas da cidade. Há, porém, uma maior concentração ao norte do centro histórico (sub-distritos de Santo Antônio, São Caetano), na orla da baía (nos subúrbios correspondentes aos sub-distritos de Plataforma, Periperi e Paripe); no interior da península, conhecido como “Miolo” (sub-distritos de Pirajá, Valéria, São Cristóvão); e, em bolsões no sul da península (Federação, Cosme de Farias etc.), assim como na orla atlântica (Nordeste de Amaralina, Boca do Rio, Itapuã etc.).

Analisando-se, pois o processo de ocupação habitacional e industrial dessa região entende-se o porquê dos trabalhadores do subúrbio serem controlados pela classe dominante, considerando-se que os meios de produção pertenciam à classe dominante, a começar pela própria ferrovia, a indústria têxtil e o comércio, os quais empregavam, em sua maioria, os trabalhadores airesidentes.

Em suma, a classe operária, segregada das regiões centrais de Salvador, passou a se fixar no subúrbio, criando os bairros de Paripe, Periperi, entre outros. Conforme exposto em Fonseca e Silva (1992, p. 72) conclui-se que os bairros suburbanos “como sendo áreas de segregação residencial implantada pela classe

dominante, assumiram um papel importante na cidade do Salvador, reproduzindo as relações sociais de produção”.Portanto, podemos afirmar que o surgimento desta região deve-se ao controle da classe dominante, a qual detinha os terrenos e o poder político na cidade de Salvador, destinando assim, aos menos favorecidos, a fixação nessas áreas.

2.2. Caracterização do bairro de Periperi

2.2.1. Caracterização física: a Bacia do Rio Paraguari

O bairro de Periperi apresenta estreita relação como Rio Paraguari, que integra e constitui-se no rio principal da Bacia de mesmo nome, com nascente na região da Estrada Velha de Periperi, em Coutos. A Bacia do Rio Paraguari, conforme constante no documento “Caminho das Águas” “possui uma área de 5,84 km², o que corresponde a 1,89% do território municipal, sendo uma das menores da capital do Estado. Encontra-se limitada ao norte e a leste pela bacia do Cobre, a oeste pela Baía de Todos os Santos e ao sul pela Bacia de Drenagem de Plataforma”. (SANTOS et. al, 2010). (Figura 3). Segundo Santos (2004) a Bacia Hidrográfica do Rio Paraguari deságua na Baía de todos os Santos, sendo denominada também bacia de Periperi, e está enquadrada na região administrativa das Águas do Recôncavo Norte.

A relação entre o bairro e o Rio Paraguari é apresentada em Souza (2009, p.51):

A área era atravessada, em quase toda sua extensão, pelo rio Paraguari. [...] [sendo] durante muitos anos fonte de alimentação para a população ocupante da área. [...] Porém, neste período, o bairro não contava com um contingente populacional significativo. Havia apenas um pequeno aldeamento indígena e uma colônia de pescadores.

Figura 3 - Bacias Hidrográficas de Salvador/BA - 2010

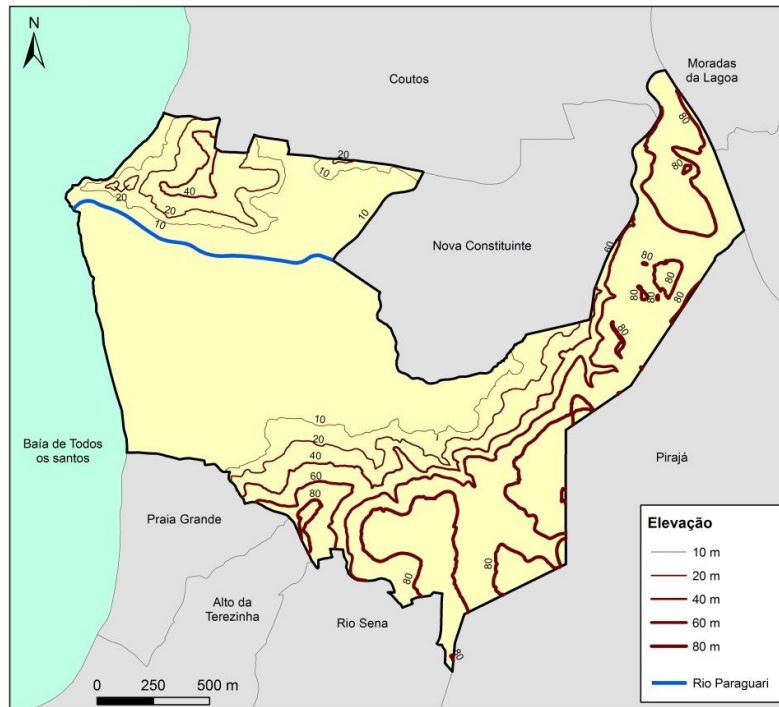


Fonte: CIAGS/UFBA e SEMA (2010). Elaboração: Luis Henrique C. Paixão.

Nesse sentido, é importante destacar que grande parte da área ocupada do bairro de Periperi está localizada em região de baixada (Figura 4), tendo ficado, ao longo de muitos anos, sujeita às enchentes do rio. Registra-se, a partir da década de 1970, a ocupação desordenada de suas margens - com a construção de casas de palafitas -, em decorrência de um intenso processo de migração de pessoas oriundas da zona rural da Bahia rumo à cidade do Salvador, em busca de oportunidades, quando da implementação do Centro industrial de Aratu (CIA).

A ocupação do leito do rio impossibilitou a passagem das águas do rio em direção ao mar, resultando em enchentes nos períodos de chuvas, principalmente em períodos de maré alta. Até o final da década de 1980 esse rio, nos períodos chuvosos, alagava muitas ruas em Periperi, causando transtornos e desabrigando centenas de famílias. No início da década de 1990, conforme será tratado no Capítulo 3, é quando ocorre o processo de drenagem do rio e da retirada dessas casas, resultando em uma verdadeira mudança, quando o rio flui naturalmente ao encontro do mar.

Figura 4 - Topografia de Periperi - 2010



Fonte: Conder (2006); Google Earth (2013). Elaboração: Luis Henrique C. Paixão.

Souza (2009, p.54) faz uma abordagem do perfil do bairro de Periperi, com foco na ocupação inicial das palafitas ao longo do rio Paraguari, descrevendo a gênese de sua drenagem, a partir da década de 1990:

De acordo com um [...] morador desta área do bairro, o Rio Paraguari tinha uma extensão muito grande e atravessava toda a área do brejo. As primeiras ocupações nestas imediações eram em palafitas e quando chovia os alagamentos tomavam grandes proporções alcançando a parte da frente do bairro.

Na década de 1990 começou a obra de macro-drenagem do canal do Rio Paraguari, a área de brejo foi aterrada e o rio canalizado, segundo informações dos moradores, depois da obra, os alagamentos diminuíram. O canal tem um aspecto ainda insalubre, margeado por ruas estreitas e por muitas residências, às vezes o mau-cheiro é grande e alguns moradores se queixam por causa dos dejetos jogados no rio por outros moradores da vizinhança.

Atualmente o rio Paraguari ainda convive com sérios problemas, sendo um deles, lançamento de dejetos, o que impossibilita o banho de mar, já que é despejado

nas praias de Periperi. Tal fato decorre, principalmente, da alta densidade populacional da região do Subúrbio, com rebatimentos diretos na degradação ambiental e poluição dos rios, resultando na redução da qualidade de vida da população local. Conforme exposto Santos (2010) são “identificados diversos impactos socioambientais que promovem a degradação ambiental dos corpos hídricos receptores, que conduzem poluentes, contaminantes, sedimentos suspensos e resíduos flutuantes, gerados por variadas e ampliadas atividades humanas, provocando perdas irreparáveis à qualidade de vida”. (SANTOS, 2010, p. 299).

A caracterização da Bacia do Paraguari está fundamentada na dissertação de Santos (2004) intitulada “Análise Geo-ambiental através da estruturação e integração de dados, no contexto da Bacia Hidrográfica do Rio Paraguari”.

No que tange aos aspectos geomorfológicos, Santos (2004, p.124) apresenta um estudo sobre a localização da BHRP, em relação a origem geomorfológica, que corresponde aos domínios dos “mares de morros” em estrutura de embasamento cristalino, constituído de rocha metamórficas de alto grau, granulíticas e gnáissicas. Vale ressaltar que as análises dos aspectos geofísicos da BHRP parte de um estudo que leva em consideração sua localização dentro de uma escala regional, considerando que os elementos do quadro natural, agem de forma integrada e dinâmica, assim definindo dentro dos espaços as paisagens.

No que se refere aos solos, registram-se graves problemas de erosão da BHRP, o qual tem impactos diretos no processo de ocupação urbana, com perdas de solo geralmente, elevadas. Ainda afirma que o sítio geomorfológico da BHRP encontra-se submetido à intensa ablação e ao transporte, onde a pedogênese está sob a estreita dependência da morfodinâmica, uma vez que as intervenções sociais negativas no uso e ocupação do solo tem determinado a amplificação desses processos.

Um outro aspecto importante a ser destacado, conforme aponta Santos (2004) refere-se à importância da vegetação no sentido de amenizar a intensidade da ação dos elementos climáticos na bacia pesquisada, proporcionando uma certa

“estabilidade” no sistema ambiental, a exemplo da estabilidade das encostas. Além disso, representa um elemento determinante da qualidade ambiental da bacia hidrográfica, pois reflete as condições ambientais e características dos subsistemas ecológicos, nos quais está inserida.

Ainda de interesse ao presente trabalho, registra-se as ponderações de Santos (2004) relativamente ao impacto das atividades sócio-econômicas sobre a bacia, as quais ocasionam “alterações e/ou mudanças no sistema ambiental, às vezes drásticas e possivelmente, acarretam interferências em escala microclima, com sucessivas inundações que ocorrem no Vale do Paraguari”.

No que tange aos aspectos morfológicos, o sistema fluvial da BHRP apresenta extrema fragilidade no seu equilíbrio dinâmico, tornando-o suscetível às alterações ambientais que se dão respectivamente, direta ou indiretamente através de intervenções humanas efetivas, a exemplo de obras hidráulicas (retificação de canais) e ocupação urbana em áreas de planície fluvial (aterramentos). Ambas antropizações modificam a morfologia dos canais e produzem desajustamento do sistema. (Santos, 2004)

2.2.2. Caracterização sócio-econômica e infraestrutura

Segundo IBGE (2010), o Subúrbio Ferroviário compõe-se de 22 bairros, com uma população aproximada de 323.171 pessoas. O bairro de Periperi destaca-se no conjunto dos demais bairros do Subúrbio, dispondo dos setores de comércio e serviço bem diversificados, conforme pode ser constatado em Souza (2009):

Em relação ao comércio e serviços o bairro conta atualmente com duas agências bancárias (CAIXA e Bradesco), supermercados, lojas de calçados e confecções e a feira livre[...] que acontece na rua e os comerciantes oferecem frutas, verduras, folhas de todos os tipos, CD's, DVD's, lanches, dentre outras coisas. Nas ruas transversais, em direção às Praças da Revolução e Praça do Sol, também existe um expressivo comércio de confecções, supermercados e bares. Os moradores se sentem bem servidos em relação ao comércio e também aos serviços, principalmente pela presença do SAC (Serviço de Atendimento ao Cidadão). (SOUZA, 2009, p.55).

Quando a feira livre, localizada à Rua Frederico Costa ou Rua das Pedrinhas, esse se constitui em um dos problemas enfrentados pela comunidade de Periperi, já que diversos comerciantes e barraqueiros ocupam espaços de forma desordenada, provocando sérios engarrafamentos e transtornos na via, sendo necessário a retirada da feira desse local por ser impróprio para funcionamento (Figuras 5, 6 e 7).

Um grave problema de saúde pública é registrado nesse local no período das chuvas, quando o mesmo se transforma em um verdadeiro habitat de “camundongos”, expondo o cidadão a conviver com o risco de contaminação, através da urina desses roedores quando expelido sob as águas pluviais colocando os transeuntes em situações de vulnerabilidade e risco.

Figura 5- Feira Livre de Periperi – Rua das Pedrinhas



Fonte: Santos, 2014

Figura6- Feira Livre de Periperi



Fonte: Santos, 2014

Figura7- Vista das barracas da Feira Livre



Fonte: Santos, 2014

Uma reivindicação histórica da comunidade é a construção de um Centro de Abastecimento para solução desses problemas. A Prefeitura de Salvador já sinalizou uma ação iniciativa para a construção do novo Centro de Abastecimento, fato relevante neste contexto. (Figura 8).

Figura8 - Local do futuro Centro de Abastecimento de Periperi



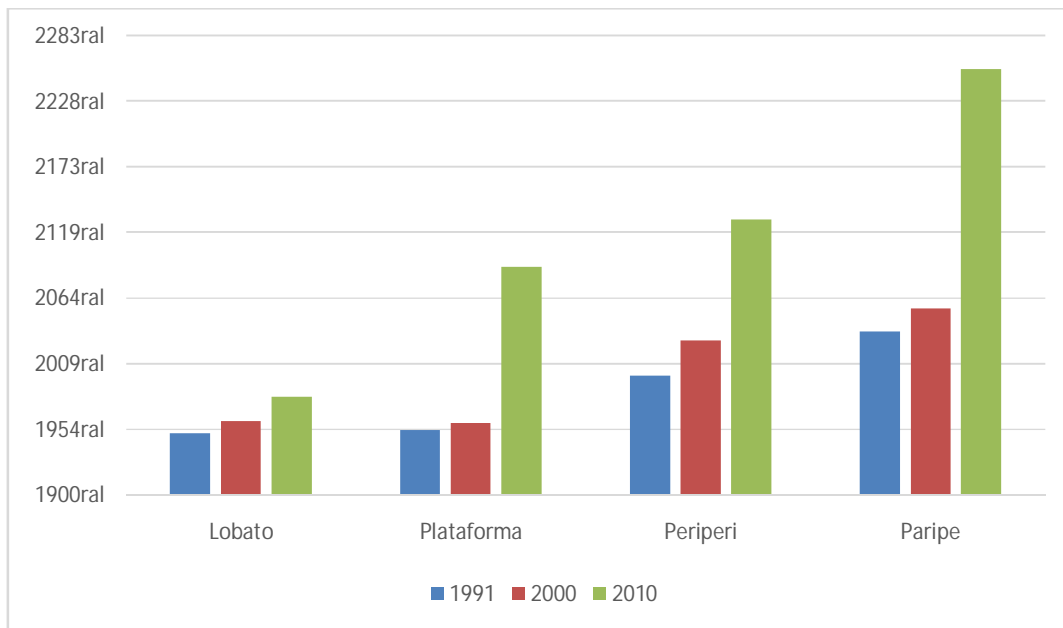
Fonte: Santos, 2014

Quanto ao aspecto populacional, registra-se que Periperi apresenta o total de 83.886 habitantes, dos quais 47% são homens e 53% são mulheres (IBGE, 2010). Nos Gráficos 1 e 2 pode-se observar o crescimento populacional no período 1991 a 2010 para os principais bairros do Subúrbio - Lobato, Plataforma, Periperi e Paripe - destacando-se Paripe e Periperi, respectivamente como o primeiro e segundo bairros mais populosos do Subúrbio.

Quanto à faixa de renda, segundo dados do IBGE (2010)⁷, pode-se afirmar que a população do bairro de Periperi, em sua maioria, é composta por indivíduos das classes C, D, E (sem considerar os “sem rendimento”), o que pode ser constatado na Tabela 1.

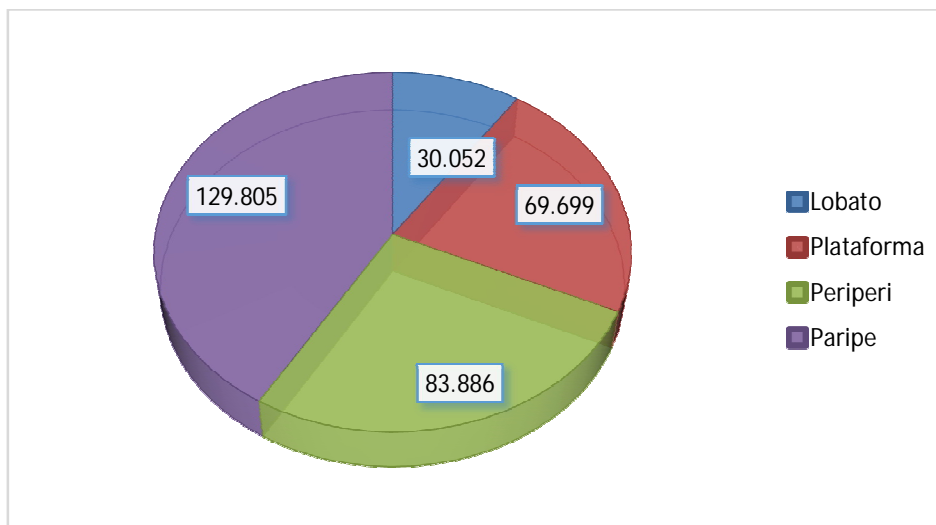
⁷O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), utilizando como base classificatória o salário mínimo, categoriza a população brasileira em cinco classes - A, B, C, D e E - assim discriminadas: Classe A: pessoas que possuem rendimento nominal mensal maior de 15 salários mínimos (SM); Classe B: pessoas que possuem rendimento nominal mensal de 5 a 15 SM; Classe C: pessoas que possuem rendimento nominal mensal de 3 a 5 SM; Classe D: pessoas que possuem rendimento nominal mensal de 1 a 3 SM; Classe E: pessoas que possuem rendimento nominal mensal menor que 1 SM (IBGE, 2010).

Gráfico 1 – Crescimento populacional dos bairros do Subúrbio Ferroviário – 1991/2010



Fonte: REGIS (2007) atualizado para 2010 (IBGE, 2010).

Gráfico 2 – População dos bairros de Lobato, Plataforma, Periperi e Paripe -2010



Fonte: IBGE (2010).

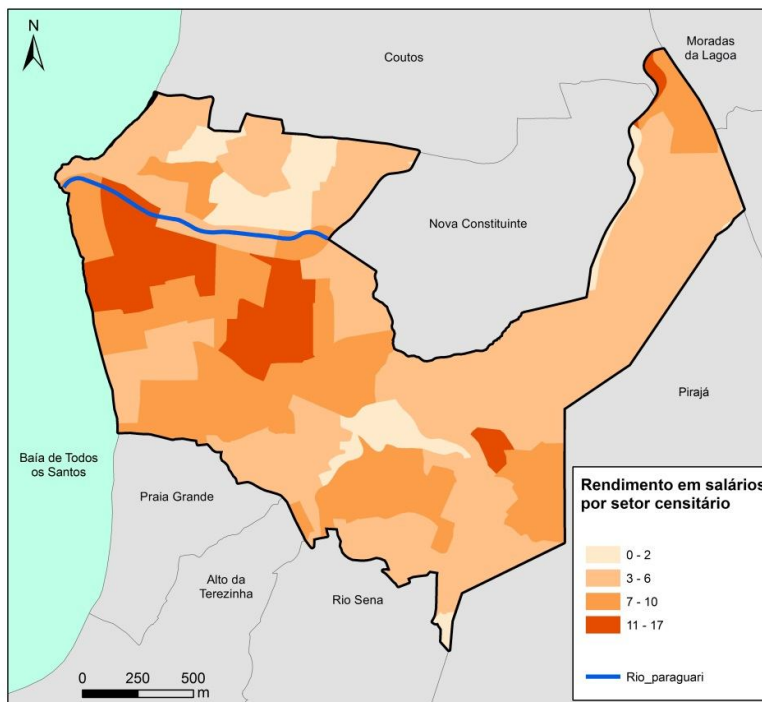
Tabela 1 - Pessoas de 10 anos ou mais de idade, por classes de rendimento nominal mensal – 2010

Subdistrito	Classes de rendimento nominal mensal								
	TOTAL	ATÉ	½ A 1	1 A 2	2 A 5	5 A	10 A	MAIS	SEM RENDIMENTO
		½ SM*	SM*	SMs*	SMs*	SMs*	SMs*	SMs*	
Periperi	71.376	4.800	19.105	10.802	4.750	833	126	23	30.931

Fonte: IBGE - Censo Demográfico (2010); Nota: 1. SM = SALÁRIO(S) MÍNIMO(S); 2. Salário mínimo utilizado como base: R\$ 510,00.

Agregando os dados por setor censitário pode-se constatar a distribuição da população por faixa de renda no bairro de Periperi (Figura 9). Vale registrar que os dados não abrangem os bairros de Nova Constituinte e Rio Sena, onde habitam a maioria da população de baixa renda.

Figura 9- Rendimento mensal por domicílio particular permanente – Periperi (Salvador/BA) - 2010

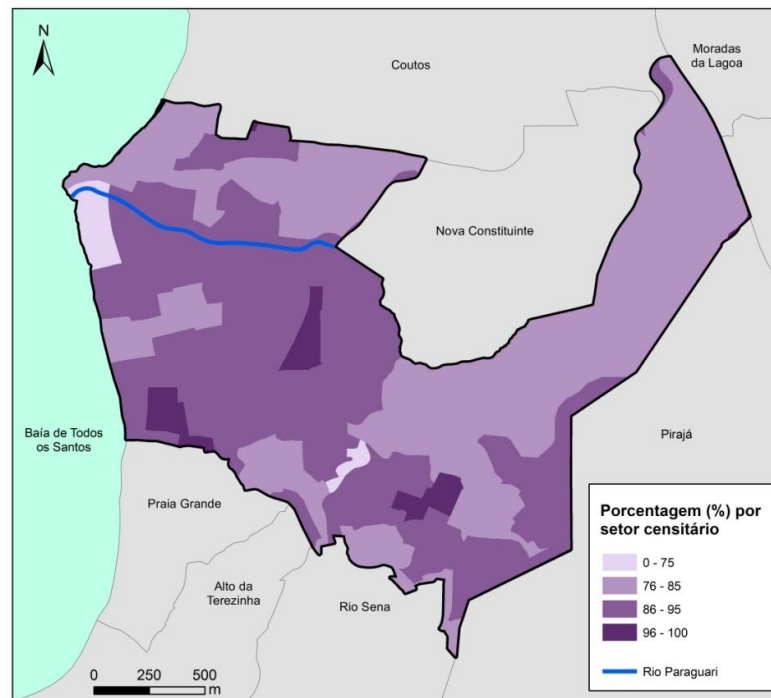


Fonte: Conder (2006); IBGE (2010). Base de informações por setor censitário
Elaboração: Luis Henrique C. Paixão.

Quanto à educação, segundo o IBGE, 90% da população brasileira, maiores de 10 anos de idade, é alfabetizada. A Bahia fica abaixo da média nacional com 84%

de sua população, maiores de 10 anos de idade, alfabetizada. Como podemos averiguar na Figura 10, o bairro de Periperi tem uma média de pessoas alfabetizadas, maiores de 10 anos de idade, maior que a média estadual, 86%-95%.

Figura 10 - Pessoas alfabetizadas maiores de 10 anos de idade Periperi (Salvador/BA) - 2010



Fonte: Conder (2006); IBGE (2010). Base de informações por setor Censitário. Elaboração: Luis Henrique C. Paixão.

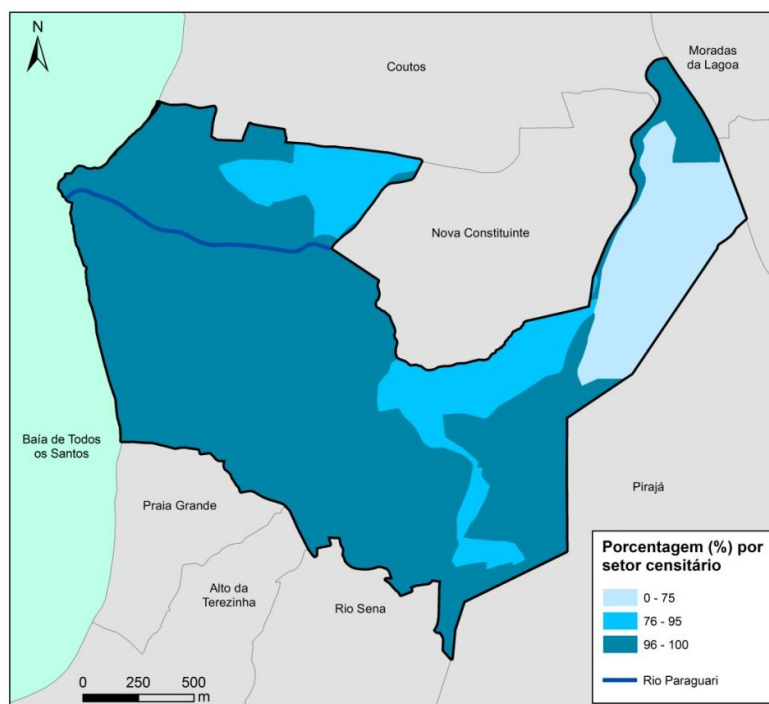
Com relação à infra-estrutura, a Tabela 2 apresenta os dados relativos às ligações de água em Periperi, podendo-se constatar que dos 15.280 domicílios registrados (IBGE, 2010), apenas 1,84% não está conectada a rede de abastecimento de água. A Figura 11 apresenta os percentuais dos domicílios com abastecimento de água a partir dos setores censitários.

Tabela 2 – Abastecimento de água em Periperi – 2010

Bairro	Domicílios particulares e coletivos	Água				Total
		Rede	Poço/nasc.	Chuva	Outra	
Periperi	15280	98,16%	0,26%	0,01%	1,57%	100%

Fonte: IBGE (2010).

Figura 11 – Domicílios particulares permanentes com abastecimento de água da rede geral – Periperi (Salvador/BA) - 2010



Fonte: Conder (2006); IBGE (2010). Base de informações por setor censitário
Elaboração: Luis Henrique C. Paixão.

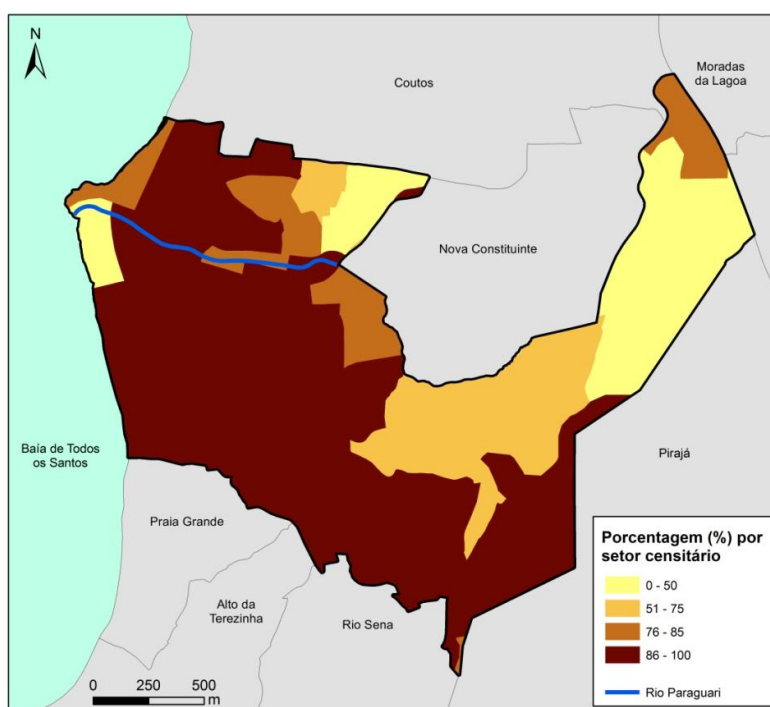
A Tabela 3 apresenta as condições do esgotamento sanitário em Periperi, segundo o IBGE (2010). Constata-se pois que, diferentemente da rede de distribuição de água, ainda há um grande percentual de domicílios particulares e coletivos com esgotamento sanitário inadequado (6,15%). As Figuras 12 e 13 registram as porções do bairro mais deficientes neste quesito.

Tabela 3 – Esgotamento Sanitário em Periperi – 2010

Bairro	Domicílios particulares e coletivos	Esgotamento		Total
		Adequado	Inadequado	
Periperi	15280	92,44%	6,15%	98,58%

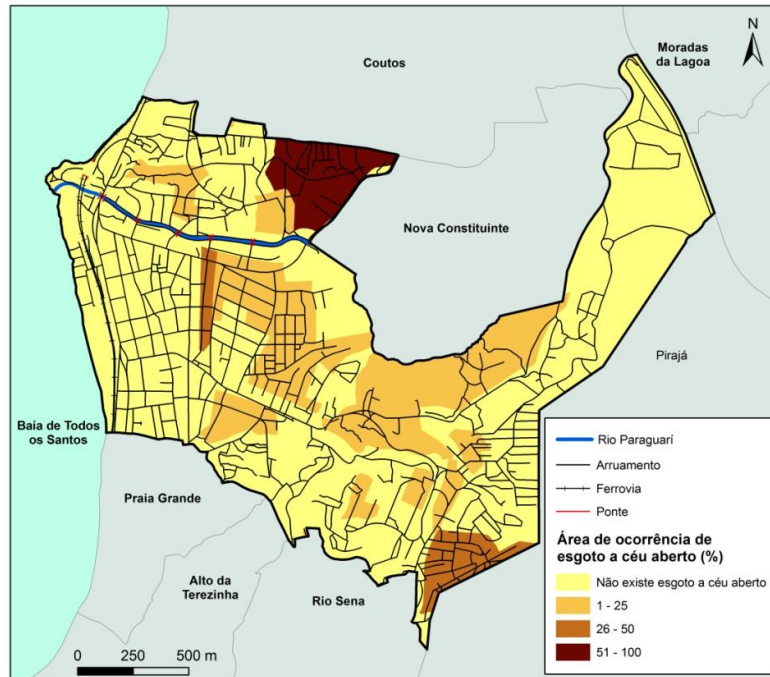
Fonte: IBGE (2010).

Figura 12 – Domicílios particulares permanentes com rede geral de esgoto ou pluvial – Periperi (Salvador/BA) - 2010



Fonte: Conder (2006); IBGE (2010). Base de informações por setor censitário. Elaboração: Luis Henrique C. Paixão.

Figura 13-Sistema viário e esgotamento sanitário
Periperi (Salvador/BA) - 2010



Fonte: Base de informações por setor censitário (IBGE, 2010).
Google Earth 2013. Elaboração: Luis Henrique C. Paixão.

O bairro de Periperi apresenta, praticamente, a totalidade de seus edifícios atendidos pela rede de energia elétrica (99,7%) (IBGE, 2010), o que não se registra quanto à coleta de lixo. Segundo o IBGE (2010) apenas, 52% dos edifícios usufruem da coleta de lixo por serviço de limpeza na porta. O restante utiliza o serviço de coleta por caçambas (containers).

Quanto ao sistema de drenagem, o 4º Relatório da GEOHIDRO (Engenharia) (Diagnóstico - Volume MAD-39) e a Fundação Mario Leal Ferreira, registra que:

A área de Periperi está inteiramente ocupada e já atingiu o seu grau máximo de saturação urbana. A malha viária deste bairro, em quase sua totalidade, possui um grade, praticamente, em nível e o solo encontra-se saturado pelo lençol freático devido a sua proximidade com o nível do mar. As redes de drenagem construídas nesta área pelo antigo DCOP e DMER geralmente com tubulações de 0,20m, 0,30m, 0,40m e 0,60m estão subdimensionadas. As caixas que e sua reduzida seção de vazão para as condições dos deflúvios atuais. Os outros pontos identificados nesta Bacia Hidrográfica, tais como 19.2., 19.3., 19.4. e 19.6., mostram um quadro idêntico de falência de todo o sistema

de drenagem que termina na praia com galeria celular de 1,50x1,00. Nas outras etapas do projeto deverá ser cadastrado e nivelado esse sistema de drenagem para que se possa optar pelo seu aproveitamento ou não. A solução de drenagem superficial e sub-superficial para esta área também passa pela escolha de um novo tipo de pavimento e pela adoção de estruturas drenantes, não convencionais, que atendam ao mesmo tempo aos dois tipos de escoamento, com mais eficácia e menos custo (GEOHIDRO, 1998, grifo nosso).

É importante ressaltar que esse quadro permanece sem nenhuma alteração. Não há projeto, nesse sentido, por parte da Prefeitura, pelo menos, em andamento, para 2014. Sendo órgão competente, a SUCOP Superintendência de Conservação e Obras Públicas (SUCOP), vinculada à Secretária de Infraestrutura e Defesa Civil (SINDEC), da Prefeitura Municipal de Salvador.

Portanto, no tocante à infra-estrutura, o maior problema do bairro refere-se, pois ao déficit em relação à rede de drenagem, o que fica ainda mais em evidência durante o período de chuvas, conforme registrado na rua Monte Sião, no Conjunto Dom Eugênio Sales. (Figura 14, 15, 16 e 17).

Figura 14 – Enchente na rua Monte Sião –Conjunto D. Eugenio Sales (Periperi) – 2014



Fonte: Newton JoãoTeixeira Junior (2014)

Além da rede já se apresentar subdimensionada (já que não suporta a grande quantidade de águas pluviais, devido ao crescimento populacional), as ações da Prefeitura ficam muito aquém para atender a essa grande demanda, o que faz crescer o índice de óbitos por leptospirose⁸ e outros quadros endêmicos, segundo dados do Manual de Procedimento em doenças infecciosas e parasitárias:

A questão do saneamento básico traz uma preocupação histórica para saúde pública em razão de determinadas doenças causadas por consequência da ausência de políticas públicas. Tal fato já fora constatado pelo Hospital Couto Maia, especializado em doenças infectocontagiosas, estatísticas principalmente comprovadas no Subúrbio Ferroviário de Salvador. (MOREIRA; MASCARENHAS; NUNES, 2000, p. 246).

Figura 15 – Rua Monte Sião alagada –
Conjunto D. Eugenio Sales (Periperi) – 2014



Fonte: Newton João Teixeira Junior (2014)

⁸A leptospirose segundo Felzemburg (2006, p.94), é considerada a antropozoonoses mais difundida no mundo, é uma doença febril aguda, de início súbito, causada por espiroquetas do gênero *Leptospira*. A infecção por *Leptospira* patogênica produz uma diversidade de sintomas clínicos, que podem variar desde uma forma assintomática, ou subclínica, até a doença de Weil que acomete, aproximadamente, 10% (dez por cento) dos casos clínicos e pode levar ao óbito. A leptospirose em Salvador é responsável por epidemias anuais, acometendo, predominantemente indivíduos residentes em comunidades desprovidas de infraestrutura sanitária.

Figura 16 - Rua Monte Sião no período de chuvas
(Conjunto D.Eugenio Sales – Periperi)



Fonte: SANTOS, 2014.

Figura 17 - Casa invadida pela água na rua Monte Sião



Fonte: SANTOS, 2014.

Quanto aos índices de óbitos, ocorridos no Subúrbio Ferroviário, os casos mais recentes, segundo a Fundação Osvaldo Cruz (Fiocruz), foram 13 vítimas fatais, dos quais, 6 (seis) em Periperi, 7 (sete) em Plataforma, no período de janeiro de 2012 a julho de 2014.

Quanto a esse aspecto, os principais problemas concentram-se no local onde é realizada a feira livre, onde se pode constatar a infestação de roedores, o que surpreende e assusta as pessoas que se dirigem ao local para o consumo doméstico, as quais ficam expostas à contaminação de doenças. Desse modo, não só as pessoas que vão às compras estão vulneráveis à contaminação, mas todos os transeuntes que passam por esse local que precisam usar esta via de acesso, já que a contaminação ocorre de forma mais elementar, como simples contato da pele.

Quanto aos equipamentos de saúde e segurança, o bairro de Periperi possui 01 (uma) agência do INSS; 01 (uma) Unidade de Pronto Atendimento (UPA) e o Hospital do Subúrbio e 02 (duas) delegacias - 5ª Delegacia Territorial e a Delegacia de Amparo a Mulher (DEAM). É importante registrar que a implantação desse Hospital, apesar de algumas críticas da população com relação aos serviços oferecidos, representou um marco no tocante às políticas públicas de saúde para toda a região. Assim como a Delegacia da Mulher (DEAM) - diante de uma problemática que ainda persiste: o aumento de casos de violência contra mulheres.

No que se refere à segurança pública, considerando-se que a única delegacia territorial (5ª D.T) está localizada nesse bairro, as queixas e apurações centralizam-se nesse local, o que acaba criando uma estigmatização pela mídia, como sendo um local violento. Entretanto, os dados apontam que as maiores ocorrências estão centradas nos bairros da Constituinte e Fazenda Coutos.

O Subúrbio Ferroviário apresenta uma estrutura para lazer deficitária, com pouquíssimas exceções, como o bairro de Plataforma, o qual além de praças, quadras, playgrounds e clubes possui um Centro Cultural Público.

No bairro de Periperi registra-se o Clube de Periperi⁹, que já não é o mesmo de outrora, mas que continua a realizar alguns eventos. Ressalta-se ainda o

⁹ Nas décadas de 1970 e 80 o Clube fazia um diferencial em relação à questão cultural, com a realização de muitas festas. No período de carnaval que era promovida o concurso da mais bela

surgimento do Bloco Ara Ketu, que ainda tem uma ligação com o bairro através de oficinas sociais.

Neste bairro, também, há alguns parques infantis, instalados temporariamente na Praça da Revolução (Figura 18 e 19). Registra-se ainda as praças Adroaldo Ribeiro da Costa e a Praça do Sol, e ainda três campos de futebol, devidamente iluminados e muito usados pela comunidade. O Subúrbio Ferroviário é rico em praias, sendo a de São Tomé de Paripe a mais popular.

Figura 18 – Praça da Revolução – Periperi – 2014



Fonte: Santos (2014)

mulata; o baile de carnaval, além do fato de que quase todo final de semana era “point” de Salvador, com a apresentação de cantores famosos.

Figura 19– Equipamentos urbanos – Periperi (Salvador/BA) – 2010



Fonte: Google Earth 2013. IBGE (2010).
Elaboração: Luis Henrique C. Paixão.

Quanto à infraestrutura de transportes, destacam-se o sistema ferroviário e a Avenida Suburbana. No primeiro caso, a ferrovia ainda pertence ao governo federal, através da Companhia Brasileira de Transportes Urbanos (CBTU), que transferiu a gestão para a Prefeitura de Salvador (gestão do Prefeito João Henrique Carneiro). Essa decisão está associada ao processo de negociação para a liberação dos recursos necessários para o reinício das obras do metrô, sendo que Salvador é considerada a única cidade a acatar tal imposição, segundo o coordenador operacional da Companhia de Transportes da Bahia (CTB), resultando na criação da Companhia de Transporte Salvador (CTS).

O governo do Estado da Bahia ao assumir a gestão do metrô, sob controle do município, acatou as condições impostas pela Prefeitura de Salvador, abrangendo a devolução dos trens (colocados em circulação pela CBTU) (Rede Brasil Atual

22/04/2013).¹⁰ Ainda, segundo o coordenador operacional da CTS, na atual gestão do governador Jaques Wagner, a CTS passou a se denominar Companhia de Transporte da Bahia (CTB), transferindo também ao poder estatal este passivo mensal, sob promessa de novos investimentos, objetivando reverter esse quadro deficitário.

A perspectiva é atender a grande demanda do subúrbio, com transporte mais barato, seguro, rápido e com conforto. No atual momento o percurso é curto, levando-se em conta que no passado a ferrovia se estendia à Região Metropolitana e ao Recôncavo, assim como outras regiões do Estado, como Alagoinhas, Ilhéus e Juazeiro. Há projetos estimados em torno de R\$ 550.000.000 (quinhentos e cinquenta milhões de reais), segundo o Presidente da CTB, para intervenções de limpeza, drenagem, melhoria da rede elétrica e das passarelas da linha férrea. A extensão do trecho atual até o bairro do Comércio é outro ponto previsto. (A Tarde, 27/01/2014).

No que se refere à Avenida Suburbana, segundo Regis (2007), esta se constitui em “um dos dois principais eixos de expansão urbana da cidade, ocupado pelos segmentos de populações de baixa renda, junto com o denominado “Miolo” da cidade”, com diferenças específicas entre os bairros, relacionadas ao respectivo contexto histórico de sua formação. (REGIS, 2007, p. 42). Ainda segundo a autora,

Os bairros do entorno da avenida são ligados uns aos outros por vias únicas que conduzem ao eixo principal da Avenida Suburbana; sendo que a sua principal limitação urbana decorre desta situação de exclusividade, diluindo as relações de vizinhanças e sobrecarregando de funções o eixo da via coletora por onde circula o transporte coletivo (REGIS, 2007, p.42-43).

A autora identifica quatro porções da referida Avenida, com características específicas. A primeira - de Lobato a Plataforma - apresenta uma “ocupação predominantemente comercial especializada em peças de automóveis, compra e venda de ferro velho”. A segunda abrange o “centro comercial de Plataforma com

¹⁰ O que pode-se considerar uma contrapartida salutar considerando-se que os mesmos apresentavam um prejuízo mensal em torno de R\$ 1.000.000 (um milhão de reais) por mês para o município.

casas comerciais bastantediversificadas, como fabricação de grades de ferro e alumínio, conserto degeladeiras, bares, botecos, açougues, mobiliárias, casas de eletrodomésticos eaté supermercados”. A terceira porção compreende o bairro de Periperi, que apresenta serviços mais especializados. A quarta e última refere-se ao bairro de Paripe “com o centro comercial em expansão e suas ligaçõescom o Centro Industrial de Aratu (CIA)”. (REGIS, 2007, p. 48).

Quanto aos aspectos culturais, esse é um fator que diferencia o bairro de Periperi dos demais bairros do Subúrbio. Esse talvez seja o seu maior legado, tanto para os que conviveram no passado, quanto para aqueles que já não mais fixam residência, enfim para todos aqueles que construíram a sua história neste local.Souza (2009) identifica parte do patrimônio material e imaterial que faz parte da história da comunidade de Periperi e o que transforma no cotidiano:

Com o processo da ocupação histórica e estrutural, alguns referenciais são partes da vida cotidiana e um dos mais característicos é a Estação Ferroviária, tratada como um marco do crescimento do bairro. Vale citar também a Paróquia de Nossa Senhora da Conceição de Periperi construída na década de 1940, o Estádio de Futebol, o Clube Flamenguinho e o Esporte Clube Periperi, a Praça da Revolução e a Praça do Sol, o Colégio Estadual Humberto Alencar Castelo Branco, o Colégio Comercial, o Instituto Araketu e o Castelo, construído por Ailton Rodrigues Santana, morador do bairro, com o objetivo de ‘realizar o sonho das pessoas’. O espaço funciona também como biblioteca (SOUZA, 2009, p.56).

Nota-se que a autora busca resgatar um legado histórico que compõe o cotidiano das gerações desse bairro, quando apresenta um acervo cultural constituído por instituições de uma dimensão ampla, cuja dinâmica se faz representar a partir destes eixos, cujo viés interativo, entre os mesmos, dá conta de um cenário social.

Dessa forma, após análise do bairro de Periperi no contexto histórico acerca da ocupação do Subúrbio Ferroviário apartir do final do século XIX, e das características do mesmo sob o aspecto físico e de infra-estrutura, partiremos para o estudo acerca das questões conceituais sobre o saneamento e drenagem

urbana, conforme será exposto no próximo Capítulo, de modo a balisar as discussões sobre o objeto de estudo de Periperi.

3. SANEAMENTO E DRENAGEM URBANA

O presente Capítulo está estruturado em duas partes. A primeira aborda a questão do saneamento, com ênfase na temática da drenagem urbana, buscando atualizar o debate relativamente aos novos enfoques/concepções relativamente ao tema. Em seguida são identificadas as principais prerrogativas legais para o tratamento do saneamento no Brasil, estabelecidas a partir da Constituição de 1988, abrangendo, principalmente a Lei de Saneamento Básico (Lei nº 11.445/07), em âmbito federal, e a formulação da Política Municipal de Saneamento Básico e o Plano Municipal de Saneamento Básico (PMSB) de Salvador, em âmbito municipal.

3.1. A drenagem urbana no âmbito do saneamento: novas concepções

O conceito de saneamento vem assumindo historicamente dimensões diferenciadas ao longo do tempo, incorporando, inicialmente as questões de saúde pública – “saneamento básico”, tendo sido ampliado para o enfoque ambiental – “saneamento ambiental”.

Menezes (1984, p.26) apud Borja e Moraes (2005, p. 5) define saneamento como “o conjunto de medidas que visam a modificar as condições do meio ambiente, com a finalidade de prevenir doenças e promover a saúde”. Ainda segundo o autor a diferença entre “saneamento básico” e “saneamento ambiental” refere-se ao fato de que o primeiro designa as ações voltadas ao controle dos patógenos e seus vetores, e o segundo “teria um sentido mais amplo, para alcançar a administração do equilíbrio ecológico, relacionando-se, também, com os aspectos culturais, econômicos e administrativos e medidas de uso e ocupação do solo”. (MENEZES, 1984 apud BORJA e MORAES, 2005, p. 5).

Entretanto, conforme expõe Borja e Moraes (2005), apesar dos avanços relativamente ao conceito de saneamento, este vem sendo historicamente associado à infra-estrutura, principalmente em decorrência da utilização dos recursos financeiros provenientes das agências internacionais de fomento:

Apesar dos avanços dos conceitos, a noção do saneamento vinculada à infraestrutura das cidades se tornou hegemônica. O Banco Mundial (BIRD) e o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) tratam as ações de saneamento no âmbito da “pasta” de infra-estrutura. A forte influência dessas instituições nas políticas públicas dos países ditos periféricos implicou num alinhamento dos países as orientações dessas instituições. O afastamento das ações de saneamento do campo da saúde pública repercutiu no distanciamento dessas ações do campo da política social, onde o dever do Estado perante a sua promoção seria mais amplo. (p. 4/5)

A partir da Constituição de 1988 (art 196) a saúde passa a ser um direito de todos e dever do Estado, sendo previsto o acesso universal e igualitário. Apesar disso, ainda prevalece o tratamento ambíguo da questão relativa ao saneamento, tanto no campo teórico como na ação governamental, sendo o mesmo tratado a partir de duas vertentes principais. A primeira, que aborda a temática no âmbito da infra-estrutura, como uma política pública, e a segunda que aborda o tema no âmbito do direito social, e conseqüentemente como uma política social.

Naquele momento, e até hoje, duas noções estavam colocadas: a primeira considerava o saneamento como uma medida de infraestrutura das cidades, como um investimento necessário à reprodução do capital, como um serviço que deveria ser submetido à lógica empresarial, tendo a auto-sustentação um pressuposto fundamental e a segunda, como uma medida de saúde pública e, conseqüentemente integrante da política social.

Para o presente trabalho adotar-se-á o termo saneamento no âmbito das políticas públicas e sociais, o que conforme exposto em BORJA; MORAES (2005, p. 14),

estabelece um princípio fundamental, que deve nortear uma política de saneamento: O saneamento é uma meta coletiva diante de sua essencialidade à vida humana e à proteção ambiental, o que evidencia o seu caráter público e o dever do Estado na sua promoção, constituindo-se em um direito social integrante de políticas públicas e sociais.(BORJA; MORAES, 2005, p.14, grifo do autor).

No tocante à drenagem urbana, objeto do presente trabalho, o problema de um modo geral está diretamente relacionado ao modelo do processo de urbanização das grandes e médias cidades brasileiras, caracterizado principalmente pela expulsão da população de baixa renda para as áreas periféricas desprovidas de

infra-estrutura e próxima aos rios e córregos. Conforme exposto por Silva e Porto (2002, p. 6)

isto acarreta uma consequência bastante séria para a região que é a necessidade da continuidade do investimento na expansão da infra-estrutura urbana, a taxas superiores às próprias taxas globais de crescimento populacional. Esvazia-se o centro urbano, cuja infra-estrutura, já instalada e consolidada, passa a ter ociosidade crescente, e incha-se a periferia, que, penosamente, aguarda o sistema ter possibilidade de aumentar seus investimentos e levar, para aí, a infra-estrutura básica necessária.

Com a ocupação intensiva das margens dos rios, esses em períodos de cheia, acabam transbordando e alagando a área de entorno, resultando nas enchentes. Silva e Porto (2002, p. 6) faz a relação entre o problema das enchentes e a ocupação da várzea dos rios e dos mananciais:

O problema das cheias urbanas é um problema de alocação de espaço [...] a única forma de controlar as enchentes é, portanto, prover espaço para que a água ocupe seu lugar, o que pode ser conseguido através da preservação das áreas de várzea, ou da criação de novos espaços de detenção/retenção, como é o caso da implantação dos piscinões [...].

Vale registrar, conforme expõe Pompêo (2000 p.16) que o problema das enchentes nas áreas urbanas não está apenas relacionada às ocupações de baixa renda, mas também ao

excessivo parcelamento do solo e a consequente impermeabilização das grandes superfícies, a ocupação de áreas ribeirinhas tais como várzeas, áreas de inundação frequente e zonas alagadiças, a obstrução de canalizações por detritos e sedimentos e também as obras de drenagem inadequadas.

Segundo Silva e Porto (2002, p. 6) a prevenção das enchentes está diretamente relacionada ao planejamento da ocupação dessas áreas no âmbito do uso e ocupação do solo, o qual implica em custos bem mais reduzidos, comparativamente à remoção, considerando-se que “espaço, terrenos, imóveis, são bens valorizados nas áreas urbanas. [...] Da mesma forma, “criar” espaços para armazenar o excesso como nos casos dos piscinões também é caro, principalmente à medida que a urbanização se adensa”.

Para Pompêo (2000 p.16) “a expansão urbana deve realizar-se de forma planejada. Não se pode ignorar, todavia, que a expansão e os fatores acima apontados são antes orientados por questões sociais que os antecedem”.

Recentemente tem se intensificado nos meios técnicos e acadêmicos a discussão associando a drenagem urbana à questão da sustentabilidade – fundada na utilização racional dos recursos mediante “crítica aos estilos de desenvolvimento apoiados em uma exploração irracional da natureza”, demandando uma nova postura relativamente aos problemas relacionados à captação das águas pluviais e enchentes. Segundo Pompêo (2000, p.17)

[...] A perspectiva da sustentabilidade associada à drenagem urbana introduz uma nova forma de direcionamento das ações, baseada no reconhecimento da complexidade das relações entre os ecossistemas naturais, o sistema urbano artificial e a sociedade. Esta postura exige que a drenagem e controle de cheias em áreas urbanas sejam reconceitualizadas em termos técnicos e gerenciais.

Segundo Kobayashi et. al (2008, p. 3) o conceito está relacionado a três aspectos principais: os processos erosivos do solo; as enchentes e a perda da capacidade dos mananciais subterrâneos. Esses se desdobram-se em três tipos principais de ações: “1. Evitar desmatamento, erosões e assoreamento dos rios e lagos. 2. Gestão urbana - a drenagem urbana sustentável deve fazer parte do plano diretor da cidade. 3. Manutenção dos recursos hídricos e a qualidade das águas superficiais e subterrâneas”.

Entretanto, segundo Pompêo (2000) essa não é uma abordagem simples já que, considerando que a sustentabilidade abrange os aspectos econômico, social e ecológico, isso implica em uma maior necessidade de articulação em âmbito institucional com outros setores resultando em “desdobramentos em muitas linhas de ação cuja articulação não se dá exclusivamente no setor de drenagem e controle de enchentes mas que devem ser respaldadas pela coerência e pelas relações com políticas mais amplas”. (POMPÊO, 2000, p.19).

Kobayashi et. al (2008, p. 3) destaca ainda o aspecto da gestão integrada como um dos principais requisitos da sustentabilidade no âmbito da drenagem urbana nas cidades:

Assim, pode se concluir que para resolver o problema da drenagem nas cidades, centros urbanos e metrópoles, é necessário desenvolver uma ação integrada entre poder público, iniciativa privada e população, principalmente através da educação e conscientização dos habitantes, e ainda pela conjugação de medidas em diversas escalas, completando uma a outra, como meio de dar qualidade de vida, preservar e conservar o meio ambiente, e prever e conjeturar o desenvolvimento para as gerações futuras, garantindo saúde e sustentabilidade.

Nessa perspectiva o tratamento da drenagem urbana passa a ser ampliado, deixando de ser uma questão pontual tratada apenas quando da pavimentação das vias públicas ou durante as enchentes, para se constituir em uma questão permanente que deverá ser tratada em plena articulação com os demais setores, como parte integrante de um sistema de gestão (POMPÊO, 2000).

Um avanço nesse sentido refere-se a atual Política Nacional de Recursos Hídricos que instituiu a bacia hidrográfica como unidade de gestão, que deverá ser coordenada por comitês de Bacia Hidrográfica, aos quais caberá deliberar, inclusive, acerca dos projetos e obras para a revitalização dos rios(COSTA, 2011). Entretanto, a autora pondera que apesar desse avanço, a efetividade e aplicabilidade da mesma na recuperação, preservação e conservação dos mananciais do país ainda estão longe de serem alcançados.

Deve-se destacar nessa concepção, a importância da participação da população, tanto no âmbito da formulação dos Planos de Saneamento, quanto do Plano Diretor e do Orçamento Participativo, de modo a discutir, tanto as diretrizes quanto às prioridades na aplicação dos recursos públicos na área de drenagem.

Outra questão importante que deveser considerada nesse debate acerca da drenagem urbana sustentável refere-se à crítica à política de canalização de rios e córregos, que vem sendo adotada indiscriminadamente por administrações

municipais brasileiras¹¹, em uma contratendência às intervenções realizadas em outros países. Esse tipo de intervenção, em sua maioria de custos elevados, é justificada, na maioria dos casos, pela necessidade de expansão da malha urbana e como única alternativa para solucionar os problemas de alagamentos e enchentes, sendo muitas vezes utilizadas como obras eleitoreiras¹².

A partir da década de 1990, as críticas referentes aos efeitos perversos desse tipo de intervenção vêm se consolidando no Brasil, principalmente por especialistas em urbanismo, geologia e meio ambiente. As principais críticas referem-se, em primeiro lugar, aos impactos na paisagem urbana, decorrentes da ruptura da relação entre cidade e o elemento natural do rio. Em segundo lugar, ao fato de que com esse tipo de intervenção o problema das enchentes é apenas transferido de um local para outro, na medida em que aumenta a velocidade de circulação da água que irá desembocar em outra região. Conforme expõe Costa (2011)

A artificialização dos canais de drenagem é uma prática corrente na maioria das cidades brasileiras, que, infelizmente, tem ido de encontro à tendência adotada mundialmente de resgate das paisagens naturais, tão bem sucedida, a exemplo do Rio Cheonggyecheon, na Coreia do Sul. [...] A canalização é, na verdade, uma máscara para os problemas urbanos. Essa medida ignora as características naturais dos cursos d'água e, principalmente, o fato de eles serem fundamentais à regulação climática, à biodiversidade, à vida. [...] As margens de rios e córregos devem escoar em leito natural. A infiltração é importante para regularizar a quantidade de água dos rios e córregos e proporcionar seu escoamento subterrâneo até os mares e oceanos. Sem infiltrar, mais água é retida na superfície, provocando inundações nas áreas mais baixas. Cobertos por grandes avenidas, muitos cursos d'água são lembrados somente ao transbordarem, quando o volume de água e lixo ultrapassa a capacidade de retenção de suas galerias.

Sob o aspecto do direito ambiental, Musseti(2000) expõe acerca do papel do poder judiciário e do Ministério Público na atuação contra essa prática

¹¹ No município de Salvador, as intervenções recentes referem-se à canalização dos córregos e rios da Avenida Centenário, Avenida Vasco da Gama e Imbuí.

¹² Com relação a esse aspecto pode-se registrar a recente obra de canalização do rio dos Seixos na Avenida Centenário (Salvador/BA) executado no período de reeleição do prefeito João Henrique.

indiscriminada de canalização de córregos e rios, em defesa do meio ambiente sadio, conforme preconizado pela Constituição Federal de 1988:

O Direito Ambiental não permite isto, aliás, se assim o permitisse, estaria "enterrando" o futuro das próximas gerações. É aí que entra a importância do exercício integral da cidadania, do Poder Judiciário e do Ministério Público. [...] Canalizar um córrego d'água (que não possui a vocação para ser um condutor de esgotos) poluído é fugir da obrigação legal de tratar os resíduos nele despejados e de reflorestar, de proteger, de preservar e de conservar suas áreas ciliares; é tentar esconder a própria incompetência e os próprios erros, é enterrar o valor ambiental (histórico, paisagístico, turístico, cultural, educacional, etc.) dos córregos urbanos ou rurais, negando-os à presente e futuras gerações; é alterar e desvalorizar a cultura, a educação e o comportamento de uma sociedade; é aniquilar a esperança de um futuro melhor para jovens e velhos, enfim, é exterminar o direito da presente e futura geração ao meio ambiente sadio, essencial à boa qualidade de vida (art. 225, "caput" da Constituição Federal de 1988).

Vale registrar, por fim, que no estudo em questão, conforme será tratado no Capítulo 4, o poder público municipal optou pela canalização do rio Paraguari (Periperi)-como solução para as constantes inundações decorrentes dos períodos de cheias do rio - realizada no final da década de 1980. Inicialmente pode-se inferir que o tipo de intervenção adotado é passível de críticas face às questões postuladas acima. Entretanto, essa afirmação demandaria uma investigação mais detalhada e precisa a partir das características específicas desse rio e do seu entorno, o que não se enquadra no âmbito do presente trabalho, podendo se constituir em objeto de outra investigação.

Dando prosseguimento à discussão sob o enfoque da gestão e da regulamentação, serão abordados no próximo item os principais instrumentos legais atuais no tratamento da temática do saneamento básico, no qual se insere a drenagem urbana.

3.2. A questão do saneamento no Brasil e em Salvador/BA: prerrogativas legais

A questão do saneamento no Brasil remonta ao início do processo de colonização, no século XVI, quando, com a chegada do colonizador europeu e

dos africanos trazidos como escravos, registrou-se a introdução de várias doenças que rapidamente se espalharam no país, a exemplo da varíola, tuberculose e sarampo, resultando em grandes epidemias. Até o final do século XIX as condições de saúde nos centros urbanos do Brasil ainda eram bastante precárias. São desse período as políticas higienistas visando a limpeza dos casarões, ruas e terrenos baldios; a fiscalização dos portos para evitar a entrada de navios com pessoas doentes; e o controle dos transmissores de doenças. A distribuição de água à população era feita através da construção de fontes e chafarizes em praças públicas, sendo os escravos encarregados do transporte do líquido. Os dejetos também eram transportados pelos escravos que os despejavam nos rios.

Conforme afirma Cavinatto (1992, p. 23), “com o fim da escravatura, em 1888, foi necessário encontrar novas soluções para o transporte de água e dejetos, o que impôs o início do desenvolvimento da tecnologia de saneamento básico no Brasil”. Destaca-se nesse contexto o engenheiro Saturnino de Brito, considerado o patrono da engenharia sanitária no país. Em 1930, todas as capitais possuíam sistemas de distribuição de água e coleta de esgotos, sendo várias delas obras de Saturnino de Brito.¹³

No Brasil, a “implantação de obras de saneamento para servir a população com água potável ou recolhimento de lixo e esgoto nunca acompanhou o ritmo de crescimento das áreas urbanas” (CAVINATTO,1992). Some-se a isso, a rápida expansão industrial e o crescimento das áreas urbanas, com o início do processo de poluição das águas, que se agravou no decorrer do tempo.

¹³ Um dos seus projetos de maior destaque a implantação da rede de canais de drenagem em Santos, construída principalmente para drenar as terras encharcadas onde proliferavam transmissores de febre amarela. Essa obra, iniciada em 1907, ainda se encontra em funcionamento.(CAVINATTO,1992).

3.2.1. A Lei Federal de Saneamento (Lei nº 11.445/07) e Política Estadual de Saneamento Básico (Lei nº 11.172/2008)

A Constituição de 1988 atribuiu competências para atuação em saneamento básico nos três níveis de governo. Cabe à União, conforme disposto no artigo 21, inciso XX, “instituir diretrizes para o desenvolvimento urbano, inclusive habitação, saneamento básico e transportes urbanos”. Já o artigo 23, inciso IX, estabelece competência comum da União, dos estados, do Distrito Federal e dos municípios quanto à melhoria das condições de saneamento básico, devendo “promover programas de construção de moradias e melhoria das condições habitacionais e de saneamento básico”. Ainda nesse artigo, no parágrafo único, fica estabelecido que “Lei complementar fixará normas para a cooperação entre a União e os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, tendo em vista o equilíbrio do desenvolvimento e do bem estar em âmbito nacional”.

Destaca-se, a partir da Constituição Federal, o papel desempenhado pelos municípios, aos quais compete, conforme disposto no artigo 30, inciso V, “organizar e prestar, diretamente ou sob regime de concessão e permissão, os serviços públicos de interesse local, incluído o de transporte coletivo, que tem caráter essencial”.

Sob o aspecto legal vale destacar, em 2007, a promulgação da Lei de Saneamento (Lei nº 11.445/07) que veio “resgatar e fortalecer o processo de planejamento do setor, estabelecendo a obrigatoriedade da elaboração dos Planos Municipais de Saneamento Básico, como condição para a validade dos contratos de prestação de serviços, tendo como pré-requisito a previsão de mecanismos de controle social nas atividades de planejamento, regulação e fiscalização dos contratos de concessão e de programa, de convênios de cooperação técnica e do próprio PMSB” (SALVADOR, 2010, p.22).

No que concerne às diretrizes estabelecidas para o saneamento básico e para a Política Federal de Saneamento Básico, conforme disposto no art. 48, incisos I a XI, da Lei n. 11.445/2007, estas devem observar:

- a prioridade para as ações que promovam a equidade social e territorial no acesso ao saneamento básico;
- a aplicação dos recursos financeiros por ela administrados de modo a promover o desenvolvimento sustentável, a eficiência e a eficácia;
- o estímulo ao estabelecimento de adequada regulação dos serviços;
- a utilização de indicadores epidemiológicos e de desenvolvimento social no planejamento;
- implementação e avaliação das suas ações de saneamento básico;
- a garantia de meios adequados para o atendimento da população rural dispersa, inclusive mediante a utilização de soluções compatíveis com suas características econômicas e sociais peculiares;
- a melhoria da qualidade de vida e das condições ambientais e de saúde pública; a colaboração para o desenvolvimento urbano e regional;
- o fomento ao desenvolvimento científico e tecnológico, à adoção de tecnologias apropriadas e à difusão dos conhecimentos gerados;
- a adoção de critérios objetivos de elegibilidade, levando em consideração fatores como o nível de renda e cobertura, grau de urbanização, concentração populacional, disponibilidade hídrica, riscos sanitários, epidemiológicos e ambientais;
- a adoção da bacia hidrográfica como unidade de referência para o planejamento de suas ações; e,
- o estímulo à implantação de infra-estrutura e serviços comuns aos municípios mediante mecanismos de cooperação entre entes federados.

Deve-se considerar ainda as normativas em âmbito estadual, abrangendo a Constituição do Estado da Bahia; a Política Estadual de Saneamento Básico (Lei nº 11.172/2008) e o Regimento da Comissão de Regulação dos Serviços Públicos de Saneamento Básico do Estado (Decreto nº. 011.429/2009), dentre outros; as Resoluções das Conferências Municipais da Cidade, de Saúde, de Habitação, de Meio Ambiente e de Saúde Ambiental; o Protocolo de Intenções que define o Consórcio de Saneamento na hipótese do Plano de Saneamento Básico para a Gestão Associada; e os Planos das Bacias Hidrográficas onde o município está inserido.

São as seguintes as diretrizes da Política Estadual de Saneamento Básico:

- universalização do acesso aos serviços públicos de saneamento básico;
- integralidade das atividades e componentes de cada um dos diversos serviços de saneamento, propiciando à população o acesso na conformidade de suas necessidades e maximizando a eficácia das ações e resultados;
- controle social, a ser exercido através de mecanismos e procedimentos que garantam à sociedade informações, representações técnicas e participações nos processos de formulação de políticas, de planejamento e de avaliação relacionados aos serviços públicos de saneamento básico;
- regionalização, consistente no planejamento, regulação, fiscalização e prestação dos serviços de saneamento em economia de escala e pela constituição de consórcios públicos integrados pelo Estado e por Municípios de determinada região.

3.2.2. A Política Municipal de Saneamento Básico e o Plano Municipal de Saneamento Básico (PMSB) - Salvador/BA

Desde 1925, por meio de convenio administrativo, o Município de Salvador delegou ao Estado da Bahia a prestação dos serviços de abastecimento de água e de esgotamento sanitário. Esta delegação foi feita inicialmente por um prazo de vinte (20) anos, sendo posteriormente prorrogada por prazo indefinido, mediante instrumento de re-ratificação, celebrado em 1929.

Desse modo, a partir de 1925, a gestão dos serviços públicos de abastecimento de água e de esgotamento sanitário ficou a cargo do Estado e, por isso, salvo a legislação contemporânea à celebração dos convênios de delegação de 1925 e 1929, e que lhes deram o devido suporte jurídico, não existem normas legais ou regulamentares tratando de quaisquer aspectos da política e da gestão dos referidos serviços públicos, até a edição da Lei Orgânica Municipal, publicada em 5 de abril de 1990, sob a égide da constituição municipalista de 1988.

Em 2008, a Política Municipal de Saneamento Básico foi definida no Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano do Município do Salvador/PDDU (Lei nº 7.400/2008),

nos artigos 95 a 106. O artigo 95 dispõe sobre os princípios da política, com a definição de saneamento básico no parágrafo único:

O Município instituirá Política Municipal de Saneamento Básico que contemple os princípios de universalidade, equidade, integralidade, intersetorialidade, qualidade do serviço, sustentabilidade, transparência das ações, utilizações de tecnologias apropriadas e gestão pública, assegurando a participação e o controle social na sua formulação e implementação.

Parágrafo único. O Saneamento Básico compreende o abastecimento de água, esgotamento sanitário, drenagem/manejo de águas pluviais, e a limpeza urbana/manejo de resíduos sólidos.

Destacam-se ainda na referida lei os artigos 96 e 97 que tratam, respectivamente, do Sistema Municipal de Saneamento e das diretrizes gerais da Política Municipal de Saneamento Básico:

Art. 96. Para implementação e monitoração da Política Municipal de Saneamento Básico será criado o Sistema Municipal de Saneamento Básico, integrado ao Sistema Municipal de Planejamento e Gestão, compreendendo, no mínimo, a seguinte estrutura:

- I - órgão municipal regulador e fiscalizador do funcionamento técnico, sócio ambiental, financeiro e institucional das concessionárias de serviços de saneamento básico;
- II - Câmara Técnica de Saneamento Básico, integrante do Conselho Municipal de Salvador, de que trata o Capítulo II, do Título IX desta Lei;
- III - Fundo Municipal de Saneamento Básico.

Art. 97. São diretrizes gerais da Política Municipal de Saneamento Básico:

- I - criação e regulamentação do Sistema Municipal de Saneamento Básico;
- II - criação de órgão regulador e fiscalizador do funcionamento técnico, sócio ambiental, financeiro e institucional das concessionárias de serviços de saneamento básico, com competência para estabelecer normas e especificações de desempenho;
- III - criação e regulamentação do Fundo Municipal de Saneamento Básico para financiamento das ações da Política Municipal de Saneamento Básico;
- IV - instalação da Câmara Técnica de Saneamento Básico no Conselho Municipal de Salvador;
- V - elaboração e implementação do Plano Municipal de Saneamento Básico, instrumento fundamental para a Política Municipal de Saneamento Básico;

- VI - organização e implementação de banco de dados sobre Saneamento Básico, integrado ao Sistema de Informação Municipal, SIM-Salvador, de que trata o Capítulo 111, do Título IX desta Lei;
- VII - criação e implementação de programas permanentes de formação e capacitação de recursos humanos em saneamento básico e de educação ambiental e mobilização social para a área de saneamento básico.

Como instrumento fundamental da Política destaca-se o Plano Municipal de Saneamento Básico (PMSB) como um instrumento de planejamento orientador das políticas de saneamento básico do município, buscando transformar a realidade social por meio da universalização dos serviços públicos de saneamento, garantindo sua qualidade, a integração das ações, a participação e o controle social, assegurando os princípios da saúde pública e mantendo a qualidade de vida integrada ao meio ambiente. Ressalta-se, no âmbito desse trabalho, a orientação da drenagem e manejo de águas pluviais no que tange a manutenção e monitoramento preventivo e periódico.

A elaboração do Plano Municipal de Saneamento é uma obrigatoriedade instituída pela Lei Federal 11.445/2007, devendo constar de plena participação social, com vistas à regulação, fiscalização e controle social da qualidade e dos resultados dos serviços de saneamento básico. Constitui, desse modo, requisito indispensável para a participação dos municípios nos programas de crédito e de transferência de recursos não onerosos, em especial os recursos do Programa de Aceleração do Crescimento - PAC.

É de responsabilidade do município, titular dos serviços, a elaboração e edição do Plano (Art. 9, I e Art. 19, § 1º) devendo contemplar as componentes: abastecimento de água potável, esgotamento sanitário, limpeza urbana, manejo de resíduos sólidos e drenagem e manejo de águas pluviais urbanas (Art. 3., inciso I, a-d), que pode se resultar em Planos específicos (Art. 19), abrangendo todo o território do município.

Em 2009, foi instituída pela SETIN (atual Secretaria de Infraestrutura e Defesa Cívil - SINDEC), a Comissão Executiva - CEXEC para coordenar a elaboração do Plano Municipal Integrado de Saneamento Básico - PMSB, com representantes

de vários outros órgãos da PMS (SUCOP, SEDHAM, SMA, SESP, LIMPURB, ESMS), diretamente interessados na gestão do saneamento básico em Salvador.

A elaboração do PMSB foi desenvolvida em consonância com os princípios fundamentais da Política Nacional de Saneamento Básico, estabelecidos no art. 2º da Lei Federal nº 11.445/07, quais sejam:

- universalização do acesso;
- integralidade, compreendida como o conjunto de todas as atividades e componentes de cada um dos diversos serviços de saneamento básico, propiciando à população o acesso na conformidade de suas necessidades e maximizando a eficácia das ações e resultados;
- abastecimento de água, esgotamento sanitário, limpeza urbana e manejo dos resíduos sólidos realizados de formas adequadas à saúde pública e à proteção do meio ambiente;
- disponibilidade, em todas as áreas urbanas, de serviços de drenagem e de manejo das águas pluviais adequados à saúde pública e à segurança da vida e do patrimônio público e privado;
- adoção de métodos, técnicas e processos que considerem as peculiaridades locais e regionais;
- articulação com as políticas de desenvolvimento urbano e regional, de habitação, de combate à pobreza e de sua erradicação, de proteção ambiental, de promoção da saúde e outras de relevante interesse social voltadas para a melhoria da qualidade de vida, para as quais o saneamento básico seja fator determinante;
- eficiência e sustentabilidade econômica;
- utilização de tecnologias apropriadas, considerando a capacidade de pagamento dos usuários e a adoção de soluções graduais e progressivas;
- transparência das ações, baseada em sistemas de informações e processos decisórios institucionalizados;
- controle social;
- segurança, qualidade e regularidade;
- integração das infra-estruturas e serviços com a gestão eficiente dos recursos hídricos.

De acordo com as prescrições legais e institucionais vigentes, nos âmbitos nacional, estadual e municipal, o desenvolvimento do PMSB deverá atender às seguintes diretrizes:

- Elaborar um instrumento que consubstancie ações integradas entre saneamento, recursos hídricos e meio ambiente, permitindo aos componentes do Sistema Municipal de Saneamento Básico gerir efetivamente seus sistemas de saneamento de forma a assegurar a universalização do acesso aos serviços com disponibilidade e qualidade adequadas à saúde pública e a proteção do meio ambiente;
- Considerar, como elemento fundamental de sua metodologia, a participação popular, principalmente através dos Conselhos Municipais que tenham interface com saneamento, estabelecendo relação de integração entre comunidade e as equipes de trabalho, adequando as linguagens utilizadas à diversidade de representações dos vários segmentos da sociedade, sempre observando a forma de interação das comunidades com o seu meio;
- Elaborar, como resultado, uma proposta de construção integrada, com a participação dos atores dos diferentes segmentos municipais, especialmente nas tomadas de decisão, associando aos critérios técnicos a ponderação das escolhas políticas, que representem acordos sociais resultantes de negociações entre os atores;
- Estar em consonância com os princípios e as diretrizes da Lei Federal nº 11.445/07, que institui a Política Nacional de Saneamento Básico: universalização, integralidade, integração das ações de saneamento ambiental, intersetorialidade das políticas públicas relacionadas com o saneamento básico, no entendimento do saneamento como serviço público essencial/gestão pública, do controle social na gestão dos serviços, transparência, sustentabilidade nas suas diversas dimensões (ambiental, social, cultural, institucional, econômica, etc), tecnologias apropriadas, segurança, qualidade e regularidade, bem como geração de emprego e renda para a população local;
- Atender às diretrizes do setor de recursos hídricos, principalmente com relação ao Plano Nacional de Recursos Hídricos e ao Plano Estadual de Recursos Hídricos, bem como às diretrizes dos planejamentos dos demais setores que influenciam ou são influenciados pelo saneamento básico;

- Integrar os planos, programas, projetos e demais estudos setoriais, especialmente aqueles com ênfase no saneamento, preservação ou conservação dos recursos hídricos e seus ecossistema associados;
- Compatibilizar as políticas e ações municipais envolvendo a ocupação e o uso do solo e educação ambiental;
- Prever, na sua metodologia, instrumentos de avaliação permanente das atividades.

Quanto à estrutura e o conteúdo essencial do PMSB deverão observar as diretrizes gerais e o conteúdo mínimo previsto no art. 19, da Lei Federal nº 11.445:

I. Diagnóstico da situação e de seus impactos nas condições de vida, utilizando sistema de indicadores sanitários, epidemiológicos, ambientais e socioeconômicos e apontando as causas das deficiências detectadas.

II. Objetivos e metas de curto, médio e longo prazos para a universalização, admitidas soluções graduais e progressivas, observando a compatibilidade com os demais planos setoriais.

III. Programas, projetos e ações necessárias para atingir os objetivos e as metas, de modo compatível com os respectivos planos plurianuais e com outros planos governamentais correlatos, identificando possíveis fontes de financiamento.

IV. Ações para emergências e contingências.

V. Mecanismos e procedimentos para a avaliação sistemática da eficiência e eficácia das ações programadas.

A formulação da política e a elaboração do PMSB devem pautar-se pelos princípios, diretrizes e instrumentos definidos na Constituição Federal e na legislação aplicável, bem como nos programas e políticas públicas com interface com o saneamento básico como, por exemplo: desenvolvimento urbano, habitação, recursos hídricos, resíduos sólidos, proteção ambiental, combate à pobreza, saúde e educação, dentre outras.

No contexto do PMSB a Prefeitura Municipal de Salvador elaborou, em 2012, o Plano Municipal de Drenagem e Manejo de Águas Pluviais Urbanas (PMDU),

que, juntamente aos demais planos setoriais -Abastecimento de Água, Esgotamento Sanitário e Limpeza Pública; Gestão de Resíduos Sólidos, “representa um dos principais instrumentos para a implementação da Política e Plano Municipal Integrado de Saneamento Básico”. (SALVADOR, 2012, p. 14).

O PMDU estabeleceu três grupos de Bacias¹⁴, com as respectivas estratégias de atuação. Para o Grupo I no qual está inserido o Subúrbio Ferroviário, foram identificadas as seguintes estratégias: Requalificação do sistema de macro-drenagem; Adensamento da micro-drenagem; Eliminação dos pontos críticos de inundações; Eliminação dos lançamentos de esgotos; Eliminação dos descartes de resíduos; Controle de ocupações irregulares; Contenção de encostas/controle da erosão. (SALVADOR, 2012, p. 139).

No que se refere à gestão do saneamento básico em Salvador, registra-se que a Lei nº 7.610/2008 modificou a estrutura organizacional da Prefeitura Municipal do Salvador (PMS). De acordo com esta reforma administrativa, foi definido o agrupamento das funções da PMS em quatro sistemas estruturantes: Gestão Estratégica e Articulação, Urbano e Ambiental, Social e Infraestrutura e Serviços.

A gestão do Saneamento Básico no município encontra-se distribuída entre três diferentes órgãos do Poder Executivo Municipal, vinculados a Secretarias diferentes:

- Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano, Habitação e Meio Ambiente SEDHAM¹⁵: à qual estão vinculadas a SUCOM, que tem entre suas competências a aprovação de novos parcelamentos, a SMA responsável pelo licenciamento ambiental de empreendimentos e a FMLF responsável pela coordenação e produção de informações físicas e sócioeconômicas do Município.

¹⁴ São elas: Grupo I - Bacias totalmente urbanizadas (Bacias: Subúrbio, Itapagipe, Comércio, Camurugipe, Lucaia, Barra, Centenário, Ondina, Rio Vermelho e Pituba); Grupo II- Bacias semi-urbanizadas (Cobre e Pituaçu) e Grupo III (Bacias pouco urbanizadas – (Cobre e Pituaçu).

¹⁵ Na gestão atual essa Secretaria foi substituída pela Secretaria Municipal de Urbanismo e Transporte (SEMUT), a qual estão vinculadas a Superintendência de Trânsito e Transporte de Salvador (Transalvador); a Fundação Mário Leal Ferreira (FMLF) e a Superintendência de Controle e Ordenamento do Uso do Solo (SUCOM).

- Secretaria Municipal dos Transportes e Infraestrutura – SETIN (atual Secretaria de Infraestrutura e Defesa Cível - SINDEC)¹⁶: cujas vinculações se fazem com a SUCOP responsável pela manutenção e ampliação do sistema de drenagem existente e aprovação da planta de drenagem de novos empreendimentos, e a Defesa Civil que atua preventivamente na minimização de fenômenos adversos e sinistros;
- Secretaria de Serviços Públicos e Prevenção a Violência - SESP¹⁷: à qual vincula-se a LIMPURB, que tem a finalidade de planejar, coordenar e executar os serviços de limpeza urbana de Salvador.

Em suma, no âmbito das competências, a partir da Constituição de 1988, coube ao governo federal designar os papéis, bem como os entes estatais responsáveis pelo saneamento no Brasil, através da Lei 11.445/2007. Quanto aos municípios, foi delegado aos mesmos a atribuição de organizar e prestar, diretamente, ou sob regime de concessão, e permissão, os serviços de saneamento básico, amparados nessa lei federal, ao tempo em que obrigou a elaboração dos Planos Municipais de Saneamento Básico.

No caso do Estado da Bahia deve-se registrar a participação do estado mediante a Lei 11.172/2008 e o Decreto nº 011.429/2009. Na Bahia, a Empresa Baiana de Água e Saneamento (Embasa) assumiu o tratamento da água e do esgotamento sanitário, restando ao município cuidar dos serviços de drenagem, considerando o custo elevado de construção das estações de tratamento. Muitos municípios não têm condições de operacionalizar ações persistentes à problemática acima abordada. Entretanto, vale salientar que alguns municípios no estado da Bahia, assumem todos os serviços do saneamento, a exemplo de Itabuna, Alagoinhas, entre outros.

¹⁶ Na gestão atual essa Secretaria foi substituída pela Secretaria Municipal de Infra-Estrutura e Defesa Civil (SINDEC), a qual estão vinculadas a Superintendência de Conservação e Obras Públicas (SUCOP) e a Companhia de Desenvolvimento Urbano de Salvador (DESAL).

¹⁷ Na gestão atual essa Secretaria foi substituída pela Secretaria Municipal de Ordem Pública (SEMOP), a qual estão vinculadas a Superintendência de Segurança Urbana e Prevenção à Violência; a Agência Reguladora e Fiscalizadora dos Serviços Públicos de Salvador (ARSAL); e a Empresa de Limpeza Urbana de Salvador (LIMPURB).

Vale registrar, por fim, o conflito de competências entre o município de Salvador e o Estado da Bahia, no que se refere à cobertura desses serviços. O município alega ter o direito de fiscalizar os serviços da Embasa¹⁸, fazendo referência aos constantes serviços inacabados por parte do órgão regulador do serviço hídrico. Já a Embasa insinua que por trás desses conflitos há o interesse da Prefeitura em implantar um processo de privatização deste órgão.

O governo do Estado, por sua vez, criou a Agência Reguladora de Saneamento Básico do Estado da Bahia (Agersa). Segundo o governo do Estado, o Supremo Tribunal Federal, definiu que os Estados devem criar essas agências nas regiões metropolitanas, para definir conjuntamente a regulação o planejamento e a fiscalização.

Após o estudo acerca da temática do saneamento e da drenagem urbana, sob o aspecto conceitual, bem como no âmbito da legislação e competências, partiremos para a análise dessas questões no bairro de Periperi, abrangendo o processo de participação social na definição e implementação das obras de drenagem no bairro.

¹⁸A Prefeitura de Salvador cobra uma dívida da Embasa com o município em torno de R\$ 450 milhões. A Embasa rebate alegando que o município deve à empresa cerca de R\$ 375 milhões.

4. A DRENAGEM URBANA E A QUESTÃO SOCIAL EM PERIPERI

O presente Capítulo trata da questão específica relacionada à implementação da drenagem urbana em Periperi (Salvador/BA), cuja deficiência tem resultado em um problema social relevante sob o aspecto do saneamento básico e da saúde dos moradores de Periperi, tendo sido uma das principais reivindicações da comunidade local, ao longo dos últimos 20 anos. Nesse Capítulo essa problemática será tratada sob a ótica da atuação dos principais agentes diretamente envolvidos: o poder público municipal e a comunidade.

No primeiro caso, será abordado como o poder público municipal vem atuando em relação a essa demanda, a partir da identificação dos investimentos e das obras realizadas em drenagem pela Prefeitura Municipal do Salvador/BA, no período de 1989 a 2012. Para tanto, são analisadas as obras realizadas em sete gestões municipais, abrangendo cinco prefeitos: Fernando José (1989-1992); Lídice da Mata (1993-1996); Antonio Imbassai (1997/2000; 2001/2004); João Henrique Carneiro (2005/2008; 2009/2012) e Antônio Carlos Magalhães Neto (2013/2016). Para o levantamento de dados foram pesquisados os relatórios técnicos das respectivas gestões municipais disponíveis na Fundação Mário Leal Ferreira (FMLF) (SALVADOR, 1992; 1996; 2004; 2012).

Busca-se, desse modo, identificar, por gestão municipal, as prioridades políticas relativamente às intervenções em drenagem urbana realizadas na periferia de Salvador (incluindo-se o bairro de Periperi), vis-à-vis aquelas realizadas nas áreas mais valorizadas da cidade.

No segundo caso, tem-se o enfoque acerca da participação da comunidade de Periperi no processo de implementação das obras de drenagem urbana é enfocada a partir de dois momentos principais: o processo participativo na implantação da macrodrenagem do Rio Paraguari, na década de 1980 e elaboração do Plano Municipal de Drenagem Urbana (PMDU) de Salvador/BA, em 2011.

4.1. A atuação do poder público municipal na implantação dos projetos de drenagem na cidade do Salvador - 1989/2012

4.1.1. A gestão municipal de Fernando José (1989-1992)

A gestão do prefeito Fernando José (1989/1992) foi marcada por sérios problemas deixados pelo seu antecessor - Mario de Melo Kertez (1985/1988), principalmente em relação às dívidas contraídas, com o confisco pela justiça, de grande parte dos recursos arrecadados pelo município para o pagamento dos “credores”. Foram assinados contratos fraudulentos e, em decorrência das procurações outorgadas pelo ex-prefeito com as empreiteiras Sérvia e Engepar, a receita do município ficou comprometida em 90% com a folha de pessoal e o restante com os seqüestros. Desse modo, a Prefeitura de Salvador ficou sem recursos públicos para novos investimentos, tornando-se inadimplente para realizar tramitações financeiras junto à União, bem como para firmar novos convênios. Como consequência, os débitos foram crescendo, tornando-se um problema para o próximo gestor. (SALVADOR, 2011).

A obra mais importante iniciada na gestão do prefeito Fernando José foi a macrodrenagem do Rio Paraguari, em Periperi¹⁹. Conforme exposto em Santos e Lopo (1997), a obra apresentava dois obstáculos principais: “1 - ser uma obra complexa que envolvia recursos de grande soma já que drenar o rio redundaria em serviços de infra-estrutura no bairro, construção de casas, pontes e outros; e 2 – [...] não ter representatividade em termos políticos, ou seja, era duvidosa a reciprocidade entre gastos e votos nas urnas, como iam se apercebendo, paulatinamente, os envolvidos na luta”. (SANTOS; LOPO, 1997, p. 32).

Entretanto, a referida obra resultou na principal bandeira eleitoral do então candidato radialista Fernando José, que passou a utilizar em seu horário na mídia a problemática evidenciada por aquela comunidade periférica, atraindo a adesão da população e conseguindo tematizar em debates o descaso do poder público

¹⁹ Os bairros de Saramandaia e Polêmica também foram contemplados com obras de infra-estrutura nesse mesmo período.

frente àquela situação. O fato contribuiu para que o mesmo conseguisse se eleger prefeito da cidade do Salvador, nas eleições de 1988.

A obra foi realizada com recursos da Caixa Econômica Federal, sendo orçada em 6,5 bilhões de cruzeiros, em 1991, correspondendo a R\$ 116.399.821,38 em valores atuais, corrigido pelo INPC. Deve-se registrar que desse total, apenas 20% do total dos recursos foram investidos nessa gestão, totalizando aproximadamente R\$ 20 milhões. (Tabela 4). Vale registrar que por quatro vezes a Caixa suspendeu a liberação de recursos, o que resultou na paralisação das obras.

A primeira etapa do canal do Paraguari abrangeu a limpeza do canal principal e secundário e a construção de 63 casas na margem direita do Rio Paraguari para abrigar a população que se encontrava em área de risco. Além disso, foram construídas redes de esgoto e a pavimentação asfáltica de algumas ruas em Periperi.

Tabela 4 – Principais intervenções em drenagem/pavimentação
Salvador/BA - 1989-1992

PRINCIPAIS INTERVENÇÕES	INVESTIMENTO (Cr\$)	VALOR em 30/08/2013 (R\$)
1ª Etapa de Drenagem do Rio Paraguari	1.300.000.000,00	19.831.186,32

Obs.: Valores atualizados pelo INPC.

4.1.2. A gestão municipal de Lídice da Mata (1993-1996)

A Prefeita Lídice da Mata (1993-1996) encontrou uma cidade com sérios problemas administrativos e políticos, o que quase inviabilizou a sua gestão, tendo sofrido uma forte oposição política do então senador Antonio Carlos Magalhães, que fez da mídia local palco de combate, usando o veículo de comunicação de sua propriedade para desestabilizar essa gestão municipal.

Some-se a isso o fato de haver sido a primeira mulher eleita prefeita da cidade de Salvador.

É importante salientar ainda que nesse período a Prefeitura enfrentou o “confisco”, recorrendo à instância superior do judiciário, tendo conseguido reverter a situação, quando a justiça autorizou que se fizesse uma auditoria nas contas públicas do município. O resultado comprovou que o município nada devia, ao contrário das empresas que deveriam devolver os recursos indevidamente gerenciados ao município de Salvador.

O único caminho viável para dar prosseguimento às ações administrativas foi realizar as obras em parceria com a comunidade, através da Secretaria Municipal de Infraestrutura, (atualmente Secretaria de Infraestrutura e Defesa Civil – SINDEC), principalmente nas áreas periféricas, como no caso do Subúrbio de Periperi. No caso da obra de drenagem do Rio Paraguari (Figura 20), foi possível, com a participação dos moradores, foi possível baixar o custo da obra em torno de US\$ 1 milhão, do orçamento total de US\$ 10 milhões, contemplando diversas ruas - D. João VI, D. Pedro II, Cosme de Farias. A participação da comunidade se deu mediante a doação de materiais de construção para o serviço de drenagem, como cimento, tubo PVC, tijolos e britas. Desse modo é que foi realizada a maior parte da rede de drenagem da Rua Valter Almeida.

Figura 20– Rio Paraguari e entorno -Salvador/BA - 2010



Fonte: IBGE, 2010; Google Earth, 2013. Elaboração Luis Paixão.

Nessa gestão foi dado prosseguimento a obra iniciada na gestão anterior, dispondo de apenas 20% de recursos da CAIXA, conforme informações, à época, engenheiro e gerente responsável pelo contato entre essa instituição financeira e a Prefeitura Municipal de Salvador. (PREFEITURA faz obras para evitar enchentes, Tribuna da Bahia, 1996). Após a obra de dragagem e revestimento interno do canal, foi dado início à pavimentação das ruas que margeiam o canal. Também foram realocadas 200 famílias que viviam em palafitas, para casas construídas próximas ao canal.

Além disso, foram construídas duas travessias que possibilitaram a passagem do canal por baixo da Avenida Suburbana e da linha férrea, as quais, segundo a então Superintendência de Urbanização da Capital (SURCAP) foram indispensáveis para a operacionalidade do canal, pois se constituíam em pontos de estrangulamento da vazão da água. (PRONTAS mais 18 casas no canal do Paraguari, Jornal A Tarde, 1993).

Segundo informações da Secretária de Infra-Estrutura, à época, foram construídas duas pontes para veículos, duas passarelas e 150 casas destinadas às famílias remanejadas. Além disso, foram realizados 1.900m de drenagem; 7.000 mil metros de rede de esgoto; duas pontes férreas; bueiro duplo e aterro para o canal; a pavimentação de 15 ruas no entorno do RioParaguari.

A obra foi inaugurada em 1996, representando, conforme afirmou a prefeita à época “a vitória de uma luta de muitos anos dos moradores de Periperie considerada como a maior obra do Subúrbio em 447 anos de fundação de Salvador.” (FAMILIAS beneficiadas com Canal Paraguari).(Figuras 21 e 22).

Figura21– Canal do Rio Paraguari construído na gestão municipal de Lídice da Mata



Fonte: Santos (2014)

Figura22 - Drenagem do Rio Paraguari - 2014



Fonte: Santos (2014)

Vale registrar que apesar de todos esses investimentos as obras de macrodrenagem do Rio Paraguari representaram apenas 18% dos recursos aplicados, sendo 82% aplicado em obras em Pirajá e Saramandaia (Tabela 5).

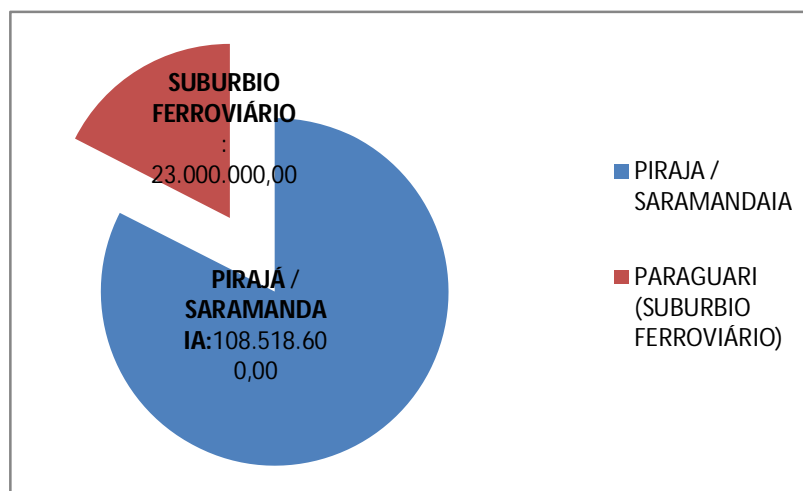
Tabela 5 – Principais intervenções em drenagem/pavimentação – Salvador/BA -1993-1996

PRINCIPAIS INTERVENÇÕES	VALOR (R\$) (*)	(%)
Piraja / Saramandaia	108.518.600,00	82
Paraguari (Suburbio Ferroviário)	23.000.000,00	0,18
Total	131.518.600,00	100

Fonte: SALVADOR (1996).

(*) Valores atualizados pelo dólar (US\$).

Gráfico 3 - Principais intervenções em drenagem - Salvador/BA - 1993-1996



Fonte: SALVADOR (1996).

4.1.3. A gestão municipal de Antoniombassaí (1997/2000; 2001/2004)

Na gestão de Antoniombassaí, ao contrário do período anterior, o prefeito contou com o apoio da máquina administrativa e política do grupo carlista, tendo realizado uma gestão com intervenções importantes, que resultou na sua reeleição, principalmente no tocante a infraestrutura - macrodrenagem, drenagem, pavimentação e urbanização.

Nesse período, foram realizadas obras relacionadas à macrodrenagem do Subúrbio Ferroviário, compreendendo áreas críticas, como a Baixa do Fiscal, Canal da Suburbana, Canal de Paripe, as quais no total representaram 4,1% dos investimentos realizados (Tabela 6). Nesse período foram também concluídas a ligação viária entre Pirajá e Avenida Suburbana, ao custo de R\$ 900 mil, com 2.160 metros de extensão. Além disso, foram realizados investimentos em rede de drenagem em Cajazeiras; em Plataforma e em São Caetano, representando 3,56% dos investimentos realizados (Tabela 6). Registra-se ainda a ampliação do serviço de drenagem na rua Frederico Costa, na qual se localiza a feira; a reforma da principal praça de Periperi - a Praça da Revolução -, e a construção da Praça do Sol, próxima ao canal de Paraguari.

Além dessas obras na periferia de Salvador, foram realizadas outras de grande impacto na cidade de Salvador, as quais totalizaram 92% dos investimentos realizados nessa gestão nas áreas de drenagem, pavimentação e urbanização de vias. São elas:

- conclusão da primeira fase da reurbanização da Av. Manoel Dias da Silva, principal via do bairro da Pituba - e áreas adjacentes, como as ruas Maranhão, Fernando Studart, Rio Grande do Sul e outras, em 1998;
- construção de 6 galerias subterrâneas para condução das águas pluviais para o mar;
- conclusão dos serviços de urbanização e pavimentação da Av. Bonôco e da 2ª etapa de ligação Paralela/Bonocô, com custo estimado de R\$ 5,5 milhões;
- pavimentação e urbanização da Avenida Vasco da Gama, com correção de traçado;

- construção de calçadas, recuperação do sistema de drenagem, restauração de áreas verdes e nova iluminação no Vale das Muriçocas, com 900 metros de extensão.

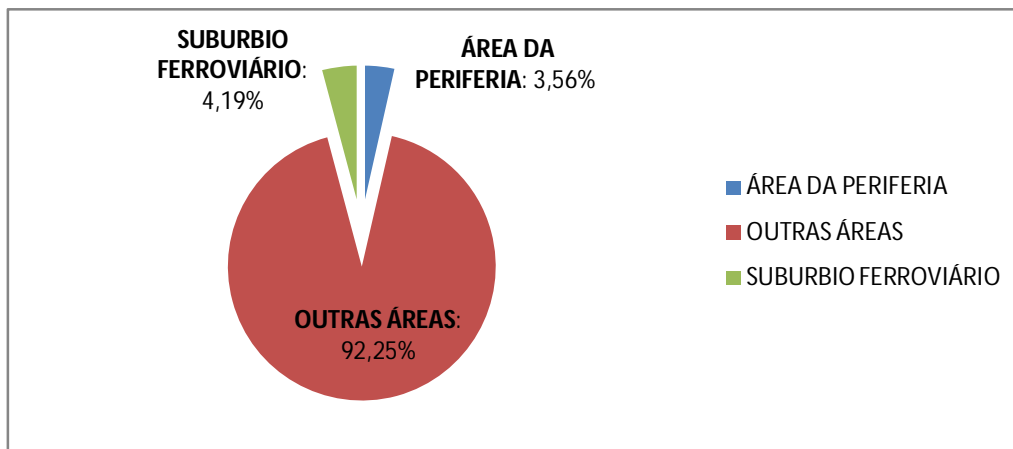
Em suma, tem-se que nessa gestão municipal foram privilegiadas as intervenções em drenagem/pavimentação nas áreas de faixa de renda mais elevada de Salvador, totalizando 92,25%, em detrimento das intervenções nas áreas periféricas, incluindo o Subúrbio Ferroviário, totalizando 7,75%, conforme demonstrado no Gráfico 4.

Tabela 6 – Principais intervenções em drenagem/pavimentação – Salvador/BA(1997 – 2004)

PRINCIPAIS INTERVENÇÕES	INVESTIMENTO (R\$)	ATUALIZAÇÃO	VALOR EM 30/08/2013 (R\$)*	%
Cajazeiras –drenagem	360.000,00	2,774651974	998.874,71	1,21
São Caetano	700.000,00	2,774651974	1.942.256,38	2,35
Total–Áreas populares	1.060.000,00		2.941.131,09	3,56
Plataforma	350.000,00	2,774651974	971.128,19	1,17
Baixa do fiscal e canal da av. Suburbana	900.000,00	2,774651974	2.497.186,78	3,02
Total - Suburbio Ferroviário	1.250.000,00		3.468.314,97	4,19%
Rua Manoel Dias da Silva – Pituba	5.500.000,00	2,774651974	15.260.585,86	18,45%
Rua Maranhão	5.500.000,00	2,774651974	15.260.585,86	18,45%
Rua Fernando Stuart	5.500.000,00	2,774651974	15.260.585,86	18,45%
Rua Rio Grande do Sul	5.500.000,00	2,774651974	15.260.585,86	18,45%
Avenida Bonocô	5.500.000,00	2,774651974	15.260.585,86	18,45%
Total – Áreas valorizadas da cidade	27.500.000,00		76.302.929,29	92,25%
TOTAL GERAL	29.810.000,00		82.712.375,35	100,00%

Fonte: SALVADOR (2004). (*) Valores atualizados pelo INPC.

Gráfico 4 - Principais intervenções em drenagem/pavimentação Salvador/BA (1997-2004)



Fonte: SALVADOR (2004).

4.1.4. As gestões municipais de João Henrique Carneiro (2005/2008; 2009/2012)

A eleição de João Henrique Carneiro resultou no desgaste político do grupo carlista, tendo a oposição se unido para derrotar o grupo hegemônico. Desse modo, João Henrique se elegeu prefeito de Salvador em 2005, sinalizando que faria uma boa gestão.

Contudo, a sua gestão foi marcada pela ineficiência e despreparo político na resolução dos grandes obstáculos. Dentre estes podemos citar os registros de irregularidades junto ao Serviço Auxiliar de Informações para Transferências Voluntárias (CAUC)²⁰, totalizando 173 registros junto aos mais diversos órgãos com débitos; falta de pagamento de parcelas de financiamentos; falta de comprovação de prestação de contas de repasse federais; falta de demonstrativo

²⁰O objetivo desse serviço é “[...] simplificar a verificação, pelo gestor público do órgão ou entidade concedente, do atendimento, pelo conveniente e pelo ente federativo beneficiário de transferência voluntária de recursos da União, de treze das vinte e uma exigências estabelecidas pela Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e demais legislação aplicável [...]; ampliar o nível de controle de exigências, possibilitando transparência e exercício de cidadania [...]; otimizar procedimentos administrativos ao facilitar a entrega de documentação administrativa, financeira e contábil produzida pelo ente federativo [...]”. Disponível em: <https://www.tesouro.fazenda.gov.br/pt/prefeituras-e-governos-estaduais/cauc>. Acesso em: 05 out. 2013.

de recolhimento previdenciários, entre outros. Ainda assim, o prefeito foi reeleito, em 2009.

Quanto aos investimentos no sistema de drenagem/pavimentação em Salvador, pode-se registrar as obras na av. Vasco da Gama (via estratégica de ligação com as avenidas Garibaldi, Dique do Tororó, Federação, Vale do Canela, Chapada do Rio Vermelho e bairro do Rio Vermelho); serviços de macrodrenagem e requalificação urbana entre o viaduto do Ogunjá e o cruzamento da avenida Garibaldi (1,3km); pavimentação de 1,3mil m²; construção de 8,5 mil m de meio fio; além da implantação de três galerias triplas, com custo aproximado de R\$ 56 milhões. (Tabela 7).

Uma outra obra de impacto nessa gestão foi a urbanização da Avenida Centenário, financiada pelo Ministério da Integração Regional, com 1.990m de pista; serviços de macrodrenagem, incluindo 220 m de túnel linear (em metal sanfonado), com diâmetro de 2,8m; 550m de canal em estaca; prancha com cobertura de 970m do canal existente. Registra-se ainda a obra de micro e macrodrenagem do canal do Imbui (1220 m de extensão e 2,5 m de diâmetro), com o objetivo de acabar com os alagamentos na área, cuja canalização irá atravessar as duas pistas (Avenida Paralela) desembocando no rio das Pedras (Tabela 7).

Quanto as demais intervenções da gestão de João Henrique em drenagem/pavimentação, registra-se as obras na rua Artur de Azevedo Machado (Costa Azul); na Av. Dorival Caymi e na Av. Ademar de Barros.

Na periferia da cidade, registra-se, em Cajazeiras os serviços de esgotamento sanitário, contenções, drenagem de águas pluviais, pavimentação e limpeza de canal e a implantação de nova alternativa de acesso (cerca de 1000 m de extensão) à Cajazeiras, minimizando os constantes engarrafamentos no local. Registra-se ainda as obras na Ladeira dos Aflitos e a drenagem do Rio Tio Juca. (Tabela 7).

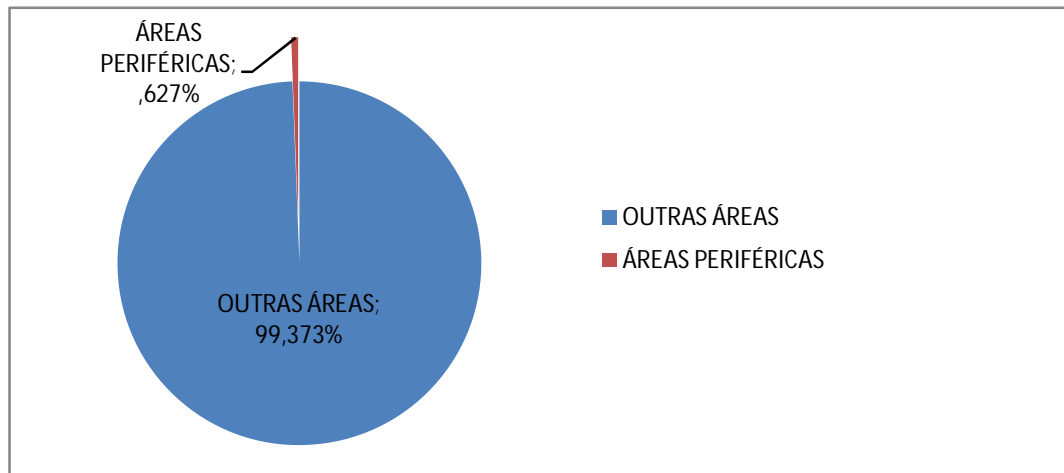
Tem-se, pois que os recursos aplicados nas obras concluídas, ou em fase de conclusão, na área formal da cidade, nessa gestão, totaliza o montante de R\$ 142.734.000,00, representando 93,37% do total dos investimentos realizados em drenagem/pavimentação no período analisado. Na periferia, entretanto, os investimentos totalizaram R\$ 900.000,00, representando 0,63% do total de investimentos, conforme demonstrado na Tabela 7 e no Gráfico 5.

Tabela 7 – Principais intervenções em drenagem/pavimentação – Salvador/BA(2005/2012)

PRINCIPAIS INTERVENÇÕES	INVESTIMENTO (R\$)	ATUALIZAÇÃO	VALOR EM 30/08/2013	(%)
Drenagem - Artur de A. Machado – Costa Azul	35.000,00	1,548984247	54.214,45	0,02%
Centenário	28.500.000,00	1,548984247	44.146.051,05	19,84%
Drenagem - Avenida Ademar de Barros	119.000,00	1,548984247	184.329,13	0,08%
Avenida Dorival Caymi	80.000,00	1,548984247	123.918,74	0,06%
Imbui	58.000.000,00	1,548984247	89.841.086,34	40,38%
Av. Vasco da gama	56.000.000,00	1,548984247	86.743.117,84	38,99%
Total outras áreas	142.734.000,00		221.092.717,54	99,37%
Cajazeiras – drenagem	700.000,00	1,548984247	1.084.288,97	0,49%
Drenagem Ladeira dos Aflitos	80.000,00	1,548984247	123.918,74	0,06%
Drenagem Tio Juca	120.000,00	1,548984247	185.878,11	0,08%
Total áreas populares	900.000,00		1.394.085,82	0,63%
Total Geral	143.634.000,00		222.486.803,36	

FONTE: SALVADOR (2012). Obs.:Valores atualizados pelo INPC.

Gráfico 5 - Principais intervenções em drenagem/pavimentação Salvador/BA (2005/2012)



Fonte: SALVADOR (2012).

4.1.5. A gestão de Antonio Carlos Magalhães Neto (2013/2014²¹)

O Prefeito ACM Neto ao assumir a gestão municipal (2013/2016), teve como uma das primeiras ações o planejamento da orla Atlântica, região turística, bem como as intervenções nas áreas de Tubarão e São Tomé de Paripe, no Subúrbio Ferroviário. O fato que chama a atenção são os valores investidos no projeto de revitalização da orla Atlântica e aqueles investidos na orla do Território do Subúrbio Ferroviário (Tabela 8 e Gráfico 6), deixando claro a prioridade política de sua gestão, em prol das áreas mais valorizadas da cidade.

Tabela 8 - Principais intervenções urbanísticas na Orla de Salvador - 2014

Principais intervenções	Investimentos	Valor em data R\$
São Tomé de Paripe (requalificação das calçadas e equipamentos)	R\$ 3,5 milhões	out. 2013
Tubarão (requalificação das calçadas e equipamentos)	R\$ 5 milhões	mar. 2014
Total das áreas populares	R\$ 8,5 milhões	

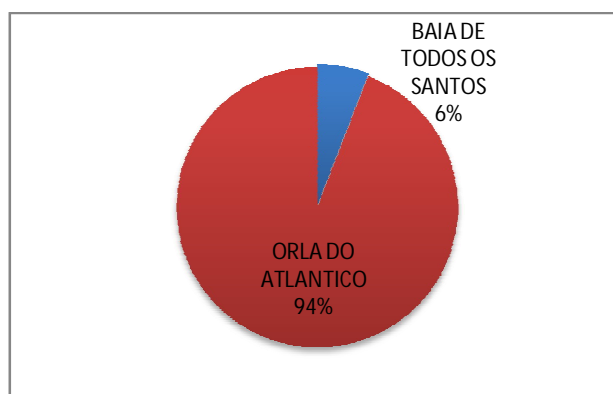
²¹ (*) Período analisado. A gestão municipal se encerra em 2016

Ribeira (requalificação das calçadas e equipamentos)	R\$ 5 milhões	jul. 2012 a mar. 2014
Barra (requalificação das calçadas e equipamentos)	R\$ 50 milhões	ago. 2013a mai. 2014
Rio Vermelho (requalificação das calçadas e equipamentos)	R\$ 5 milhões	out. 2013a mar. 2014
Armação (requalificação das calçadas e equipamentos)	R\$ 5 milhões	nov. 2013 aabr. 2014
Boca do Rio (requalificação das calçadas e equipamentos)	R\$ 3,6 milhões	fev. 2013 aset. 2013
Piatã (requalificação das calçadas e equipamentos)	R\$ 25 milhões	nov.2013 a mai.2014
Itapuã (requalificação das calçadas e equipamentos)	R\$ 10 milhões	nov.2013 a mai. 2014
Total da área da Orla Atlântica	R\$ 136,6 milhões	

Fonte: A TARDE, 13 jun.2013

Do total de investimentos de R\$ 145.100,000 (cento e quarentae cinco mil e cem mil reais) foram gastos 6,0%para as intervenções na orla da Baía de Todos os Santos, e 94% para a Orla Atlântica. (Gráfico 6).

Gráfico 6 -Principais intervenções urbanísticas na orla de Salvador – Governo ACM Neto (2013/ 2014*)



Fonte: Elaborado a partir dos dados constantes em A TARDE, 13 jun. 2013.

(*) Período analisado. A gestão municipal se encerra em 2016

Em suma, analisando o percentual dos recursos aplicados, e não os valores absolutos desembolsados, nas respectivas gestões municipais, podemos melhor identificar as áreas prioritárias para investimento. Constatou-se que na gestão de Fernando José, a obra de drenagem do Rio Paraguari foi o maior investimento, tendo sido aplicado 20% de todo o valor orçado e investido nesse item.

A gestão de Lídice da Mata reservou para as obras do Subúrbio o percentual de 18,0%, sendo que deu continuidade às obras do Rio Paraguari, aplicando os recursos que já haviam sido autorizados na gestão de Fernando José. Na gestão de Antônio Lombassay foi reservado para o Subúrbio, apenas o percentual de 4,19%, do total de recursos aplicados em drenagem e pavimentação.

O Prefeito João Henrique aplicou no Subúrbio apenas 0,63% dos recursos disponíveis para investimento em drenagem e pavimentação. Note-se que se considerarmos o valor absoluto aplicado nessa gestão no Subúrbio - R\$ 1.394.085,82 parece ser uma quantia razoável. Porém, quando analisamos percentualmente verificamos que se refere apenas a 0,63%, do total, equivalente a R\$ 222.486.803,36.

O Prefeito ACM Neto, até o presente momento, investiu na orla de Salvador, cerca de 245,1 milhões, sendo 136,6 milhões, na Orla Atlântica com aproximadamente 96%, enquanto que na Orla da Baía de Todos os Santos, apenas 8,5 milhões, totalizando 3,46%.

Quanto à questão conceitual, pode-se afirmar que as obras de drenagem relacionadas aos córregos de Salvador foram implantadas na perspectiva da canalização, em detrimento da drenagem sustentável, o que implicaria em pensar sob outra lógica. Uma das intervenções municipais emblemáticas atuais, nesse sentido, refere-se à obra da Avenida Centenário, na gestão do prefeito João Henrique, na qual o córrego foi coberto com laje, tendo tentado fazer o mesmo no Rio Paraguari, alegando proporcionar área de lazer, não tendo conseguido concluir, já no final da sua gestão.

Esse tem sido o caminho mais curto dos gestores municipais, em contraposição à idéia de preservação, com a finalidade de manter a qualidade de vida do cidadão, e da conservação ambiental que determina não só a manutenção, sobretudo a perpetuação da vida.

4.2. O processo de participação na definição e implementação das obras de drenagem em Periperi

4.2.1. Primeiro momento: o processo participativo na implantação da macrodrenagem do Rio Paraguari

Os movimentos sociais no Brasil, originados a partir da década de 1940, tem como questão central a reivindicação por melhor qualidade de vida nos bairros. Conforme Eunice Durhan (1984) *apud* Santos e Lopo (1997) não é, “necessariamente, a miséria crescente, mas a consciência da pobreza que contribui para a mobilização popular”. Ainda segundo a autora, podem ser identificadas duas naturezas de movimentos sociais, não excludentes: a formal e a comunitária.

A primeira implica na eleição de uma diretoria executiva que fomenta a mobilização e se encarrega de encaminhar as reivindicações. Esse tipo de organização é constantemente reforçada pelo Estado, embora exija sempre uma representação oficial, o que não significa dizer que esse tipo de movimento não tenha raízes populares e, mesmo não tendo raízes populares, o modelo formal traz no seu cerne parte do patrimônio cultural. Este modelo é muito apropriado em certos movimentos, como a associação de moradores. A segunda “evita a institucionalização de representantes, como acontece no formal e, por conseguinte, há necessidade de uma participação permanente dos envolvidos no processo, seja de tomada de decisão, como na própria execução. Esse comportamento pode ser observado nas Comunidades Eclesiais de Base que, em geral, optam por este modelo”. (DURHAN,1984 *apud* SANTOS; LOPO, 1997, p. 16).

Ainda segundo Durham (1984) *apud* Santos e Lopo (1997, p. 16), “os indivíduos mais diversos tornam-se iguais na medida em que sofrem a mesma carência”. Desse modo, movidos pelo motivo que os torna iguais - a carência - esses atores encetam a luta, geralmente, por melhorias que, na maioria das vezes envolve

moradia ou condições básicas de vida, que é motivo concreto”. (SANTOS e LOPO, 1997, p. 17).

No caso de Periperi, a ação desenvolvida pelo grupo de atores sociais – constituído pela *Associação de Moradores do Vale do Paraguari*, pela Igreja N^a. S^a. da Conceição de Periperi representada pelo Pe. Oliveira (Figura 23) e a ONG “*Terre dos hommes*” (sob a direção de Jeanne A. Pittelond) - foi fundamental para a condução do trabalho de organização da comunidade do Rio Paraguari. Essas instituições organizaram, mobilizaram e direcionaram o contingente de moradores para a luta reivindicatória da comunidade que tinha como objetivo principal a drenagem do Rio Paraguari.

Conforme exposto em Santos e Lopo (1997, p. 29-30) a Associação funcionava através de um colegiado “em que as coordenações têm autonomia, mas cujas decisões são tomadas através do voto da maioria”. Ainda segundo os autores, destaca-se a “participação feminina na constituição e no desenvolvimento associativo, visto que foram as mulheres, ao formarem um grupo, que deram início às discussões e ao encaminhamento das soluções encontradas para os problemas de sua comunidade”. (SANTOS e LOPO, 1997, p. 30).

Figura 23 - Igreja de N.S. da Conceição da Praia - Periperi
Local de participação na luta pela drenagem do Rio Paraguari.



Fonte: SANTOS, 2014.

A mobilização da comunidade em prol das obras de drenagem do rio abrangeu a realização de seminários e palestras com o tema Paraguari, ampliando a discussão para todo o subúrbio de Periperi. Em 1989, uma grande enchente que deixou muitas famílias desabrigadas reforçou a luta tanto da comunidade, como da Prefeitura junto ao governo federal, para a liberação dos recursos para a drenagem do rio. Segundo Santos e Lopo (1997, p. 39), após esse fato

[...] o movimento popular estreita, cada vez mais, as suas reivindicações muitas vezes deslocando-se para frente da Prefeitura onde missas que chegavam a durar três dias eram realizadas ao lado de constantes abaixo-assinados e ofícios encaminhados à Prefeitura, além de frequentes visitas à Câmara Municipal com o intuito de torná-la intermediária na luta. Como fruto desse confronto direto com a classe dirigente, em 1991, o então Prefeito Fernando José confirma o compromisso de campanha com essa comunidade publicando que 6,5 bilhões de cruzeiros já estariam disponíveis na Caixa Econômica Federal para serem entregues na drenagem, do rio.

Durante a realização das obras a Associação de Moradores teve uma participação importante, principalmente quando algumas famílias se negaram a sair do local. Nesses casos a Associação teve que intervir, criando uma “espécie de coordenação paralela envolvendo todos os órgãos ligados à questão, inclusive a empreiteira”. A solução adotada pela Prefeitura foi o pagamento dos aluguéis das famílias que tiveram que deixar o local e a construção das suas respectivas casas, além de prover a indenização daquelas famílias. (SANTOS e LOPO, 1997). Desse modo, fica evidente que a Associação de Moradores do Paraguari, construiu uma relação estável junto à Prefeitura, o que fez com que a obra prosseguisse de forma mais consensual. Em 1992, findo o mandato do Prefeito Fernando José, as obras foram interrompidas, sendo concluídas no governo de Lídice da Mata (1993/1996).

Analisando a atuação da Associação de Moradores do Vale do Paraguari nesse período, Santos e Lopo (1997, p 47), destacam o

aspecto em torno da legitimidade que a mesma assumiu enquanto espaço político de interlocução com as políticas públicas, bem como espaço alternativo de viabilização de demandas sociais, dada a sua função social (escola, recreação, e ações de

cooperativa). Interessante perceber como essa função social surge e se instala mediante a coalisão de forças, ou seja, reunião de agentes sociais [...].

Entretanto, deve-se registrar que, apesar da obra do Rio Paraguari haver sido concluída, os principais problemas ambientais em Periperi, relacionados aoríoainda persistem, conforme exposto no Capítulo 1, como a contaminação do mesmo com lixo, esgoto e águas pluviais, que são lançados e correm em direção ao mar. Registra-se ainda a gravidade e o alto risco de exposição da Bacia do Paraguari, que continua recebendo perigoso fluxo de esgoto, os quais posteriormente são lançados nas praias de Periperi, inviabilizando não só os banhos de mar para a população, conforme estudo realizado pelo INEMA (SANTOS, 2010), como também reduzindo a vida animal neste ambiente.

A limpeza do canal do Paraguari não ocorre de forma satisfatória, a não serem período eleitoral, gerando um processo de poluição de grande porte, através de detritos oriundos de pontos mais distantes, tal como o lançamento de esgoto do HospitaldoSubúrbio, das casas ede outros estabelecimentos.

Além disso, ainda existem ruas em Periperi que permanecem convivendo com a problemática da falta de drenagem, encontrando maior visibilidade nos períodos de chuva, com alagamentos, enchentes, danificando residências, e causando obstrução, podendo-se citar as Rua Carlos Gomes, Rua da Areia, Rua Cambui, dentre outras. Nesse sentido, é importante considerar que, apesar do projeto de macrodrenagem implantado nas décadas de 1980 e 1990, bem como da implementação de rede de drenagem em diversas ruas, conforme informações técnicas, algumas ainda encontram-se obstruídas, caracterizando um quadro caótico e oferecendo riscos à saúde dos moradores, e resultando em perdas materiais irreparáveis.

4.2.2. Segundo Momento: a participação da comunidade no âmbito do Plano Municipal de Drenagem Urbana (PMDU) de Salvador/BA - 2011

O segundo momento de participação dos moradores nas questões referentes a implementação/complementação do sistema de drenagem urbana no Subúrbio Ferroviário e, particularmente em Periperi, aconteceu no âmbito da formulação do *Plano Municipal de Saneamento Básico – Sistema de Drenagem e Manejo das Águas Pluviais Urbanas*²², tendo como requisitos legais fundamentais, a participação e o controle social, conforme estabelecido na legislação federal (Lei nº. 11.445/07, art.3º, inciso IV) e na legislação estadual (Lei nº. 11.172/08, art. 8º, inciso III). Segundo constante no Plano

Esta iniciativa busca de forma pioneira nortear as futuras administrações municipais e sociedade sotropolitana, definindo os objetivos, as diretrizes e metas e os programas e projetos a serem implementados no horizonte dos próximos vinte anos, estabelecendo uma ação efetiva, contínua e participativa para o enfrentamento dos problemas do Saneamento Básico em nossa cidade, tendo como objetivo estratégico a universalização desses serviços, e capaz de produzir efeitos altamente positivos sobre a qualidade urbana, sanitária e ambiental do território, elementos fundamentais para a promoção do desenvolvimento sustentável do município. (SALVADOR, 2012, p.14).

O referido Plano define “controle social”, no âmbito de um sistema democrático, como um

conjunto de mecanismos e procedimentos que buscam garantir à sociedade o direito à informação e à participação em processos decisórios de formulação de políticas, acompanhamento e avaliação da prestação dos serviços públicos [estando pois] associado com a complexidade das diversas formas de articulação da participação da população na formulação e implementação das políticas públicas”. (SALVADOR, 2012, p. 175/6).

Diferencia-se, desse modo, do controle social exercido anteriormente pelo Estado, fundado na dominação e no controle,

²²Além do Sistema de Drenagem e Manejo das Águas Pluviais Urbanas, integram o Plano Municipal de Saneamento Básico de Salvador os planos setoriais de Limpeza Urbana e Manejo de Resíduos Sólidos; e de Abastecimento de Água, e Esgotamento Sanitário.

destinada a manter a ordem estabelecida, independente das desigualdades sociais existentes [...] por meio de mecanismos legais, econômicos, educativos, religiosos e culturais, – era um ambiente propício à manutenção de privilégios autoritários, excludentes e preconceituosos, com aumentados mecanismos de controle e redução dos processos de socialização e participação. (SALVADOR, 2012, p. 176),

A importância da participação no processo de elaboração do Plano, conforme constante no documento tem como objetivo “conseguir o verdadeiro envolvimento da comunidade na tomada de decisões que vão estabelecer a configuração da infra-estrutura de saneamento do município para os próximos 20 anos”. (SALVADOR, 2012, p. 179).

A sistemática de participação abrangeu a realização de Oficinas, com a participação dos grupos de trabalho nas etapas do Diagnóstico e Planejamento; de Consultas Públicas, utilizando os meios e as formas de comunicação disponíveis no município, e de Audiência Pública, para apresentação e discussão formal do Plano, atendendo aos procedimentos e requisitos legais (SALVADOR, 2012).

Conforme constante no documento, foram realizadas duas Campanhas de Oficinas Regionais, sendo a primeira referente à apresentação e discussão pública do Diagnóstico, entre 09 e 16/06/2011, e a segunda referente ao Planejamento, entre 24 e 31/10/2011. Em cada uma das Campanhas foram realizadas 05 (cinco) Oficinas, precedidas por atividades de divulgação e mobilização, promovidas pelas SIGAs (Sistema Integrado de Atendimento Regional – Sub-Prefeitura) (SALVADOR, 2012, p. 180).

As Oficinas contaram com a participação de 204 (duzentas e quatro) pessoas, nas quais destaca-se a Oficina do Subúrbio Ferroviário que registrou o maior percentual de frequência: 35,78% do total de participantes (Tabela 9).

Regiões	Subúrbio Ferroviário	Comércio	Jaguaribe	Camarajipe	Total
Data	09.06.2011	13.06.2011	15.06.2011	16.06.2011	-
SIGAS (Núcleos de Limpeza)	NL 16 e 17	NLs 1 – 5	NLs 6 - 10	NLs 11 - 15 e 18	18
Nº de particip.	73	43	44	44	204
%	35,78	21,08	21,57	21,57	100

Fonte: SALVADOR, 2012.

Quanto à participação dos bairros e a escolaridade dos participantes, os dados foram obtidos a partir do preenchimento de questionário, o que se deu de forma voluntária, obtendo-se o total de 83 (oitenta e três) questionários respondidos, do total de 204 participantes, representando 41,09% do total.

Desse universo, identificou-se que a Oficina do Subúrbio Ferroviário contou com a participação de 11 bairros dos quais destacam-se os bairros de Fazenda Coutos e Periperi, respectivamente com 20% e 15% dos participantes. No tocante à escolaridade registra-se, na Oficina do Subúrbio, a participação de 31% de nível médio e 21% do nível superior. (Tabelas10 e 11).

Tabela 10- Oficina do Subúrbio Ferroviário - Bairros dos participantes - 2012

Nº	Bairro	Total	%
01	Paripe	02	10%
02	Valéria	01	5%
03	Periperi	03	15%
04	Marotinho/BomJuá	01	5%
05	Praia Grande	02	10%
06	Itacaranha	01	5%
07	Palestina	01	5%
08	Ilha Amarela	01	5%
09	Lagoa da Paixão	02	10%
10	Base Naval	01	5%
11	Fazenda Coutos	04	20%
12	Não Respondeu	01	5%
TOTAL		20	100%

Fonte: SALVADOR, 2012.

Tabela 11 - Distribuição dos participantes quanto à escolaridade - 2012

Avaliação	Subúrbio Ferroviário	Comércio	Jaguaribe	Camarajipe	Total	%
Analfabeto	0	1	0	2	3	3,62
Fundamental	2	3	0	3	8	9,63
Médio	11	8	7	9	35	42,18
Superior	7	12	9	5	33	39,75
NãoRespondeu	0	2	1	1	4	4,82
TOTAL	20	26	17	20	83	100
%	24,10	31,32	20,48	24,10	100	-

Fonte: SALVADOR, 2012.

Um outro aspecto importante a ser registrado refere-se à avaliação das oficinas pelos participantes. A partir das respostas de 67 participantes (do total de 204) que voluntariamente responderam ao questionário, 88% consideraram as discussões do Plano Municipal de Saneamento muito importante e apenas 4,5% considerou pouco importante. Quanto à avaliação acerca da participação na solução dos problemas de saneamento básico, nas respectivas comunidades, 74,6% respondeu que considera importante e apenas 10,4% considera pouco importante (SALVADOR, 2012).

Vale ressaltar que a maior participação no preenchimento dos questionários foi constatado para a Oficina do Subúrbio Ferroviário com 29,8%, e em segundo lugar na Oficina de Jaguaribe com 28,4%.

No tocante à avaliação do sistema de drenagem, objeto do presente trabalho, conforme disposto na Tabela 11 – registra-se que na SIGA XVII – Subúrbio Ferroviário, os principais problemas que foram registrados referem-se à ausência de sistema de drenagem (17%); às tubulações quebradas (9%) e ao descarte de lixo nos canais (9%).

Registra-se abaixo as principais proposições/sugestões relativas à drenagem para o SIGA XVII - Subúrbio Ferroviário, resultante das Oficinas:

- Construção de sistema de drenagem na Rua São Tomé de Paripe;
- Limpeza de todos os córregos que estão com lixo e mato;

- Solução do problemado esgoto dentro dos canais localizado na SIGA XVII – Subúrbio Ferroviário;
- Retirada das ocupações irregulares sobre os canais;
- Fiscalização das caixas coletoras da EMBASA próximas as lagoas e rios;
- Construção do sistema de drenagem da Rua e Travessa 13 de Maio, abandonada pelo poder público;
- Contenção das encostas do bairro de Periperi;
- Desentupimento da rede de drenagem de águas pluviais do Conjunto Dom Eugênio Sales – Periperi;
- Implantação do serviço de infraestrutura das ruas 17 de Janeiro, Santo Inácio e suas travessas, 1ª, 3ª e 4ª travessas 16 de Janeiro, Parque Setúbal – Vista Alegre de Coutos;
- Implantação do sistema de drenagem de águas pluviais das águas que vem das partes altas do Mirante de Periperi.

Tabela 12 - Avaliação de serviços de drenagem pluvial pelos participantes– 2012

Tipos de problemas de drenagem	Comércio					Jaguaribe					Camaragipe					Subúrbio		T
	I	II	III	IV	V	VI	VII	VIII	IX	X	XI	XII	XIII	XIV	XV	XVI (1)	XVII	
Ausência de sistema	1	8	2	2	1	1	2	0	1	2	7	1	1	1	0	0	9	39
Bocas de lobo s/ tampa	0	8	0	1	0	2	2	1	2	2	7	0	0	0	0	0	3	28
Bocas de lobo entupidas	1	7	2	2	1	1	2	1	2	2	6	0	0	0	0	0	4	31
Tubulações Entupidas	1	5	2	1	0	0	2	1	1	1	6	0	1	0	0	0	4	25
Tubulações Quebradas	0	3	2	2	0	1	2	1	0	2	5	0	0	0	0	0	5	23
Escadaria de frente s/ tampa	0	0	2	0	0	0	2	0	0	1	3	0	1	0	0	0	2	11
Escadaria de frente quebrada	0	1	2	1	1	0	1	0	0	1	4	0	0	0	0	0	1	12

Escadaria drenante entupidada	0	0	2	1	0	0	2	0	0	1	5	0	1	0	0	0	2	14
Canais assoreados	0	1	2	0	0	0	2	1	1	1	4	1	0	0	0	0	4	17
Descarte de lixo nos canais	1	2	2	1	1	1	3	1	2	2	5	1	1	0	0	0	5	28
Canais quebrados	1	1	2	0	1	0	2	1	0	1	4	1	1	0	0	0	3	18
Inundações de vias	2	7	2	2	0	1	2	1	2	3	6	1	1	0	0	0	4	34
Inundações de habitações	0	4	2	2	0	1	1	1	1	3	4	1	0	0	0	0	2	22
Inundações + desabamento	0	2	2	2	0	1	0	0	1	0	1	1	1	0	0	0	4	15
TOTAIS	7	49	26	17	5	9	25	9	13	22	67	7	8	1	0	0	52	317

Fonte: SALVADOR, 2012; (1) - SIGA Valéria

Conforme informações do ex-diretor da SIGAXVII (Serviço Integrado de Atendimento - Subúrbio Ferroviário), a discussão do referido plano, ocorreu na Rua Marques de Leão, na Fazenda Coutos, no Auditório da Casa do Trabalhador, através da equipe técnica da SETIN - Secretaria de Transporte e Infraestrutura (atual SINDEC – Secretaria de Infraestrutura e Defesa Civil), e contou com a participação das lideranças comunitárias, através da articulação da SIGA XVII. A reunião foi proveitosa no sentido de esclarecer e informar sobre o Plano de Saneamento Básico, que na oportunidade instigou a comunidade a se manifestar quanto aos problemas e encaminhamentos para o Subúrbio Ferroviário.

Em relação a Periperi, os principais problemas de drenagem foram identificados no Conjunto Dom Eugênio Sales, cuja as obras encontram-se atualmente em fase de licitação: os problemas relacionados aos bairros de São Tomé e Tubarão, em Paripe foram absorvidos no projeto de revitalização da orla da Baía de todos os santos, em fase de execução.

As associações e segmentos da comunidade do Paraguari realiza encontros periódicos na Casa do Trabalhador de Fazenda Coutos, com a comunidade dos

bairros que abrangem as áreas administrativas da SIGA, com direito a voz dos moradores para se manifestarem com as proposições do plano municipal. O objetivo é integrar outros grupos ao redor da comunidade, buscando alternativas viáveis capazes de reverter o quadro de carência de políticas públicas.

Segundo informações do representante do SIGA, algumas das proposições previstas no Plano Municipal de Saneamento, discutidas durante as oficinas realizadas pela SIGA XVII, encontram-se em andamento, podendo-se citar: a construção do sistema de drenagem da Rua São Tomé de Paripe (inserida no projeto de revitalização da orla da Bahia de Todos os Santos) e a limpeza de todos os córregos que estão com lixo e mato. Ainda com relação às obras, pode-se citar a implantação da rede de drenagem, passeio e meio fio na Rua Lustosa, bairro de Itacaranha; limpeza e cobertura do canal Aliança em Praia Grande; implantação de serviços de drenagem, passeio e meio fio na Rua Cardeal Gean no bairro da Terezinha; realização de serviços de limpeza nos canais do Paraguari e córrego em Periperi; realização de serviços de limpeza no canal São Luiz (avenida Afrânio Peixoto).

Quanto à solução dos problemas de lançamento de esgoto nos canais localizados na SIGA XVII, esta fica a critério da Embasa (Subúrbio), sendo que 70% do sistema de esgotamento sanitário já foi implantado. Com relação a implantação do sistema de drenagem no Conjunto Dom Eugênio Sales, incluído no Plano após quatro anos, as obras encontram-se em andamento. No tocante à implantação do sistema de drenagem de águas pluviais provenientes das partes altas do Mirante de Periperi, ainda falta fazer projeto. No caso da orla de Tubarão e São Tomé foi implantado o sistema de drenagem pluvial, evitando-se, com isso, que parte dos resíduos sólidos adentre o mar.

Segundo o depoimento de um vereador, relativamente ao Plano, o PMSB contempla todo o município de Salvador. O que falta é prioridade política por parte do gestor no atendimento aos territórios populares, principalmente na região do Subúrbio Ferroviário, onde a fundação Osvaldo Cruz e o Hospital Couto Maia apontam o maior índice de leptospirose, em razão de falta de saneamento (drenagem), conforme já tratado no Capítulo 2. Pode-se constatar, desse modo,

uma distância entre diretrizes e objetivos do Plano e a execução prática em âmbito municipal.

Além disso, como forma melhor acompanhamento da implementação do Plano pela comunidade, seria importante que o mesmo tivesse identificado no território as obras a serem realizadas e o cronograma de execução das mesmas.

Quanto aos recursos financeiros previstos para a implantação das proposições contidas no PMDU do Município registra-se que dos 3,5% dos recursos estipulados a nível federal (R\$ 55,134 bilhões), ou seja, R\$ 1,930 bilhões entre 2013 e 2033, metade são não onerosos à PMS. A outra metade, será composta por recursos não onerosos do governo estadual; por recursos onerosos de financiamentos a definir, bem como de recursos onerosos do Tesouro Municipal, já aplicados no custeio dos órgãos que administram o setor de Drenagem Pluvial (SETIN, SUCOP). São avaliados estes últimos como da ordem de R\$36 milhões por ano. (SALVADOR, 2012).

Prevê-se ainda a utilização de recursos do Fundo Municipal de Saneamento Básico (FMSB), que aguarda regulamentação, o qual contará com o aporte de 3% da arrecadação bruta da Embasa no município. Segundo o atual Coordenador de Infraestrutura e Saneamento o fundo não foi regulamentado em razão da Medida Provisória 561/2012 do governo federal que alterou o prazo para 31/12/2016. Além disso, a Prefeitura não aceita os 3% de repasse pela Embasa e tenta chegar a 8% o que já ocorre na cidade de São Paulo. Desse modo, o contrato não foi assinado entre Prefeitura e Embasa.

Registra-se ainda que os projetos e obras definidos pelo Fundo deverão ser submetidos à Câmara Técnica de Saneamento do Conselho Municipal de Saúde. Entretanto, ainda conforme o Coordenador de Infraestrutura e Saneamento “existe o Conselho, mas não está funcionando”.

Prevê-se ainda, no Plano, a utilização de parte dos recursos do Fundo Municipal de Limpeza Urbana – FMLU, composto pela taxa de resíduos sólidos, cujo

pagamento é feito através Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU), bem como a instituição de Taxa de Drenagem Pluvial.

Em suma, avaliando os dois momentos, no âmbito da participação é fundamental reconhecer o histórico de luta dos moradores do Paraguari, e o seu momento valioso, coroado com a drenagem do rio e o surgimento de novas moradias, originando uma melhor qualidade de vida para a comunidade. Entretanto, apesar do processo formal realizado no âmbito da elaboração do Plano Municipal de Drenagem Urbana de Salvador/BA, a comunidade do Paraguari, outrora combatente, se distanciou do seu contexto político inicial. Atualmente outros sujeitos respondem pela Associação, no entanto, sem o mesmo perfil de luta e resistência do passado.

Conforme informações de uma liderança da comunidade do Paraguari, em Periperi, a Associação dos Moradores do Paraguarijá não existe juridicamente. Segundo a liderança, atualmente existe uma ONG denominada Mosuf (Movimento de Defesa da Cidadania do Subúrbio Ferroviário) composta por 14 membros, que se configura como o novo veículo de luta, impedida de se reatar como Associação em função da densa burocracia.

Além dessa Ong, foi fundada a *Cooperguari*, uma cooperativa de reciclagem de resíduos sólidos, com a participação da comunidade do Paraguari, com uma produção de 4 a 6 toneladas de material. A cooperativa realiza, junto com o Mosuf, um trabalho complementar com a comunidade oferecendo cursos de inglês, informática, esporte, “karatê” e capoeira. Na área social obteve junto á Coelba (Companhia de Eletricidade do Estado da Bahia) a entrega de 40 geladeiras para a comunidade, e a troca de lâmpadas para reduzir o consumo de energia.

A ONG e a cooperativa aproveitamos datas comemorativas, a exemplo do dia das crianças e 7 de setembro, para realizar atividades lúdicas na tentativa de preservar a memória e agregar a comunidade acerca da discussão de temas como a violência, uso e tráfico de drogas, gravidez precoce, evasão escolar, e o alto índice de desemprego. No campo institucional, a relação com a Prefeitura é

diplomática, já que a mesma viabiliza o transporte dos materiais da cooperativa, através da Limpurb.

No início de outubro de 2013, foi constituído o *Forúm Permanente de Desenvolvimento do Subúrbio*, um espaço aberto que conta com a participação de líderes comunitários, professores, trabalhadores, donas de casas, estudantes, religiosos, mulheres, com o propósito de atrair todos que nutrem o compromisso de transformar o lugar em espaço de decisão e de confrontos, idealizados na construção de uma luta, que tem como causa principal a dignidade humana.

Tem, pois como objetivo articular as lideranças que convivem com a luta política e social para oferecer melhor qualidade de vida às pessoas nesse local. Problemas históricos e crônicos dessa área abrangem macroquestões de saneamento básico, a exemplo, conforme já exposto anteriormente, do canal do Paraguari, totalmente poluído, tendo como consequência drástica a contaminação das praias de Periperi.

O Subúrbio Ferroviário é o maior colégio eleitoral de Salvador, com cerca de mil eleitores, dispondo de três grandes zonas eleitorais: 4^a, 15^a e 20^a. Paradoxalmente é onde se concentra boa parte de famílias de baixa renda da cidade, muitas oriundas do interior do Estado, onde muitas dessas famílias foram negados o direito à educação, sendo que um número significativo vive de “biscates”, sem contribuição à previdência. Nesse sentido, a proposição de políticas públicas para o Subúrbio passou a ser a bandeira de luta desse Fórum, através de um trabalho de construção de cidadania e participação popular.

É mister ressaltar a importância do envolvimento e participação de todas as lideranças do Subúrbio - de Lobato às ilhas – unidos a partir do afinamento do discurso, deixando de lado questões pessoais (políticas). Desse modo, o tratamento dessas temáticas devem se dar de modo mais imparcial possível, sem submissão e reverência a partidos políticos ou grupos condutores, com a nítida compreensão do compromisso com o progresso do lugar e da melhoria de vida dos seus habitantes.

As discussões no Fórum estão previstas em torno de três temáticas principais. A primeira refere-se à despoluição do rio Paraguaie a revitalização da orla Baía de Todos os Santos, com tendência a se configurar como uma das áreas mais belas e atraentes da cidade, com potencial ambiental, a exemplo do Parque de São Bartolomeu (Plataforma), de raro valor ecológico. A segunda refere-se à discussão da mobilidade urbana no Subúrbio, tendo por base a utilização do Veículo Leve sobre Trilho (VLT), estendendo-se ao bairro do Comércio. O terceiro aspecto está relacionado à proposta de implantação do Campus Universitário.

No tocante à requalificação da orla, deve-se registrar que alguns bairros do Subúrbio não foram considerados no projeto. Até o presente momento, as ações da administração municipal estão concentradas nos bairros de São Tomé de Paripe²³ e Tubarão²⁴, sem ampliar para outras áreas do Subúrbio, a exemplo de Periperi, Praia Grande, Escada, Itacaranha e Plataforma. Desse modo, registra-se um quadro de verdadeira discriminação institucionalizada, tanto no âmbito municipal, quanto estadual.

Quanto à mobilidade, deve-se registrar as novas intervenções previstas nas áreas periféricas de Salvador, pelo governo do Estado, destacando-se a implantação de Corredores Transversais que irão interligar a orla de Salvador, a Avenida Suburbana e a região do miolo da cidade (área entre a BR-324 e Avenida Paralela).

O Corredor Transversal 1, com aproximadamente 13 quilômetros de extensão, terá início na orla Atlântica de Salvador, passando pela Avenida Pinto de Aguiar, fazendo ligação com a Avenida Gal Costa, através de túnel, estendendo-se aos

²³Prevê-se com a requalificação, a implantação de piso compartilhado, novos acessos à praia, pista de skate, lixeiras seletivas, mesas e cadeiras fixas e quiosques de acarajé, coco e outras comidas e bebidas. Além disso, serão implantados equipamentos de ginástica e de lazer para crianças. Ao todo, estão sendo investidos R\$ 3,5 milhões em uma extensão de 1,2 km. A previsão da Prefeitura é que a obra, iniciada em janeiro, seja concluída em 6 meses. (SÃO TOMÉ DE PARIPE terá projeto de reforma semelhante ao da Barra)

²⁴Com recursos estimados em R\$ 3,5 milhões, e com trecho de 1,2km de extensão, prevê-se a implantação de piso misto para veículos, pedestre e bicicletas; quiosques; reforma da quadra de esportes, parque infantil e módulos de descanso para os motoristas de ônibus próximo ao final de linha. (REQUALIFICAÇÃO da orla de Tubarão terminará em julho, diz Prefeitura).

bairros de Capelinha e Pirajá para desembocar no Lobato, na Avenida Suburbana. O Corredor Transversal2 começa na BR-324, no bairro de Águas Claras, a partir da Via Regional e Vale do Rio Jaguaribe (futura Avenida 29 de Março), passando pelo Bairro da Paz, na Avenida Paralela, e se estendendo até a orla, através da Avenida Orlando Gomes (que será ampliada), totalizando 12 km. Segundo o Secretário da Casa Civil “os corredores transversais são as primeiras ligações diretas e de alta capacidade entre zonas da cidade que sempre viveram separadas entre si: a Suburbana, o Miolo e a Orla”. (GOVERNO anuncia obras de mobilidade de R\$1,2 bi para Salvador).

Um outro aspecto a ser considerado, relativamente ao Subúrbio refere-se ao seu potencial de adensamento, através da ocupação habitacional, pelo fato de ainda possuir áreas desocupadas. É lamentável, entretanto, que ocupações desordenadas tenham sido efetivadas em locais próximos as praias de rara beleza.

Apesar do potencial da área, a estatística de violência é um agravante que mobiliza famílias agonizando por providências na oferta de formação técnica, e investimentos na educação fundamental e básica, para que através de projetos se possa oferecer aos jovens a oportunidade de avançar, não no mundo do crime, fato confirmável, mas na construção histórica das suas vidas.

Nesse sentido, a iniciativa ainda “nascitura” deste Fórum vem consolidar o sonho e a necessidade de se produzir um espaço de consciência e desabafo, ainda que se saiba do endurecimento das relações e da grande dificuldade em organizar grupos pensantes despojados e desprovidos de interesses pessoais, concretizados e transmutados em ideais coletivos.

Essas obras de mobilidade urbana no Subúrbio Ferroviário, terá um grande impacto em face dos constantes engarrafamentos no horário de pico, principalmente no reteiro que se destina ao centro da cidade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O processo de ocupação urbana do Subúrbio Ferroviário de Salvador, e do bairro de Periperi em particular, tem como protagonista a ferrovia, tendo se constituído em fator decisivo na ocupação e constituição deste território. Sua população é, em grande parte, oriunda da zona rural, que para aí migraram, em busca de oportunidades. O bairro de Periperi se sobressai aos demais bairros do Subúrbio, em razão da sua localização geográfica, e do comércio e serviço diversificados.

Entretanto, apesar da relevância histórica e do papel desempenhado pelo bairro no contexto do Subúrbio Ferroviário, apresenta sérios problemas na área de saneamento, relativamente à poluição do Rio Paraguari, que desemboca na praia de Periperi, e, principalmente às enchentes decorrentes da insuficiente rede de drenagem urbana disponível no local, conforme registrado ao longo do trabalho.

O estudo em questão tratou de realizar uma análise política e social acerca dessa situação do saneamento em Periperi, em uma perspectiva de desigualdade social, tendo como ênfase a drenagem urbana, com vistas à contribuir para a busca da qualidade de vida da comunidade do bairro, principalmente com relação à saúde pública. A relevância do estudo se dá, portanto, no âmbito das políticas sociais.

Vale retomar, ao final do trabalho, a discussão acerca de subúrbio e periferia. Em primeiro lugar, vale registrar que o Subúrbio Ferroviário de Salvador em muito se distancia das prerrogativas contidas na proposta de constituição dos subúrbios americanos. Esses, fundamentados na proposta das cidades-jardim da Inglaterra, pressupunham áreas residenciais, afastada dos grandes centros – e a estas interligadas pelas vias expressas -, em completa interação com a natureza.

No caso do Brasil, e em particular do Subúrbio Ferroviário, o que se registra foi a constituição histórica de uma periferia – tanto no sentido físico, quanto social -, inserida no processo de desenvolvimento industrial da metrópole, com predominância de ocupações informais, com precárias condições de habitabilidade. A constituição histórica dessa área periférica pode e deve ser

reinterpretada na atualidade, em um novo contexto sociopolítico e econômico, como um território popular.

Entretanto, ainda que as condições históricas sejam outras, tendo resultado no esvaziamento conceitual do termo periferia, principalmente sob o enfoque das ciências sociais, conforme tratado inicialmente, ainda é flagrante, conforme será exposto no trabalho, a diferença relativamente aos investimentos públicos realizados nas áreas mais valorizadas da cidade, em detrimento do desse território, em flagrante situação de desigualdade social.

A partir da pesquisa realizada pode-se constatar que as gestões dos prefeitos Fernando José, Lídice da Mata e Antônio Imbassay foram aquelas que mais contribuíram com obras de infraestrutura para o bairro de Periperi, ainda que nesta última em proporção bastante inferior aos investimentos realizados no restante da cidade. Na gestão do prefeito João Henrique Carneiro os investimentos em obras de drenagem/pavimentação nas áreas populares foram bastante inexpressivos, tendo sido uma gestão bastante inoperante no tocante à implantação de serviços básicos no bairro de Periperi.

Conforme demonstrado na pesquisa realizada, as obras de grande porte nessa gestão, com a utilização de grande soma de recursos, foram realizadas nos bairros de classe média e alta de Salvador, abrangendo as avenidas Centenário, Vasco da Gama e Imbuí. Com relação à gestão atual, referente à ACM Neto pode-se afirmar, a partir do volume de recursos aplicados, que a atual gestão priorizou a orla Atlântica como forma de mostrar o portal turístico de Salvador, em detrimento das áreas do Subúrbio Ferroviário.

Em suma, de um modo geral, pode-se afirmar, sob o aspecto da prioridade política, que as obras em drenagem urbana e pavimentação implementadas ao longo do período de 1989 a 2013, em Salvador, privilegiaram os bairros nobres da cidade, em detrimento das áreas populares. Esse privilegiamento vem sendo reforçado na atual gestão municipal, quando se comprova o grande volume de investimentos nas áreas da orla atlântica (revitalização e urbanização) em detrimento da orla Baía de Todos os Santos.

Diante desse contexto, resta um quadro de contrastes, reforçando a diferença que se traduz na desigualdade social entre os bairros nobres (Orla Atlântica) e populares (Orla Baía de Todos os Santos) de Salvador. Essa desigualdade na distribuição espacial das intervenções públicas revela um quadro de carências extremas de toda ordem.

Desse modo, devemos salientar a ineficiência, até então, das ações governamentais em Periperi, e a baixa aplicabilidade das políticas públicas empreendidas até então, tanto sob o aspecto da infra-estrutura, quanto da saúde pública. Caberia ao Estado primar pela saúde dos cidadãos, que ficam no aguardo de uma intervenção consistente, para que assim seja possível equacionar esse grave problemática que perdura há mais de sessenta anos.

Esta questão está relacionada, de modo mais amplo, por um lado, ao crescente controle da política urbana pelos negócios, transformando a cidade em um campo de extração de renda, e, por outro, ao enfraquecimento do movimento popular, incapaz de reverter essa lógica.

Pode-se citar em Salvador, na gestão do prefeito João Henrique (2005/2008; 2009/2012), a previsão de implantação de projetos de requalificação de bairros, que propõem a retirada da comunidade de baixa renda, a exemplo dos bairros 2 de julho e Calçada. Nesses, propõe-se implantar uma rede de hotéis e resorts, com vista para a Baía de Todos os Santos, revelando os interesses do capital, que aliado aos gestores, fortalecem o discurso de geração de renda e emprego, iludindo a população de baixa renda, com pequenas indenizações, que passa a ser expulsa do seu habitat de origem, não podendo desfrutar das belezas naturais, sequer se apropriar das mesmas, desde que pela condição de desigualdade social a qual está exposta, este privilégio lhe é negado.

Esse modelo de expropriação da cidade pelo poder público, em consonância com o capital imobiliário, está presente na configuração espacial da Paralela, com grandes investimentos em mobilidade urbana, com a recente construção de viadutos e novas avenidas. Estas intervenções resultam em valorização imobiliária crescente da área, mantendo os agentes econômicos junto à esfera

pública, em uma relação de tráfico de influência e de negociações mercadológicas.

Retomando-se, pois a questão do Subúrbio Ferroviária, pode-se afirmar que esse bairro não se constitui em prioridade política no âmbito do poder público municipal, apesar de concentrar o maior percentual de população da cidade de Salvador (Censo, 2010).

O território de Periperi, por sua vez, sobrevive ainda de um passado histórico, com grandes desafios frente às mudanças. Convive na expectativa da recuperação urbanística das praias de orla da baía de Todos os Santos, bem como dos investimentos em mobilidade urbana, na expectativa de que os projetos “saíam do papel”, a exemplo dos veículos leves sobre trilhos, chegando ao bairro do Comércio.

Seria injusto não sinalizar que, mesmo timidamente, algumas medidas que buscam corrigir esse quadro, como a construção do Centro de Abastecimento, o que não elimina a preocupação considerando que o mesmo está sendo construído em local cujas ruas necessitam também de drenagem pluvial. Desse modo, pode-se ter o entendimento de que se trata apenas de transferência de problemas.

Além disso, deve-se registrar o avanço relativamente a elaboração do Plano Municipal de Saneamento Básico (2010), no qual consta o Sistema de Drenagem e Manejo das Águas Pluviais Urbanas, o que poderá contribuir enormemente para um plano de governo e para a implementação de ações no sistema de drenagem em toda Salvador, em uma perspectiva sustentável. Entretanto, é necessário que as ações definidas no mesmo, particularmente aquelas relacionadas às áreas mais precárias da cidade de Salvador, e com maior vulnerabilidade em decorrência dos problemas decorrentes de saneamento, se tornem realidade.

Fazendo-se uma reflexão acerca da participação da população na resolução dos problemas de drenagem de Periperi, tem-se, em um primeiro momento,

aAssociação de Moradores atuou como grupo de pressão junto ao Estado, em busca de políticas sociais voltadas para a melhoria da qualidade de vida. As ações foram decorrentes da participação da Associação de Moradores de Paraguari, juntamente com organizações não governamentais e a Prefeitura de Salvador.

Em um segundo momento constatou-se o arrefecimento do movimento, o que pode ser explicado, de certo modo, em decorrência de problemas relativos à emprego, ou da ilusão por falsas promessas políticas. Além disso, no tocante aos recursos aplicados nas gestões municipais, conforme analisado no trabalho, a comunidade não teve conhecimento acerca da diferença entre o montante aplicado nos bairros nobres e aqueles destinados às áreas populares, com destaque para o período eleitoral recente, na atual gestão de ACM Neto, em 2013.

Nesse sentido, faz-se necessário que as comunidades dos “territórios populares”, retomem o processo de articulação junto ao Estado na busca por políticas públicas que contemplem os anseios dessas comunidades, por uma melhor qualidade de vida.

Essa questão nos remete a uma reflexão de ordem política, considerando-se que a reversão desse quadro, está diretamente relacionada com a formação de novas lideranças e novos agentes na região, de modo semelhante ao que aconteceu em um passado não tão distante, a exemplo da luta dos moradores do Vale do Paraguari. Ainda maior é a carência de uma verdadeira representação popular, para que se possa fazer um contraponto na forma de mobilização dos moradores dessa região, comunicando o distanciamento da atuação do poder local (Prefeitura de Salvador), e, assim arriscando uma desafiadora e corajosa ação com vista à perspectiva romper de com a situação de exclusão.

Registra-se, por fim, a necessidade da efetivação de uma gestão mais democrática, voltada para o cidadão; para os Joãos, Josés, Marias e Antônias. Um “Estado” mais próximo desses cidadãos que os percebam no anonimato e na universalidade das políticas públicas, pelo viés democrático, na busca de

conquistas que contemplem o indivíduo pelo seu potencial humano, cujas relações precisam ser definidas e apropriadas em direção a uma gestão vinculada a programas que sejam capazes de diminuir o grande abismo das desigualdades sociais.

REFERÊNCIAS

ALBAGLI, Sarita. **Territórios em movimento: cultura e identidade como estratégia de inserção competitiva**. 2 ed. Brasília: Dumará, 2004.

ALVES, Douglas Santos; VISCARRA, Simone. Capital social, satisfação e as diferentes formas de participação política. **Revista Debates**, Porto Alegre: UFRGS, n. 1, mar./abr. 2006.

ANDRADE, Manoel Correia de. Territorialidades, desterritorialidades, novas territorialidades: os limites do poder nacional e do poder local. In: SANTOS, Milton; SOUZA, Maria Adélia de; et al. **Território, Globalização e Fragmentação**. São Paulo: ANPUR, 2002.

AUTORIZADA construção de corredores de tráfego em Salvador. Jornal A Tarde. 27 de março de 2014. Disponível em: <http://atarde.uol.com.br/bahia/salvador/noticias/autorizada-construcao-de-corredores-de-trafego-em-salvador-1579256>. Acesso em 29 mar. 2014.

BARRETO, Natan. **Entre mangueiras: a vida de Eunice Palma**. Simões Filho: Kalango, 2011.

BONDUKI, Nabil; ROLNIK, Raquel. Periferia da Grande São Paulo. Reprodução do espaço como expediente de reprodução da força de trabalho. In: MARICATO, Ermínia (Org.). **A produção capitalista da casa (e da cidade) no Brasil industrial**. 2. ed., São Paulo: Editora Alfa-Omega, 1982, p. 117-154.

BRASIL. Ministério das Cidades. Secretaria Nacional de Saneamento Ambiental. Política Nacional de Saneamento. 2003.

BONETI, Lindomar Wessler. **Políticas públicas por dentro**. Ijuí: Ed. UNIJUI, 2007.

BORJA, Patrícia Campos; MORAES, Luiz Roberto Santos. **Saneamento como um direito social**. Disponível em: <http://www.semasa.sp.gov.br/admin/biblioteca/docs/pdf/35assem125.pdf>. Acesso em: 10 jun. 2014.

BOTTOMORE, T. B. **Introdução à Sociologia**. Rio de Janeiro: Ed. Zahar, 1967.

CARVALHO, A. D. S. O crescimento recente da cidade de Salvador. In: SALVADOR. **Cidade do Salvador; aspectos geográficos, históricos, sociais e antropológicos**. Salvador: Imprensa Oficial da Bahia, 1960, p. 79-89.

CASTRO, Jorge Abrahão de. Política social e desenvolvimento no Brasil. **Economia e Sociedade**, v. 21, p. 1011-1042, 2012. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-06182012000400012&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 12 fev. 2014.

CAVINATTO, Vilma Maria. **Saneamento Básico: fonte de saúde e bem-estar.** São Paulo:Ed. Moderna, 1992.

CHAUÍ, Marilena. O efeito das manifestações. **Revista Caros Amigos.** São Paulo: Caros Amigos, ano XVII, n. 197, 2013. <http://www.carosamigos.com.br/index.php/cultura/carnaval-2013/227-revista/edicao-197/3456-marilena-chau-i-o-efeito-das-manifestacoes>. Acesso em: 20 mar. 2014.

CHAUÍ, Marilena. Considerações sobre a democracia e os obstáculos à sua concretização. In. TEIXEIRA, Ana Claudia Chaves (Org). **Os sentidos da democracia e da participação.** São Paulo: Instituto Pólis, 2005, p. 23 – 30.

CORRÊA, Roberto Lobato. **O espaço urbano.** São Paulo: Ática, 1989.

COSTA, Lígia Nunes. **Canalização dos rios mascara problemas urbanos.** CREA, Salvador, n. 35, mai. 2011. Disponível em: <<http://www.creaba.org.br/Artigo/387/Entrevista--Canalizacao-dos-rios-mascara-problemas-urbanos.aspx>>. Acesso em: 28 jun. 2014.

CREMONESE, Djalma. A participação como pressuposto da democracia. **Revista Desenvolvimento em questão.** Rio Grande do Sul: Ed. Unijuí, ano 10, n. 19, jan./abr. 2012.

D'ARAÚJO, Maria Celina. **A era Vargas.** São Paulo: Moderna, 2004.

DEMO, Pedro. **Participação é conquista.** São Paulo: Cortez, 1999.

DIAS, Patrícia Chame; VIDAL, Francisco Baqueiro. **Que periferia? Estratégias e discurso do capital imobiliário na estruturação do espaço metropolitano.** Bahia Análise & Dados, v. 19, p. 455-472, 2009. Disponível em:http://www.fundaj.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=1673%3Aque-periferia-estrategia-e-discurso-do-capital-imobiliario-na-estruturacao-do-espaco-metropolitano-&catid=58&Itemid=414. Acesso em: 18 mar. 2013.

DOIMO, Ana Maria. **A vez e a voz do popular:** movimentos sociais e participação política no Brasil pós-70. DOIMO, Ana Maria. RJ: Relume-Dumará: ANPOCS, 1995.

DOMINGUES, A. Qualificação das periferias. **Inforgeo**, jul. 2007, p.139-143. Disponível em: http://www.apgeo.pt/files/docs/Inforgeo_20&21/Inforgeo%2020&21%20Paginas_139_143.pdf. Acesso em: 18 mar. 2013.

DURHAM, Eunice. **Os movimentos sociais: a construção da cidadania.** São Paulo: CEBRAP, n. 10, out. 1984.

ENTREGUE obra de drenagem do Paraguari. **Jornal A Tarde**, 30 set. 1996.

FAMÍLIAS beneficiadas com Canal Paraguari. **Tribuna da Bahia**, 01out. 1996.

FELZEMBURG, Ridalva Dias Martins. **História Natural da leptospirose urbana**: estudo longitudinal prospectivo em uma comunidade de alto risco durante epidemias urbanas em Salvador-Bahia. Universidade Federal da Bahia, 2006.

FONSECA, Antonio Angelo Martins; SILVA, Sylvio Bandeira Mello. A produção do subúrbio ferroviário de Salvador: os exemplos de Paripe e Periperi. **Revista Veracidade**. Secretaria Municipal de Planejamento, Salvador, ano 2, n. 4, p. 67-80, 1992.

GOHN, Maria da Glória. **Teoria dos Movimentos Sociais**. Paradigmas clássicos e contemporâneos. São Paulo: Ed. Loyola, 2004.

GOHN, Maria da Glória. **O protagonismo da sociedade civil**: movimentos sociais, ONGs e redes solidárias. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2008.

GOHN, Maria da Glória. Movimentos sociais na contemporaneidade. **Revista Brasileira de Educação**, v. 16, n. 47, p. 333 - 513. maio/ago. 2011. Disponível em: www.scielo.br/pdf/rbedu/v16n47/v16n47a05.pdf. Acesso em: 15 fev. 2014.

GORDILHO-SOUZA, Angela. **Da idealização do subúrbio à construção da periferia**: estudo da expansão suburbana no século XX, em Salvador-BA. 2004. Disponível em: <http://www.anpur.org.br/revista/rbeur/index.php/shcu/article/view/963> Acesso em: 25 mar. 2014.

GOVERNO anuncia obras de mobilidade de R\$1,2 bi para Salvador. Disponível em: http://www.casacivil.ba.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=729%3Agoverno-da-bahia-anuncia-obras-de-mobilidade-de-r12-bi-para-salvador&catid=34%3Anoticias-geral&Itemid=99. Acesso em: 25 mar. 2014.

HAESBAERT, Rogerio. **Territórios alternativos**. São Paulo: Contexto, 2002.

HARVEY, David. Do gerenciamento ao empresariamento: a transformação da administração urbana no capitalismo tardio. **Espaço e Debates**, São Paulo, ano XVI, n.39, p. 48-64, 1996.

HÖFLING, Eloisa de Mattos. Estado e políticas (públicas) sociais. **Cadernos Cedes**, v. 21, n. 55, p. 30-41, nov. 2001. Disponível em: www.scielo.br/pdf/ccedes/v21n55/5539.pdf. Acesso em: 24 nov. 2013.

JORNAL A TARDE, Luiz Lasserre, Editor-coordenador. **Trens suburbanos operam com deficiência**, Salvador, 27/1/2014.

KOBAYASHI, Fabiana Y. et. al. **Drenagem Urbana Sustentável**. Escola Politécnica da Universidade de São Paulo. Engenharia Civil. 2008. Disponível em: http://www.google.com.br/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&source=web&cd=6&sqi=2&ved=0CC8QFjAF&url=http%3A%2F%2F200.144.189.97%2Fphd%2FLeArq.aspx%3Fid_arq%3D3040&ei=SbvsU6Lglqa58qGL0YCABg&usq=AFQjCNEe0EaXnbi43LXqNPxaO48BDguebW. Acesso em: 28 jun. 2014.

LAISNER, Regina. A participação em questão: ponto ou contraponto da representação na teoria democrática? **Estudos de Sociologia**, Araraquara, v.14, n.26, p.17-35, 2009.

LOPES, André Luís Borges. “**Sanear, prever e embelezar**”: O Engenheiro Saturnino de Brito, o urbanismo sanitaria e o novo projeto urbano do PRR para o Rio Grande do Sul (1908-1929). – Porto Alegre, 2003.

KOVARICK, Lúcio. **A espoliação urbana**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980.

KOWARICK, Lúcio. Viver em Risco. **Novos Estudos CEBRAP**. n. 63, p. 9-30. jul. 2002.

KOWARICK, Lúcio. **Escritos Urbanos**. 2. ed. São Paulo: Ed. 34, 2009. 144p.

MACRODRENAGEM do Paraguari em fase final. **Tribuna da Bahia**, 31 ago. 1996.

MARQUES, Eduardo; SARAIVA, Camila. A dinâmica social das favelas da Região Metropolitana de São Paulo. **Pensamento Realidade**, ano X, n, 21, 2007.p. 12-41. Disponível em:
<http://revistas.pucsp.br/index.php/pensamentorealidade/article/viewFile/8306/6179>
. Acesso em: 15 jun. 2014.

MARSHALL, T.H. **Social Policy in the Twentieth Century**. 4. ed. Londres: HutchinsonUniversity Library, 1975.

MARICATO, Erminia. **O impasse da política urbana no Brasil**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2011.

MENEZES, Luiz Carlos C. Considerações sobre saneamento básico, saúde pública e qualidade de vida. **Revista Engenharia Sanitária e Ambiental**, Rio de Janeiro, v.23, n.1, p.55-61, jan/mar. 1984.

MOREIRA, Aida Tanajura; MASCARENHAS, Ana Verônica; NUNES, Ceuci de Lima Xavier (Orgs). **Manual de procedimentos em doenças infecciosas e parasitárias do Hospital Couto Maia**. Salvador: Eduneb, 2000.

MUSSETI, Rodrigo Andreotti. **Direito Ambiental e as Enchentes**. 2000. Disponível em: <http://jus.com.br/artigos/1702/o-direito-ambiental-e-as-enchentes>. Acesso em: 28 jun. 2014.

NASCIMENTO, Maria de Fátima Pereira de. **A participação cidadã no Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano de Salvador**. 2008. 206 p. Dissertação (Mestrado em Políticas Sociais e Cidadania). Superintendência de Pesquisa e Pós-Graduação. Universidade Católica de Salvador, Salvador, 2008.

NOVAS intervenções nas áreas periféricas de Salvador, através do governo do Estado. **A Tarde**, 13mar. 2014.

OFFE, Claus. **Problemas estruturais do Estado capitalista**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1984.

PATEMAN, Carole. **Participação e teoria democrática**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

PAVIANI, Aldo. A lógica da periferização em áreas metropolitanas. In: Santos, M. ; Souza, M. A. A. (Orgs.). **Território, Globalização e Fragmentação**. São Paulo: Editora Hucitec, 1994.

PEREIRA, G. C.; CARVALHO, I. M. M. de (Orgs). As “cidades de Salvador”. In: _____. **Como anda Salvador e sua Região Metropolitana**. 2 ed. Salvador; Edufba, p. 81-107, 2008.

PERRUCCI, Gadiel. A formação histórica do Nordeste e a questão regional. In: MARANHÃO, Sílvio (Org.). **A questão Nordeste: estudos sobre formação histórica, desenvolvimento e processos políticos e ideológicos**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984. p. 11-30.

POCHMANN, Marcio. **Bolsa Família 2003-2010: avanços e desafios**. IPEA – v.1, 2010. Disponível em: http://www.ipea.gov.br/digital/publica_003.html. Acesso em 15 mar. 2014.

POMPÊO, Cesar Augusto. Drenagem Urbana Sustentável. In: **Revista Brasileira de Recursos Hídricos - RBRH**. P. 15-23. Volume 5, n. 1. Jan/Mar 2000.

PREFEITURA faz obras para evitar enchente. **Tribuna da Bahia**, 02 abr. 1996.

PRONTAS mais 18 casas no canal do Paraguari. **Jornal A Tarde**. 10 mai. 1993.

REGIS, Imaira Santos Rita. **Lobato e Paripe no contexto da Avenida Suburbana: uma análise sócio-espacial**, 2007, 141 p. Dissertação (Mestrado). Programa de Pós-Graduação em Geografia. Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2007.

REQUALIFICAÇÃO. Área a ser revitalizada é de 30 mil m², do Habib's até o Abaeté. **Jornal A Tarde**. Caderno Salvador, p. A11, 09 fev. 2014.

REQUALIFICAÇÃO da orla de Tubarão terminará em julho, diz Prefeitura. **Correio da Bahia**. 23 de fevereiro de 2014. Disponível em: <http://www.correio24horas.com.br/detalhe/noticia/requalificacao-da-orla-de-tubarao-terminara-em-julho-diz-prefeitura/?cHash=7fc49da447138d40fe315aab6c1b5c59>. Acesso em: 25 mar. 2014.

ROLNIK, Raquel. **10 anos do Estatuto da Cidade: Das lutas pela reforma urbana às cidades da Copa do Mundo**. 2013. Disponível em: <http://raquelrolnik.files.wordpress.com/2013/07/10-anos-do-estatuto-da-cidade.pdf>. Acesso em: 30 jul. 2014.

ROLNIK, Raquel. Nosso déficit não é de casas, é de cidade. **Brasil de Fato**. Entrevista concedida a Pedro Carrano e Thiago Hoshino. 22 out. 2012. Curitiba. Disponível em: <http://www.brasildefato.com.br/node/10961>. Acesso em: 28 jul. 2014.

SALVADOR. Fundação Mário Leal Ferreira. Relatório Técnico: Gestão Fernando José (1989/1992). Salvador: FMLF, 1992.

_____. Fundação Mário Leal Ferreira. **Relatório Técnico**: Gestão Lídice da Mata (1993/1996). Salvador: FMLF, 1996.

_____. Fundação Mário Leal Ferreira. **Relatório Técnico**: Gestão Imbassay (1997/2004). Salvador: FMLF, 2004.

_____. Prefeitura Municipal de Salvador. **Material publicitário**. Amanhã vai ser outro dia. Salvador, 1991.

_____. Fundação Mário Leal Ferreira. **Relatório Técnico**: Gestão João Henrique (2005/ 2008; 2009/2012). Salvador: FMLF, 2012.

_____. Secretaria Municipal de Transportes e Infra-Estrutura. **Plano Municipal de Saneamento Básico**, 2010.

_____. Secretaria Municipal de Transportes e Infra-Estrutura. **Plano Municipal de Saneamento Básico**. Sistema de Drenagem e Manejo de Águas Pluviais. Versão preliminar para consulta pública, 2012.

SADER, Eder. **Quando novos personagens entraram em cena**. São Paulo: Paz e Terra, 1988.

SANTOS, Carlos Nelson Ferreira. Velhas novidades nos modos de urbanização brasileiros. In. VALLADARES, Licia do Prado. (Org.). **Habitação em questão**. Rio de Janeiro: Zahar, 1980.p. 17-47.

SANTOS, Elisabete et. al. (Orgs). **O Caminho das Águas em Salvador**: Bacias Hidrográficas, bairros e fontes. Salvador: CIAGS/UFBA; SEMA, 2010. 486 p.

SANTOS, Jémison Matos dos. **Análise Geoambiental através da estruturação e integração de dados, no contexto da Bacia Hidrográfica do Rio Paraguari**. Dissertação (Mestrado). Pós-Graduação em Geoquímica e Meio Ambiente. Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2004.

SANTOS, Milton. **O Centro da Cidade de Salvador** – Estudo de Geografia Urbana. Salvador: Publicações da Universidade da Bahia, 1959.

SANTOS, Milton. **O dinheiro e o território**. In: Território, territórios: ensaios sobre o ordenamento territorial. Niterói: Programa de Pós Graduação em Geografia. PPGeo-UFF/AGB, 2002.

SANTOS, Nilton Magalhães; LOPO, Paulo Sampaio. **O rio e o mar: correlação de forças na consecução de um bem comum**. Salvador: FFCH, 1997, 72 p. Monografia (Curso de Ciências Sociais). Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia, 1997.

SANTOS, J. L. J.; SERPA, A. A produção espacial do comércio e dos serviços nas periferias urbanas: um estudo de caso em Salvador. **Geosp**, São Paulo/SP, v. 8, p. 45-65, 2000.

SÃO TOMÉ DE PARIPE terá projeto de reforma semelhante ao da Barra. **Correio da Bahia**. 26 de janeiro de 2014. Disponível em: <http://www.correio24horas.com.br/detalhe/noticia/sao-tome-de-paripe-tera-projeto-de-reforma-semelhante-ao-da-barra/?cHash=4c4f7440ec9f5d6058428f683ad9f372>. Acesso em: 25 mar. 2014.

SERPA, Angelo. A Paisagem Periférica. In: YÁZIGI, Eduardo (Org.). **Turismo e Paisagem**. São Paulo: Contexto, 2002, p. 161-179.

SILVA, Ricardo Toledo; PORTO, Monica Ferreira do Amaral. Gestão Urbana e gestão das águas: caminhos da integração. **Revista Estudos Avançados**, v. 47, n.17, 2003.

SOARES, Antonio Mateus de C. Territorialização e pobreza em Salvador. **Estudos Geográficos**. Rio Claro, v. 4, n. 2, p. 17-30, dez. 2006.

SOUZA, Flávia Silva de. **Formação e consolidação de centralidades lúdicas no cotidiano das áreas populares de Salvador/BA**. 2009, 141 p. Dissertação (Mestrado). Programa de Pós-Graduação em Geografia. Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2009.

SCHERER-WARREN, Ilce. **Redes de movimentos sociais**. 3. ed. São Paulo: Edições Loyola, 2005.

TANAKA, Giselle M. M. **Periferia: conceito, prática e discursos: práticas sociais e processos urbanos na metrópole de São Paulo**. 2006. Dissertação (Mestrado). Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo. Faculdade de Arquitetura. Universidade de São Paulo. São Paulo, 2006.

TORO, José Bernardo; WERNECK, Nisia M Duarte. **Mobilização Social: um modo de construir a cidadania e a participação**. Belo Horizonte: Autêntica, 2004.

VASCONCELOS, Pedro de Almeida. Pobreza urbana e a formação de bairros populares em Salvador na longa duração, **Espaço e Tempo**, São Paulo, n. 20, p. 19-30. 2006. Disponível em: http://www.geografia.fflch.usp.br/publicacoes/Geosp/Geosp20/Artigo_Pedro.pdf>. Acesso em: 02 set. 2013.

VASCONCELOS, Pedro de Almeida. **Salvador: transformações e permanências (1549 – 1999)**. Ilhéus: Editus, 2002.

VIANNA, Maria Lúcia Teixeira Werneck. **Em torno do conceito de política social**: notas introdutórias. p. 1-8, Rio de Janeiro, 2002. Disponível em: <www.enap.gov.br/downloads/ec43ea4fMariaLucia1.pdf>. Acesso em: 25 mar. 2013.